



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Sofia Cristina Peixoto Sampaio

**A vida nas instituições de acolhimento
de crianças: receção, percursos vivenciais
e projetos institucionais**

A vida nas instituições de acolhimento de crianças: receção, percursos vivenciais e projetos institucionais

Sofia Cristina Peixoto Sampaio

UMinho | 2016

outubro de 2016



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Sofia Cristina Peixoto Sampaio

**A vida nas instituições de acolhimento
de crianças: receção, percursos vivenciais
e projetos institucionais**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Estudos da Criança
Área de Especialização em Intervenção
Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Manuel Jacinto Sarmento

outubro de 2016

Agradecimentos

Esta dissertação encerra um longo período de trabalho e dedicação. A concretização deste objetivo académico e pessoal não seria possível sem o contributo e apoio incansável de algumas pessoas a quem quero declarar aqui os meus agradecimentos.

Às minhas amigas Catarina e Sara, companheiras que o Mestrado me trouxe e que levo para a vida, obrigada pelo apoio, pelos incentivos e pelas partilhas, sem vocês não fazia sentido. Obrigada à Marta amiga de longa data sempre presente quando mais necessito, à Silvana pelos conhecimentos partilhados.

À minha Mãe pelas palavras de apoio e encorajamento, pelos abraços nos momentos de aflição, Obrigada pelo AMOR.

Ao meu namorado pelo apoio, paciência e compreensão.

Ao meu orientador, professor Manuel Sarmiento, pela disponibilidade em acompanhar o meu trabalho, pelos conhecimentos, sugestões, comentários e pela segurança transmitida nos momentos de dúvida.

Obrigada aos entrevistados que partilharam comigo as suas experiências.

Resumo

A dissertação *A vida nas instituições de acolhimento de crianças: recepção, percursos vivenciais e projetos institucionais* centra-se na análise das formas de vida de crianças e jovens no interior das instituições de acolhimento (Lar de crianças e jovens). Ela tem como objetivo efetuar uma análise sobre as estratégias utilizadas no momento em que a criança ou jovens é acolhida numa instituição de acolhimento, bem como as formas de organização da vida quotidiana nas instituições, através da análise dos procedimentos de duas instituições de acolhimento, distintas quer em termos de número de crianças acolhidas quer em termos de condições físicas e arquitetónicas.

A metodologia é qualitativa, através de entrevistas a 6 técnicos e a 3 pessoas que no passado estiveram institucionalizadas e da observação de ações quotidianas nos LIJ.

O foco deste estudo não é fazer comparações entre estas duas instituições, pelo contrário é perceber como se desenrola o processo de acolhimento institucional de crianças e jovens, e verificar se existem diferenças nos procedimentos.

São evidenciadas as necessidades que processo de acolhimento de crianças e jovens deverá desenvolver interações empáticas e vinculativas com os mesmos, rejeitando por consequência uma visão meramente técnico-instrumental na recepção e nos percursos vivenciais no interior das instituições.

Palavras-chave: acolhimento institucional; projetos de vida; lar de crianças e jovens.

Abstract

The dissertation *Life in childcare institutions: reception, experiential pathways and institutional projects* focuses on the analysis of the forms of life of children and young people within the host institutions (Home for children and youth). It aims to make an analysis of the strategies used at the time the child or youth is welcomed in a host institution as well as the forms of organization of everyday life in institutions, by analyzing the procedures of two host institutions, different in terms of number of children accommodated as in terms of physical and architectural conditions.

The methodology is qualitative, through interviews with 6 technicians and 3 people that in the past have been institutionalized and through the observation of everyday actions in LIJ.

The focus of this study is not to make comparisons between these two institutions, on the other hand is to see how it unfolds the residential care process of children and youth, and check if there are differences in procedure.

The needs that the process of the reception of children and youth should develop empathic and binding interactions with one another, rejecting consequently a vision merely technical-instrumental in the reception and in the experiential routes inside the institutions are evidenced.

Keywords: institutional care; life projects; home to children and young people

Índice

Introdução	1
Capítulo 1. Dos maus-tratos ao acolhimento institucional	5
1.1 A importância da família	5
1.2 A violência na família e o Acolhimento Institucional.....	7
1.3 Os fatores que potenciam o risco	9
Capítulo 2. Enquadramento legal do acolhimento institucional	13
2.1. Quando se aplica a LPCJP?.....	14
2.2. Como decorre a intervenção no Sistema de promoção e proteção?	15
Capítulo 3. O sistema nacional de acolhimento institucional	19
3.1 Potencialidades e constrangimentos do acolhimento institucional	22
3.2 Caracterização das crianças e jovens acolhidas em Portugal.....	26
3.3 Quais os desafios para o acolhimento institucional?	29
Capítulo 4. Metodologia	33
4.1 As metodologias qualitativas e a sua pertinência para o estudo do tema	33
4.2 Objetivos do estudo	34
4.3. Opções metodológicas.....	35
4.3.1 Técnicas de recolha e análise dos dados.....	35
4.3.2 No terreno	36
4.4 Questões éticas	37
4.5 Caraterização da amostra	38
4.5.1 Caraterização do LIJ A	39
4.5.2 Caracterização do LIJ B	41
Capítulo 5. Perspetivas sobre o Processo de acolhimento	47

5.1 Pré- acolhimento.....	47
5.2 O processo de acolhimento.....	50
5.2.1 Quem acompanha o jovem que irá ser acolhido	50
5.2.2 Receção preparada pelos Técnicos.....	53
5.2.3 Receção realizada pelos Pares	56
5.2.4 Comportamento da família face ao acolhimento institucional	57
5.2.5 Adaptação da criança ou jovem à instituição	59
5.3 Relações Interpessoais	60
5.3.1 Relação Técnico-criança ou jovem institucionalizado.....	61
5.3.2 Relação entre as crianças	67
5.3.3 Relação da família com a criança e a relação da família com a instituição	68
5.4 A organização do espaço e do tempo	71
5.4.1 O espaço individual.....	71
5.4.2 O espaço comum.....	74
5.4.3 Horários	76
5.5 O impacto da institucionalização	78
5.6 Tentativas para a reunificação da família.....	79
5.7 Considerações das pessoas que estiveram institucionalizadas	82
Conclusão	85
Referências Bibliográficas	95
Anexos	99

Índice de Tabelas

Tabela 1- Distribuição do número de acolhimentos.....	27
Tabela 2- Distribuição das crianças e jovens acolhidas por faixas etárias.....	27

Lista de abreviatura

Art.º - Artigo

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

C.R.P. – Constituição da República Portuguesa

D.T. – Diretor Técnico

EMAT – Equipa Multidisciplinar de Assessoria Técnica

ECMIJ- Entidades com Competências em Matérias de Infância e Juventude

FA- Famílias de acolhimento

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Introdução

Quando pensamos em acolhimento institucional de crianças com um processo de proteção e promoção de direitos é inevitável questionar o modo como este se processa, o que se poderia fazer diferente, quais as estratégias mais adequadas e menos prejudiciais para o bem-estar das crianças e jovens. São questões para as quais ainda não existe uma resposta única e definitiva. O foco desta investigação incide sobre as estratégias adotadas no momento em que a criança ou jovem é acolhida e sobre as formas de organização da vida quotidiana nas instituições, através da análise dos procedimentos de duas instituições de acolhimento distintas quer em termos de número de crianças acolhidas, quer em termos de condições físicas e arquitetónicas.

Quando se decide que o melhor para a criança ou jovem é uma medida de colocação em Lar de Infância e Juventude, é preciso compreender que, mesmo sendo esta uma solução necessária para garantir o bem-estar e a segurança da criança ou jovem, é também um momento de grande dor, ansiedade e tristeza para a criança ou jovem, que tem de deixar a sua casa, os seus familiares, os seus amigos, os seus espaços. É um momento de transição que deve ser trabalhado e tido em atenção, numa tentativa de minimizar as consequências nefastas. Para tal, é necessário lidar com cada acolhimento de forma particular e único, é preciso ter em consideração a criança ou jovem, os seus gostos e preferências, a sua personalidade e as suas opiniões. Sendo esta medida de promoção e proteção destinada para criança e jovens, estas deveriam ter uma participação ativa em todo este processo, devendo ser informadas das decisões que lhe dizem respeito, sendo que as suas opiniões e considerações deverão ser tidas em conta.

É objetivo deste trabalho analisar os procedimentos necessários numa institucionalização. Para isso, pretendemos perceber de que forma decorre o acolhimento e a integração das crianças e jovens institucionalizadas em diferentes equipamentos; de que forma se estabelecem as relações interpessoais entre as crianças, e entre os adultos e as crianças; pretendemos conhecer as rotinas das crianças e jovens acolhidas, bem como a

organização do tempo e do espaço das instituições; e, ainda, analisar de que forma as famílias das crianças em acolhimento participam nas suas vidas, como decorrem os contactos entre ambos, qual a intervenção destinada às famílias para que seja possível o retorno da criança ao seu meio familiar.

Para concretizarmos este trabalho recorreremos a duas instituições de acolhimento, que têm o mesmo propósito: - satisfazer as necessidades das crianças e jovens institucionalizadas, proporcionando-lhes condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (alínea f), nº1, art.º35.º, LPCJP), - mas que têm dimensões, características físicas e humanas completamente distintas.

Ao desenvolvermos esta investigação temos como intuito analisar se existem diferentes formas de institucionalização, é nosso desejo compreender até que ponto o número de crianças por equipamento pode influenciar ou não no processo de acolhimento e na integração de novas crianças, no estabelecimento das relações interpessoais e até mesmo nas rotinas quotidianas das crianças em acolhimento.

A presente dissertação encontra-se organizada em dois níveis: teórico e empírico, por sua vez estão subdivididos em cinco capítulos. Os primeiros três capítulos têm uma natureza eminentemente teórica. O primeiro capítulo fala-nos da família, da sua importância, e da violência intrafamiliar e os fatores de riscos que podem potenciar os maus tratos, que por conseguinte podem levar ao acolhimento institucional. O segundo capítulo destina-se a uma explicação sobre o enquadramento legal do acolhimento institucional. No terceiro capítulo realiza-se uma abordagem especificamente direcionada para a medida de promoção e proteção - acolhimento institucional – procurando perceber quais as suas potencialidades e constrangimentos; seguidamente elaborou-se fazer uma breve caracterização da população de crianças e jovens acolhidas em Portugal durante o ano de 2015, através da análise do Relatório CASA 2015, da autoria do Instituto da Segurança Social. Para finalizar, este capítulo encerra com os desafios existentes para esta medida.

No quarto capítulo, apresenta-se a fundamentação das opções metodológicas, as questões éticas e a caracterização da amostra, bem como a caracterização das instituições de acolhimento.

Na segunda parte desta dissertação há lugar à apresentação da componente empírica do estudo. No capítulo cinco são elencadas as perspetivas dos técnicos e das pessoas que estiveram institucionalizadas sobre o processo de acolhimento institucional nestas duas instituições, bem como são apresentados dados de observação.

Para terminar são apresentadas algumas considerações finais, partindo da análise dos resultados obtidos.

Capítulo 1. Dos maus-tratos ao acolhimento institucional

1.1 A importância da família

A família desde sempre foi considerada como um núcleo fundamental da sociedade, pois é a através dela que as crianças adquirem os comportamentos, as normas, os conhecimentos para a convivência sócio relacional (Cansado, 2014).

Almeida (1998) refere que a família é uma instituição social que é imprescindível e insubstituível, dado que desempenha funções como a socialização e a educação dos seus membros, proporcionando o desenvolvimento de competências e valores pessoais e sociais.

Seguindo este pensamento, Oliveira (2003) considera que a família é a primeira etapa de socialização da criança, é em contexto familiar que se aprende e sente as normas e valores vigentes na sociedade. A base de toda a aprendizagem centra-se na família, é este núcleo de pessoas que permitem o desenvolvimento cognitivo, sensorial, motor e afetivo da criança. É a família que incute à criança uma cultura, sendo através dela que a criança constrói a sua identidade pessoal e a sua personalidade.

A família, sem se aperceber, desempenha uma serie de funções fulcrais que é importante elencar: educa os seus membros; socializa as crianças durante todo o seu processo de desenvolvimento; promove a autonomia, a responsabilidade e integra-as na sociedade. Perante tantas funções é fundamental apoiar a família no seu papel parental para que esta consiga proporcionar e satisfazer as principais necessidades da criança, contribuindo para o seu desenvolvimento, sem recorrer à violência, é necessário orientar a família para que esta consiga impor limites aos seus comportamentos (Geisen, 2006).

O papel principal das famílias é proteger as suas crianças de todas as formas de violência, contudo também é da responsabilidade da família capacitar as crianças para que se saiba defender. A Convenção sobre os Direitos das Crianças afirma que a família deve possuir um ambiente natural para o crescimento dos seus elementos. Vários diplomas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos proclamam que a família tem o dever de

garantir o bem-estar dos seus membros, oferecendo-lhes suporte a todos os níveis (Cansado, 2014).

Alarcão (2002) reuniu um conjunto de fatores indispensáveis para que a socialização primária desenvolvida pela família atinja os seus objetivos. É basilar a existência de afeto, segurança, uma relação estruturante, e imposição de limites sem recorrer à violência ou à humilhação. A conjugação destes fatores possibilita que a criança tenha um crescimento e um desenvolvimento harmonioso, sentindo-se amada e acarinhada, com autoestima e dignidade. Há que fomentar a parentalidade positiva, disponibilizando às famílias uma rede de apoios sociais que contribuem para a sua capacitação, a sua competência e a resiliência parental. É igualmente importante destacar no papel da família, reconhecendo e valorizando as suas potencialidades, que atuam como fatores de proteção, em detrimento dos seus constrangimentos, que devem ser identificados, percebidos e percecionados pela família para que sejam trabalhados numa tentativa de minimizá-los ou até mesmo eliminá-los, para que estes não representem um obstáculo à interação familiar.

Importa salientar que mesmo que os pais sejam responsáveis, atentos, carinhosos para com os filhos, os tentem proteger de todas as situações de perigo existente, o crescimento de uma criança está repleto de situações difíceis de gerir. Podemos afirmar que “todas as crianças são vulneráveis, devido à existência de circunstâncias específicas ou potenciais da sua vida pessoal, familiar e social” (Cansado, 2014 p. 26).

Pese embora todas estas considerações acerca da importância da família, também é verdade que por vezes as famílias representam o verdadeiro perigo para alguns dos seus elementos. Tendo em conta todas as particularidades de ser criança, ser mais pequena, ser frágil, indefesa, ingénuo, vulnerável e dependente de outras pessoas, este é o alvo mais fácil para sofrer qualquer tipo de violência ou abuso. Com um breve olhar pela história da humanidade, podemos constatar que tratamentos inapropriados, e agressões físicas de todas as formas sempre foram práticas comuns nas sociedades, sendo consideradas como corretas e por consequência aceites socialmente (Cansado, 2014).

1.2 A violência na família e o Acolhimento Institucional

Tal como referido anteriormente, no contexto familiar as crianças são muitas vezes o elemento mais frágil, estas sofrem direta ou indiretamente por vivenciarem relações onde as agressões e os conflitos são uma constante. A violência e os maus tratos no seio familiar não são fenómenos recentes, existem relatos desde os tempos mais remotos, contudo, só há algumas décadas atrás é que se começou a considerar este flagelo como problema social. Esta problemática começou a adquirir relevância após a conferência de Kempe, em 1961, nos EUA, foi por esta altura que surgiu pela primeira vez a expressão “Síndrome da criança batida”. Esta investigação tornou-se num macro-histórico na chocante questão de crianças maltratadas, dado que continha uma visão global do problema, e considerava necessário ter uma equipa multidisciplinar para avaliar a situação, propondo o afastamento temporário dos pais, tendo em vista a proteção da criança (Alarcão, 2002).

Na opinião de Dias (2004), o fenómeno da violência intrafamiliar consiste numa grande contradição da família moderna. Hoje em dia os valores da família moderna assentam na realização pessoal e profissional dos seus membros; na partilha das tarefas domésticas e na igualdade de oportunidades. Todavia, a dita família moderna não está completamente isenta de violência. Segundo o autor, as situações de violência para com as crianças, mulheres, homens e idosos encontram neste contexto familiar um espaço propício para acontecerem. O número de ocorrências deste género é tanto, que as sociedades começam a atribuir-lhes uma legitimidade cultural, tornando-se este problema social “numa componente quase «normal» da vida familiar na maior parte das sociedades” (Cansado, 2014 p.38).

Atualmente, vivemos numa sociedade onde os níveis de violência estão muito elevados e com grandes consequências na estrutura familiar e nas relações interpessoais. É de salientar, que a violência conjugal é uma das mais trágicas. Podemos concluir que a violência e os maus-tratos constituem um problema social que provoca danos no momento e que se podem prolongar no tempo. Tem impactos a nível físico, psicológico e social nos membros da família e pode prejudicar a união familiar. Tendo em conta esta situação, especialistas de diferentes áreas do saber – psicologia, psiquiatria, sociologia, direito

corroboram na necessidade de proteger as crianças e jovens, dentro e fora da família, salvaguardando o seu bem-estar-bio-psico-social (Cansado, 2014).

Continuando com o pensamento do autor referido anteriormente, este considera que as situações vividas no seio familiar têm um impacto determinante no desenvolvimento psicológico do indivíduo. As situações de maus tratos ocorridos na infância têm influências nocivas em diversas áreas de funcionamento, nomeadamente ao nível social, emocional, comportamental e cognitivo.

À luz da perspetiva de Maia (2007) os maus tratos provocam um conjunto de consequências: o indivíduo agredido desenvolve um padrão de vinculação desorganizado; o desenvolvimento intelectual, cognitivo, social, físico e sexual é seriamente prejudicado; existe dificuldade na regulação emocional; baixa autoestima; o indivíduo enfrenta problemas nos contextos escolares/profissionais; desenvolve sintomas dissociativos; perturbações psicológicas e ideação suicida. Estas consequências podem manifestar-se na infância ou já em idade adulta.

Mas as consequências dos maus-tratos não ficam por aqui. Uma criança maltratada na infância sofre alterações profundas na sua personalidade, perde a capacidade de confiar nos outros, sejam crianças ou adultos; perde a capacidade de amar, de estabelecer laços afetivos, prejudicando assim os possíveis relacionamentos futuros. Podemos referir ainda como consequências deste problema, os comportamentos antissociais, a tendência para as injúrias e roubos, atitudes que inflijam dor ao outro, desenvolvem o sentimento de rejeição, abandono, medo, ansiedade e insegurança. Este problema social tem impactos no momento (as marcas físicas) mas tem também repercussões no tempo, isto significa que uma criança agredida sistematicamente na infância, pode tornar-se num adulto problemático, com problemas de depressão, ansiedade, problemas de adição: alcoolismo e toxicodependência, ou problemas de relacionamentos com os outros (Cruz, 2006).

Para além das consequências para o indivíduo agredido, convém refletir sobre os efeitos negativos que os maus tratos infantis causam na sociedade, quer direta ou indiretamente. De forma direta, temos os custos associados para o tratamento da vítima quer a nível da saúde, quer a nível da justiça. De forma indireta, temos o baixo aproveitamento/rendimento nos contextos escolar ou profissionais e o impacto social nas relações já

estabelecidas. O desenvolvimento saudável do indivíduo depende dos bons ou maus tratos que vai recebendo durante toda a sua vida, estar inserido num núcleo familiar que faculte apoio afetivo e material, traduz-se num bem-estar generalizado, dado que ajuda a regular o stress, atenua os sentimentos de tristeza associados ao desafio que é viver (Cansado, 2014).

Efetivamente as crianças carecem de ser acarinhadas, abraçadas, pegadas ao colo, e precisam deste carinho por dois motivos, primeiro para satisfazerem uma necessidade psicológica fundamental, que é a vinculação, em segundo porque estes comportamentos afetivos facilitam a maturação do cérebro. É notório que as relações de má qualidade têm influencias sobre a atividade e o desenvolvimento das estruturas cerebrais nas crianças, devido ao stress afetivo que provocam, essa influencia é tal que pode causar prejuízos nas capacidades intelectuais (Abreu, Sá e Ramos 2010).

As consequências nocivas da violência doméstica para a mulher é um assunto que está devidamente estudado. No entanto, quando se fala de consequências para as crianças ou jovens que são expostas a situações de violência doméstica, isso já não acontece. Viver num lar violento pode levar a que essas crianças estejam sujeitas a sofrer de abusos e outras formas de violência. Por outro lado, as crianças que vivenciam estes conflitos na infância podem assumir comportamentos de risco ou enveredar pela delinquência (Almeida, André & Almeida 1995).

1.3 Os fatores que potenciam o risco

Sobre os principais fatores que podem potenciar situações de risco Canha (2008) e Gomes (2010) apontam três grupos de fatores de risco mais comuns: fatores associados aos pais; fatores associados à criança, relacionados com uma situação de crise familiar. Os fatores de risco inerentes aos pais são: baixo nível socioeconómico e cultural; os pais também foram vítimas de maus tratos na sua infância; idade inferior a vinte anos; atraso mental de um ou de ambos os progenitores; personalidade imatura, impulsiva, fraca tolerância às frustrações; alterações constantes de residência e de companheiro;

antecedentes de criminalidade; problemas de adição de álcool ou substâncias ilícitas; ausência de hábitos de trabalho e/ou dependência económica de outrem. Os fatores de riscos associados às crianças são: idade inferior a três anos; crianças fruto de gravidez não desejada ou de mãe muito jovem, solteira ou sozinha, normalmente sem apoios familiares e sociais; separação da mãe no período pós-parto; crianças gémeas; crianças que não correspondem às expectativas dos pais; existência de deficiências: com atraso mentais, com necessidades educativas especiais ou portadoras de doença crónica; alterações de comportamento ou insucesso escolar. Também existem situações familiares propícias para desencadarem agressões físicas são: o desemprego; dificuldades económicas; a morte de um familiar; diagnóstico de uma doença grave de um dos progenitores; o divórcio dos pais; sintomas depressivos na mãe, sobrelotação habitacional, promiscuidade ou integração em agregados multiproblemáticos.

A combinação desta tríade de fatores de risco com a tolerância cultural que existe em relação ao castigo físico, é de referir que é aceite ainda como forma de educar as crianças, contribuem para o surgimento da violência intrafamiliar, que se reflete com maior preocupação nas crianças. Os maus tratos a crianças acontecem em todas as classes sociais, desde os mais desfavorecidos até pessoas abastadas economicamente. Por vezes famílias mais pobres apesar de todos os problemas económicos conseguem educar os filhos de forma afetuosa e preocupada. Por outro lado, também há relatos de famílias em que abundam os recursos económicos que maltratam os filhos, mas neste caso verificam-se mais maus tratos psicológicos, sem deixar marcas físicas. Portanto a questão financeira não é por si só preditor de maus tratos infantis.

A literatura diz-nos que os agressores na maioria dos casos são os cuidadores da criança, desde os pais, as avós, companheiros dos progenitores, amigos ou familiares próximos. Também é de salientar que é mais frequente, relatos de agressores do sexo feminino, pese embora sejam os do sexo masculino que agredam com mais violência, causando lesões mais graves (Cansado, 2014).

Canha (2003) explica que existindo a dúvida de possíveis situações de maus tratos, as crianças devem ser temporariamente afastadas do seu agregado familiar, isto para salvaguardar a sua proteção, impedindo assim que os maus tratos se repitam. Paralelamente

vai-se realizando uma avaliação diagnóstica ao agregado para que seja possível definir uma intervenção social mais correta possível.

Esta intervenção do Estado visa a «normalização» das práticas, de forma a torná-las socialmente aceitáveis. Devido aos contextos adversos em que estas crianças se encontram, por vezes a intervenção no âmbito das crianças em risco, opta pela retirada da criança à família a título provisório, dando a possibilidade para a família se organizar e estruturar de forma equilibrada, permitindo o regresso da criança ao seio familiar; contudo a medida, que seria a título provisório, vai-se tornando definitiva porque não são reunidas as condições para o retorno da criança. O problema do acolhimento institucional é que sempre levantou sérias dúvidas, por um lado é evidente que não se pode deixar uma criança ou jovem numa situação de perigo iminente, mas por outro lado a forma de a proteger recorrendo à institucionalização acaba por lhe causar sofrimento, estas crianças sentem um mal-estar psicológico devido ao abandono familiar, à negligência ou pelos abusos que sofreram (Alarcão, 2002).

Nos últimos anos, temos assistido a uma mudança de paradigma no acolhimento institucional, nomeadamente acerca das metodologias de intervenção. Tem-se optado mais por apoiar a família maltratante, visto que se considera ser uma abordagem positiva para ultrapassar as situações de maus tratos. É necessário que o Estado e a Sociedade aliem esforços para potenciar uma política integrada e eficiente neste âmbito, para que a intervenção seja a menor possível quer na autonomia, quer na autodeterminação dos intervenientes deste processo (Azevedo, 2006).

Ora, optando o Estado pela institucionalização da criança ou jovem, é da responsabilidade da instituição, a partir do acolhimento, proporcionar-lhe um conjunto de novas aprendizagens, sem esquecer a relação familiar destas crianças. É fulcral incluir os progenitores nesta nova fase da vida, só assim será possível recuperar plenamente uma vítima de maus tratos. A instituição deve encetar esforços para minimizar a rutura familiar. Ao ser institucionalizada a criança vai ter a hipótese de frequentar uma nova escola, fazer novos amigos, estar integrado numa comunidade diferente. Os técnicos devem realçar a importância desta viragem, demonstrando as oportunidades que poderão advir (Cansado, 2014).

Capítulo 2. Enquadramento legal do acolhimento institucional

O acolhimento institucional de crianças e jovens em Portugal é regulado por uma jurisdição especial de proteção da infância e juventude que abrange os princípios e normas de diferentes diplomas. A nível nacional temos a *Constituição da República Portuguesa*, o *Código Civil Português* e a *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*, a nível internacional temos a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Estado Português em 1989.

Segundo a *Constituição da República Portuguesa* (art.ºs 67.º, 68.º, 69.º e 70.º) é à sociedade e ao Estado que cabe a responsabilidade de proteção da família, das crianças e dos jovens tendo em vista o seu desenvolvimento integral. As crianças órfãs, abandonadas ou privadas de um ambiente familiar saudável para o seu crescimento têm um direito especial de proteção, dado que se encontram numa situação mais fragilizada (Carvalho, 2013).

Por vezes quando as famílias não conseguem garantir o bem-estar integral das crianças e dos jovens, é necessário afastá-los temporária ou definitivamente do seu meio familiar, devendo o Estado garantir a sua proteção. Em Portugal, a intervenção realizada no âmbito do sistema de promoção e proteção tem os seus princípios e normas expressos na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto), esta legislação tem por objetivo a proteção das crianças e jovens em perigo, através da promoção dos seus direitos, de forma a garantir o bem-estar e desenvolvimento integral (art.º1). Borges (2011) considera que esta lei pretendia alterar o modelo de justiça de menores vigente, dado que as crianças e jovens não podem ser prejudicados no exercício dos seus direitos, só pelo facto de ainda não terem atingido o seu desenvolvimento integral, quer a nível físico, como psíquico. Neste diploma as crianças e jovens passaram a ser considerados atores sociais, titulares de direitos.

2.1. Quando se aplica a LPCJP?

Esta legislação aplica-se a crianças e jovens com menos de 18 anos, ou menos de 21 anos, caso a intervenção se inicie antes de atingir a maioridade e o jovem solicite a continuação do acompanhamento (art.º 5).

Para que seja necessário a aplicação desta lei, pressupõe-se que a criança ou jovem se encontrem numa situação de perigo. O artigo 5.º define uma “situação de urgência como sendo um perigo atual e iminente para a vida ou integridade física”. O legislador abandonou assim o conceito de risco, por este se tratar de uma situação possível, uma ocorrência incerta, que poderá eventualmente causar dano no desenvolvimento da criança (Borges, 2011).

Na tentativa de uniformizar as práticas de intervenção no sistema de promoção e proteção, a lei em análise, elencou no artigo 3.º, nº2 as situações de perigo que exigem intervenção:

Quando a criança:

- a) está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- d) é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens tem a sua legitimidade justificada quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (art.º 3º, nº1). Como princípios orientadores da intervenção do Estado e da

comunidade, este diploma consagra: o interesse superior da criança e do jovem; a privacidade; a intervenção precoce; a intervenção mínima; a proporcionalidade e atualidade; a responsabilidade parental; a prevalência na família; a obrigatoriedade da informação; a audição obrigatória e participação da criança e por fim a subsidiariedade.

2.2. Como decorre a intervenção no Sistema de promoção e proteção?

Uma intervenção subsidiária significa que a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ), pelas comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ), e em último recurso pelos tribunais, formando assim três patamares distintos de intervenção, isto significa que o Tribunal só intervém depois da atuação dos serviços sociais e administrativos, e caso esta não consiga retirar a criança ou jovem da situação de perigo em que se encontra, ou então quando essa intervenção não seja permitida (Borges, 2011). Segundo Martins (2004) esta organização funcional evidencia claramente a complexidade deste sistema de promoção e proteção. Esquematizando, a LPCJP tem três planos de atuação:

- Num primeiro plano, estão as ECMIJ, são estas entidades que têm a responsabilidade inicial de tentar remover a criança ou jovem de uma situação de perigo. Devem ter um papel vigilante, de controlo de situações de perigo, encaminhar as situações para as entidades competentes fazendo a denúncia do caso. Como exemplos destas entidades temos as escolas, as instituições particulares de solidariedade social, os centros de saúde, hospitais, creches, juntas de freguesias, câmaras municipais, associações ou organizações privadas que desenvolvam atividades desportivas, culturais ou recreativas.
- Num segundo plano, estão as comissões de proteção de crianças e jovens, e seguindo a aplicação do princípio da subsidiariedade, a intervenção das CPCJ só deve verificar-se nos casos em que as entidades com competência em matéria de infância e juventude não conseguiram de forma adequada remover o perigo em que se encontra a criança e jovem. As CPCJ exercem a sua competência na área territorial do município onde se encontram, são instituições oficiais não judiciárias,

que possuem autonomia funcional para efetuar as diligências necessárias visando a promoção dos direitos da criança e do jovem, prevenir ou pôr termo a situações que possam afetar ou causar dano ao seu desenvolvimento integral. Para que se possa concretizar a intervenção das CPCJ é imperioso que os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a guarda de facto, expressem o seu consentimento. Contudo, nos casos em que não seja possível alcançar este consentimento, as CPCJ encaminham o processo para o Tribunal.

- O terceiro e último plano de atuação, está sob a alçada dos Tribunais. Estes só intervêm quando não exista uma CPCJ na área de residência da criança e do jovem; quando não seja prestado ou seja retirado o consentimento por parte da família ou do jovem; quando não existam meios necessários para aplicar ou executar a medida adequada; passados seis meses após o conhecimento da situação a CPCJ ainda não tenha proferido uma decisão; o Ministério Público pode considerar a medida aplicada pela CPCJ ilegal ou inadequada, e por fim, o Tribunal pode decidir apensar o processo de promoção e proteção ao processo judicial.

Transitando os processos para os Tribunais, os magistrados tomam as decisões baseando-se nos pareceres sociais elaborados pelas equipas multidisciplinares de assessoria aos tribunais (EMAT). Compete também às EMAT o acompanhamento da execução das medidas de promoção e proteção, prestando o apoio necessário às crianças e jovens sinalizadas. São aos técnicos que integram estas equipas multidisciplinares que cabe a responsabilidade de elaborar informações sociais/ relatórios sociais com informações detalhadas e atualizada sobre a situação da criança ou do jovem, bem como as condições do seu agregado familiar, ou da pessoa que tenha a guarda de facto (Rei, 2013). É através destas informações sociais que os magistrados decidem a prorrogação, a alteração ou a cessação da medida, logo estas informações têm um papel fulcral na vida das crianças e jovens que intervêm no sistema de promoção e proteção.

Para que seja possível retirar a criança ou jovem de uma situação de perigo, o legislador elencou um conjunto de medidas de promoção e proteção que pretendem o afastamento do perigo em que a criança ou jovem se encontrem. Paralelamente, proporcionando-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança,

saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral, assegurando também a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso (art.º 34º.).

A LPCJP distinguiu as medidas de promoção e proteção tendo em conta a sua natureza, assim sendo temos dois grupos distintos: as medidas a executar no meio natural de vida e as medidas a executar em regime de colocação.

De forma sucinta:

- Medidas executadas no meio natural de vida: significa que a criança permanece no seu espaço habitual, quer físico quer social. Neste grupo enquadram-se as seguintes medidas: apoio juntos dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea; confiança a pessoa selecionada para a adoção; apoio para a autonomia de vida.
- Medidas executadas em regime de colocação: significa que a criança ou jovem teve de sair do seu espaço habitual. Neste grupo enquadram-se as seguintes medidas: acolhimento familiar; acolhimento em instituição; confiança a instituição com vista a futura adoção.

Na ordenação das medidas de promoção e proteção referidas anteriormente, o legislador teve em consideração a gravidade da situação de perigo em que se encontra a criança ou jovem, no que concerne à necessidade de afastamento destes do seu agregado familiar (Borges, 2011). A filosofia subjacente na ordenação das medidas é que se deve começar pela menos invasiva (apoio juntos dos pais), caso esta não atinja os resultados esperados deve-se tentar a seguinte, e assim sucessivamente. É de salientar também, que estas medidas respeitam os princípios orientadores da intervenção (art.º4) o interesse superior da criança, o princípio da responsabilidade parental e o da prevalência da família (Borges, 2011).

A LPCJP entrou em vigor em 2001, e todas as medidas de promoção e proteção das crianças e jovens em perigo nela consagradas já se encontram devidamente regulamentadas; contudo após quase década e meia, a medida de acolhimento institucional, nomeadamente em Lar de Infância e Juventude é a única que ainda não tem um regulamento próprio,

embora esta seja uma medida que abranja um vasto número de crianças (Pacheco, 2010). Segundo Martins (2005), as medidas mencionadas anteriormente ainda estão longe de um esquema funcional, visto que não se encontram integradas num sistema, em que a sua articulação é deficitária; ainda não estão definidas as especificidades de cada uma; a sua qualificação não é generalizada, a autora refere mesmo que:

“o acolhimento institucional goza de um estatuto globalmente desvalorizado no quadro da proteção infantil, configurando-se como último recurso, um *mal menor*, resíduo indesejável, preterido nas escolhas e nos investimentos. Esta imagem depreciada é assumida pelos profissionais que trabalham neste sector e extensiva aos seus utentes, alimentando um círculo vicioso de desqualificação” (Martins, 2005 p.2).

Tendo em conta o âmbito deste trabalho, o enfoque a partir deste ponto recai sobre a medida de acolhimento institucional.

Capítulo 3. O sistema nacional de acolhimento institucional

“ (...)a institucionalização é a forma mais simples e cômoda de a sociedade “solucionar” o problema das crianças vítimas de maltratos (...)” (Alberto, 2003 p. 231).

Conforme o legislado no art.º 49 da LPCJP, acolhimento institucional de crianças e jovens em perigo significa:

“colocação da criança e jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamentos de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhe garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhe proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”.

É de frisar que a institucionalização, apesar de ser a última medida a aplicar nos processos de promoção e proteção, é também aquela que atinge maior expressão no nosso país. Embora seja constantemente criticada e posta em causa, a sua necessidade impõe-se cada vez mais, até porque não existem ainda medidas alternativas, capazes de prestar os mesmos serviços (Martins 2005; Carvalho & Manita, 2010).

Na ótica de Isabel Alberto “a institucionalização é a forma mais simples e cômoda de a sociedade “solucionar” o problema das crianças vítimas de maltratos” (2003, p.231), visto que a retirada da criança do seu seio familiar a afasta imediatamente da zona do perigo. Caso se optasse por trabalhar a família e os seus problemas, mantendo a criança por perto, estaríamos a permitir que esta fosse sujeita a continuados abusos.

O acolhimento em instituição deve ser encarado como um direito para a criança ou jovem sempre que esteja em causa o seu bem-estar e a sua segurança (Bullock 1999; cit. In Carvalho,2013).

Em Portugal, o sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens em perigo está organizado em três níveis distintos, tendo em conta a dimensão temporal em relação às necessidades das crianças e jovens (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000). Assim no primeiro nível temos o acolhimento de emergência. Este destina-se ao acolhimento

urgente e transitório de crianças e jovens que estão em situação de perigo iminente. A duração não deve ultrapassar as 48 horas. Por norma, é executado em unidades de emergências ou vagas de emergências criadas pelas instituições de acolhimento. Num segundo nível, temos o acolhimento temporário. Este está vocacionado para acolher as crianças e jovens que necessitam de um afastamento temporário das suas famílias. O princípio é que a duração não exceda os 6 meses, contudo se as circunstâncias familiares não permitirem o retorno da criança ao seio familiar a duração pode ser prorrogada. Existem duas formas para concretizar este acolhimento, os Centros de Acolhimento Temporários (CAT), ou as Famílias de Acolhimento (FA). O terceiro nível, diz respeito ao acolhimento prolongado. Este visa acolher crianças e jovens cujas circunstâncias familiares e sociais obrigam a um afastamento prolongado ou definitivo do núcleo familiar. Este é o último recurso a utilizar. Primeiro devem ser esgotados todos os esforços junto da família. É neste nível que se encontram os Lares de Infância e Juventude (LIJ) (Carvalho, 2013). É de salientar, que não se trata de “um sistema contínuo: uma criança pode entrar nele por qualquer uma das respostas sociais. A resposta é determinada em função das necessidades específicas de cada caso, bem como da intervenção que se pretende levar a cabo” (Pacheco, 2010 p. 17).

A este respeito, a LPCJP faz a distinção entre duas modalidades de acolhimento, designadamente: curta ou longa duração (art.º 50.º). Caso se trate de um acolhimento cuja duração não seja superior a seis meses, considera-se de curta duração, caso o acolhimento ultrapasse os seis meses é considerado acolhimento prolongado, isto é, de longa duração.

Independentemente do tipo de acolhimento (curta ou longa duração), esta medida pretende recuperar física e psicologicamente as crianças e jovens vítimas de maus tratos, assegurando a sua proteção e desenvolvimento (Carvalho, 2013). No seguimento desta ideia, a autora mencionada anteriormente, considera que cabe às instituições de acolhimento a função de controlo social e a função de promoção da coesão social.

A lei referida, anteriormente, esclarece quais as características que as instituições de acolhimento devem ter, nomeadamente em relação à sua natureza, ao regime de funcionamento e os recursos humanos necessários.

As instituições de acolhimento podem ser públicas ou cooperativas, sociais ou privadas, com acordo de cooperação com o Estado (art.º 52.º).

No que concerne ao funcionamento destas instituições, o legislador explicitou que estas devem ter por princípio um ambiente o mais familiar possível (art.º 53.º). Como nos explica Carvalho (2013; p.20), estas instituições devem ter um ambiente “contendor e impulsionador do desenvolvimento equilibrado das crianças e jovens”. A organização destas instituições deve permitir que se estabeleça uma relação afetiva do tipo familiar e uma vida diária personalizada, favorecendo ainda a integração na comunidade envolvente (art.º 53.º). É referenciado no mesmo artigo, que estes equipamentos devem funcionar em regime aberto, isto significa que as crianças e jovens podem entrar e sair livremente, tendo em conta as normas gerais de funcionamento da instituição, bem como as suas necessidades educativas, a proteção dos seus direitos e interesses. Para que a experiência do acolhimento em instituição atinja os seus propósitos, é fulcral a presença dos pais ou outras figuras de referência, estes podem e devem visitar as crianças e jovens, caso não exista uma decisão judicial em contrário.

Legisla-se que, nestas instituições é necessário a existência de uma equipa técnica multidisciplinar, a quem cabe a responsabilidade de elaborar diagnósticos sociais da situação da criança ou jovem, a definição e a execução do seu projeto de vida.

É esta equipa técnica que faz a ligação entre a criança e jovem acolhido com a sua família, que avalia e trabalha as suas necessidades. Para que seja possível o retorno à família, é necessário suprimir os constrangimentos que levaram à retirada da criança ou jovem, e para tal é indispensável que os pais ou quem tenha responsabilidades queira efetivamente reunir as condições necessárias para acolher a criança ou jovem. Para que isto aconteça tem de existir um trabalho de motivação e formação parental, que só atinge os objetivos de for realizado tendo por base a confiança na equipa técnica (Reis, 2013).

Sobre a dimensão e lotação destas instituições, de acordo com as Recomendações Técnicas para os Equipamentos Sociais, dos serviços do Instituto de Segurança Social, I.P. (2010), os CAT e os LIJ podem acolher no mínimo 12 e no máximo 30 crianças e jovens. O documento referido, explica que a lotação de cada instituição deve ser determinada segundo as necessidades da população que acolhe; fatores económicos; e a qualidade dos serviços

prestados às crianças e jovens. Estes números e estes critérios de lotação não são muito compatíveis com um dos objetivos do acolhimento institucional – ter um ambiente o mais familiar possível. Se se trata de uma instituição com 12 crianças e jovens talvez se consiga acolher com afeto e a individualidade necessária, mas com 30 crianças ou jovens é quase impossível acompanhar de forma individualizada, e com estas dimensões não se pode falar em semelhanças com um lar familiar. É de realçar, que os técnicos trabalham num regime de rotatividade o que dificulta a existência de uma intervenção relacional (Gomes, 2010).

Na última década, as instituições de acolhimento têm sido alvo de algumas alterações, entre 2007-2012 o Instituto da Segurança Social desenvolveu o Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças -, (Despacho n.º 8393/2007, de 10 de maio) este plano visava a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, através do reforço das equipas técnicas, e da qualificação da intervenção e dos seus intervenientes. Este plano iniciou um processo de desinstitucionalização. Em 2012, este plano de intervenção integrada, foi substituído pelo Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), (Despacho n.º 9026/2012, de 1 de julho) este plano também tem como principal objetivo promover a desinstitucionalização num menor tempo possível, fomentando uma especialização das respostas sociais existentes (Carvalho, 2013).

3.1 Potencialidades e constrangimentos do acolhimento institucional

Conforme afirma Isabel Alberto “falar da institucionalização de crianças e adolescentes vítimas de maltrato é um desafio, é trilhar caminhos ainda “escondidos” pela “neblina do esquecimento” ” (2003, p.227). Treze anos volvidos e esta é uma realidade bem presente, dado que cada institucionalização de uma criança ou jovem é única, cada instituição de acolhimento tem as suas particularidades, tem a sua identidade própria, tem as suas características. Segundo a mesma autora, quando se tenta refletir sobre esta área, é preciso ir mais além do que apresentar meros conceitos, é preciso ter em conta a pluralidade das instituições, as suas dimensões arquitetónicas e o número de crianças que acolhe, as

suas potencialidades e os seus constrangimentos e o seu quadro técnico. Abordar este fenómeno é mais complexo e árduo do que uma simples análise das instituições.

Seguindo este pensamento, Paula C. Martins referiu que:

“a institucionalização não constitui uma variável homogénea e isolada; nem institucionalização é sinónimo de acolhimento institucional, nem o substantivo singular -instituição- é coletivo, isto é, não contém a realidade diversa e plural de prestações institucionais de proteção infantil” (2005a, p.3).

Com esta frase, constatamos que cada institucionalização é única, cada criança ou jovem passa por um processo de institucionalização diferente e que cada instituição, por mais normativas, regras ou guias de boas práticas que se elaborem, é única, singular e incomparável.

Há que considerar que as crianças são vítimas duplamente porque se houve a necessidade de as retirar da sua família, é porque estavam sujeitas a negligência e/ou maus tratos ou não tinham as suas necessidades salvaguardadas; no entanto “a institucionalização pode representar uma nova forma de violência (...) estas crianças e jovens conhecem um mal-estar psicológico constante provocado pelo abandono familiar, pela negligência ou pelos abusos a que foram sujeitos” (Cansado, s.d. p.3).

À luz da perspectiva de Durning (1998; cit in Fernandes, 2007 p.260), as instituições de acolhimento também podem ser locais de maus tratos. Isso acontece quando: as instituições não têm em conta a história de vida de maus tratos que estas crianças foram sujeitas no seu seio familiar; por vezes também acontecem casos de negligência e de violência dentro das próprias instituições de acolhimento, estes atos podem ser cometidos pelos adultos que tinham o dever de cuidar destas crianças. As instituições podem ser maltratantes “quando há uma massificação do atendimento das crianças institucionalizadas não se registando qualquer possibilidade de estabelecer um equilíbrio entre a individualização e a coletivização da intervenção social junto das mesmas” (Durning, 1998; cit in Fernandes, 2007 p.260).

Do mesmo modo, Alberto (2003) apresenta quatro fatores intrinsecamente associados ao processo de institucionalização de crianças e jovens em risco, sendo estes responsáveis por repercussões negativas nos mesmos: *o sentimento de punição, as crianças interiorizam que foram retiradas às suas famílias por culpa dos seus atos;*

demissão/diminuição da responsabilidade familiar, a família afasta-se ainda mais da criança, dado que esta se encontra protegida e cuidada pela instituição; estigmatização e discriminação social, existem muitos preconceitos sobre as crianças em acolhimento, acabando elas próprias por desenvolver diferenciações negativas, auto desvalorizando-se e ainda auto discriminando-se; *função de controlo social/reprodução das desigualdades sociais*, mais uma vez existe a crença que as crianças institucionalizadas descendem de famílias desfavorecidas, economicamente, sendo este o motivo da retirada, em vez da situação de maus tratos. Saliente-se que, já em 1985, Wolfe referiu que as situações de maus tratos para com as crianças abrangem todos os estratos socioeconómicos, pese embora as crianças institucionalizadas sejam apenas de estratos socioeconómicos mais baixos (cit in Alberto, 2003).

Ana Palmeira (2012) refere a este propósito que devido à localização geográfica das instituições, dá-se o afastamento da criança da sua zona de origem, ficando esta separada de amigos, familiares, da escola, dos seus locais de referência. Por vezes, isto acontece propositadamente para afastar as crianças dos problemas ou então pelas dificuldades em encontrar uma instituição com disponibilidade de acolhimento. Segundo a autora supracitada, este afastamento geográfico conduz a um número reduzido de visitas por parte de amigos e familiares, levando a que a criança se sinta só, contribuindo para um aumento da sensação de abandono e de solidão. Outro problema constatado por esta autora, é a disparidade das faixas etárias das crianças institucionalizadas, o que não favorece a um adequado desenvolvimento da criança a nível psicológico, cognitivo, social e desenvolvimental.

Apesar de a institucionalização apresentar todos estes factos referidos anteriormente, também é verdade que tem as suas potencialidades. Segundo Raymon (cit in Alberto, 2003) as instituições devem ser *securizantes*: devem pautar-se pela organização, estabilidade e segurança, através do estabelecimento de regras e rotinas diárias, isto protege a criança do imprevisto, que provoca ansiedade nas mesmas. Paralelamente, as instituições não devem esquecer o seu lado humano, devem ser calorosas, tratar cada criança como única, atendendo à sua individualidade, por exemplo ter o cuidado de confeccionar o prato favorito das mesmas, ter um ambiente acolhedor e na hora de dormir, aconchegar os mais

pequenos; devem ainda ser *contentoras de angústia*: os adultos que lidam diariamente com estas crianças necessitam de ser gentis, empáticos, benevolentes e coerentes, embora que ao mesmo tempo precisam de adotar uma atitude firme e de respeito. Devem privilegiar ao máximo o diálogo com as crianças, explicando-lhes o porquê das regras e das situações, isto diminuirá a instabilidade e o imprevisto das mesmas. Em contrapartida, as instituições também devem promover festas na tentativa de superar a situação depressiva destas crianças. Devem *favorecer a construção de identidade*: estas crianças têm uma propensão para desenvolver sentimentos de culpa, levando à sua desvalorização física e social, pois consideram-se feios e maus respetivamente. É neste campo que a atuação das instituições é crucial, pois devem facilitar a (re) construção do eu, através da elaboração de projetos futuros, abrindo os horizontes destas crianças, mostrando-lhes uma nova perspetiva de vida.

Zurita e Fernandez del Valle, em 1996, apresentaram algumas vantagens das instituições de acolhimento em relação a outras medidas de promoção e proteção, é de frisar que estas vantagens ainda se mantêm atuais e pertinentes, apesar de já terem duas décadas de existência:

- o acolhimento institucional permite menos ruturas e adaptações mal sucedidas do que outras medidas de colocação;
- não solicita o estabelecimento de vínculos afetivos próximo com os adultos estranhos, do mesmo modo que o acolhimento familiar;
- o acolhimento institucional pode facilitar a relação pais-filhos, promovendo o envolvimento da família biológica no processo de institucionalização, esta relação mais profissional facilita a relação com a família biológica, contrastando com as dificuldades de relação entre a família de acolhimento e a família biológica;
- as instituições são contextos organizados e estruturados e conseqüentemente impõem limites e regras para os comportamentos;
- as respostas sociais permitem serviços especializados de acordo com a problemática;
- a convivência em grupo permite o estabelecimento de laços afetivos com diferentes pares e adultos, favorece o desenvolvimento de sentimentos de pertença e a interiorização de valores e padrões de conduta grupais.

É evidente que esta medida de colocação não é consensual, tem pontos negativos, mas também tem pontos positivos. Tal como refere Martins (2005b) esta resposta social pode e deve convergir numa resposta positiva para as crianças e jovens que dela precisam. É basilar olhar para as instituições de acolhimento como contextos com potencialidades que devemos dinamizar, onde impera uma intervenção profissional, qualificada e estruturada. Segundo a mesma autora, o sistema de acolhimento institucional “não deve ser um setor desvalorizado ou deprimido, um sistema de fim de linha, comprometido na imagem com o insucesso dos percursos de vida dos seus utentes” (ibidem; p.9).

3.2 Caracterização das crianças e jovens acolhidas em Portugal

Desde 2006, que o Governo Português apresenta na Assembleia da Republica anualmente, um relatório sobre a existência e evolução dos projetos de vida das crianças e jovens que vivem em acolhimento residencial e familiar. Trata-se do “*Relatório de Caracterização da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens*”, doravante designado por Relatório CASA.

Neste relatório constam dados importantes para a caracterização da população acolhida no sistema nacional de acolhimento, dados como: a idade; o género; a caracterização das entradas e saídas do sistema de acolhimento; os motivos de acolhimento; o tempo de permanência; a distribuição geográfica dos acolhimentos; a caracterização das crianças e jovens em relação à escolaridade; a situação jurídica; a deslocalização; os projetos de vida e os motivos para a cessação do acolhimento.

Este relatório permite-nos conhecer estaticamente a realidade do sistema de acolhimento, mas não nos permite perceber quais as causas que levaram ao acolhimento, nem as consequências da intervenção técnica e educativa das instituições (Pacheco, 2010).

No ano de 2015, Portugal tinha **8.600** crianças e jovens no sistema nacional de acolhimento, dos quais **2.202** corresponderam a novos acolhimentos no ano em apreço. Segundo o Relatório CASA 2015, nos últimos cinco anos tem-se verificado uma estabilização do número de situações que carecem de acolhimento institucional:

Tabela 1- Distribuição do número de acolhimentos

2011	2012	2013	2014	2015
8.938	8.557	8.445	8.470	8.600

Fonte: Adaptado do Relatório CASA 2015

Em contrapartida 2.612 crianças e jovens cessaram o acolhimento em 2015; desses, 456 tinham iniciado o acolhimento nesse ano, e 2.156 tinham iniciado em anos anteriores.

Em relação à distribuição geográfica das crianças e jovens acolhidas, o relatório em análise, constatou que existe uma predominância dos distritos de Lisboa (1.598), Porto (1.538) e Braga (607). No sentido oposto, a região do Alentejo é a zona que evidencia menor número de acolhimento.

Caracterizando estas crianças e jovens relativamente ao género, existe uma ligeira prevalência de crianças e jovens do sexo masculino com 4.449 e 4.151 do sexo feminino. Quanto à distribuição por escalões etários, verifica-se maior representatividade de crianças e jovens na adolescência.

Tabela 2- Distribuição das crianças e jovens acolhidas por faixas etárias.

15-17 anos	12-14 anos	18-20 anos
3.046	1.738	1.156

Fonte: Adaptado do Relatório CASA 2015.

No que diz respeito aos motivos de acolhimento, o Relatório CASA 2015, refere que nos últimos anos não existem alterações das problemáticas mais frequentes (ISS,2016.) Assim sendo em primeiro lugar temos a falta de supervisão e acompanhamento familiar (60% dos casos), em segundo lugar temos a exposição a modelos parentais desviantes (33% dos casos) e a terceira problemática é a negligência dos cuidados de educação e de saúde (32% e 30% respetivamente).

Segundo as recomendações do referido relatório, é necessário reforçar a intervenção subsidiária das entidades com competência em matéria de infância e juventude, bem como reforçar as respostas na comunidade de apoio à parentalidade positiva, promovendo medidas de apoio social, de criação de emprego e de conciliação de vida familiar e profissional, só

coadjuvando esforços será possível ter famílias autônomas, exercendo em pleno os seus papéis parentais (ISS, 2016).

Apesar do acolhimento institucional ser o último recurso para as crianças e jovens que estão numa situação de risco, 3.364 crianças e jovens não tiveram qualquer medida de promoção e proteção aplicada em meio natural de vida antes do primeiro acolhimento. Facilmente se percebe que estas crianças e jovens entraram no sistema de promoção e proteção diretamente para o sistema de acolhimento.

Outro dado interessante e chocante deste relatório é o número de crianças e jovens que tiveram várias experiências de acolhimento em diferentes locais. Do universo de crianças institucionalizadas, 3.100 tiveram no passado outras experiências de acolhimento dos quais, 2.484 estão na segunda resposta de acolhimento, 476 estão na terceira resposta e 140 estão na quarta, quinta ou sexta resposta de acolhimento. Estes números evidenciam uma realidade muito cruel, estas crianças foram sujeitas a sucessivas mudanças, rupturas e abandonos, é exequível prever as dificuldades relacionais e vinculativas que estas crianças e jovens irão ter no seu futuro (ISS, 2016).

A nível das modalidades de acolhimento, a distribuição das crianças e jovens faz-se principalmente entre acolhimento prolongado com 5.408 em LIJ; 2.136 em CAT e 303 em Famílias de Acolhimento.

Quanto à deslocalização das crianças e jovens acolhidas, o relatório refere que 1.442 crianças e jovens encontram-se acolhidas em respostas localizadas fora do seu distrito de origem, dificultando assim a participação ativa da família no desenvolvimento do Plano Individual de Integração.

Focando agora a atenção nos Planos de Intervenção Individual, é da responsabilidade de cada equipa técnica defini-los de forma segura e adequada à realidade específica de cada criança ou jovem. Dentro dos vários projetos de vida temos a autonomização (2.838); (re) integração na família nuclear (2.703) e a adoção (882) como os projetos mais comuns. Igualmente importante, mas com menor representatividade, surge o acolhimento permanente com 670 crianças ou jovens. Esta realidade necessita de ser reavaliada e reforçada, visto que por questões de saúde ou de incapacidade diversas associadas à ausência de suporte familiar, estas crianças e jovens não têm outra hipótese a não ser a institucionalização.

Sobre a cessação da situação de acolhimento, os responsáveis pela análise dos dados do CASA 2015, explicam que se tem mantido equilibrada nos últimos anos. Das 11.212 crianças e jovens caracterizadas, 2.612 saíram do acolhimento residencial, este valor é muito semelhante aos dos dois últimos anos, 2.433 em 2014 e 2.506 em 2013. Para que seja possível o culminar da institucionalização, que se verificou fulcral para retirar a criança ou jovem da situação de perigo, é preciso elaborar, executar, acompanhar e avaliar os Planos de Intervenção Individual.

Neste seguimento, importa referir quais os motivos mais relevantes que levaram à cessação da situação de acolhimento, das 2.612 crianças e jovens que cessaram o acolhimento, 2.182 saíram do sistema com o respetivo projeto de vida definido em meio natural de vida. É de salientar que as medidas mais relevantes são: (re) integração familiar nuclear com 1.291, as integrações em famílias adotantes com 315 e as (re) integrações na família alargada com 355 crianças e jovens.

No que concerne ao tempo de permanência em acolhimento, verificam-se dados reveladores da realidade deste sistema. Dentro das 2.612 crianças e jovens que cessaram a medida de acolhimento em 2015, 835 permaneceram menos de um ano nas respetivas respostas sociais; 1.193 permaneceram entre 1 a 3 anos e 254 permaneceram mais de seis anos institucionalizados.

Tendo em conta o período temporal supracitado, este corresponde a um tempo demasiado longo, sendo que o acolhimento deve ser temporário e transitório, não se devendo assumir como projeto de vida (Gomes, 2010). Diferentes investigações têm demonstrado que quanto maior o período de acolhimento, mais graves serão as consequências para as crianças e jovens (Martins, 2004).

3.3 Quais os desafios para o acolhimento institucional?

Tendo em conta tudo o que foi referido anteriormente neste trabalho, é perceptível que o Sistema Nacional de Acolhimento Institucional é uma realidade bastante complexa, com múltiplas diversidades e múltiplos constrangimentos. Trata-se de um sistema que engloba vários organismos, vários intervenientes o que pode dificultar a articulação entre todos.

Portanto falar de desafios para um sistema tão característico pode ser meramente teórico visto que introduzir e operacionalizar alterações é uma tarefa árdua.

Conforme afirma Sarmiento (cit in Fernandes e Tomás, 2007), Portugal tem um sistema de proteção à infância deficitário, evidenciando falhas em vários domínios. O autor analisa Portugal como:

“nas questões da infância por uma fraca intervenção político-social, pela incipiente articulação entre os múltiplos organismos (...) fracos recursos humanos e financeiros disponibilizados, pouca expressão de atividade social em matéria de reivindicação dos direitos das crianças (...) por uma permanência de representações sociais que identificam e se caracterizam pela sua negatividade constituinte (...)” (Sarmiento e colaboradores cit. in Fernandes & Tomás, 2007:8).

Na linha de análise de Gomes (2010), todo o sistema de promoção e proteção deverá ser repensado, pois agir e intervir numa resposta social isoladamente, pode não resultar em grandes benefícios, temos que pensar em todas as respostas que integram o sistema português de promoção e proteção, só assim atingiremos os resultados esperados.

Na opinião de Gomes (2010) e Fernández Del Valle e Zurita (2005) devemos investir em modelos educativos e de intervenção adequados às crianças e jovens, que promovam uma intervenção que privilegie a autonomia das crianças, uma intervenção individualizada e de base compreensiva e não baseada em comportamentos. A intervenção deve ser planificada a nível socio/educativo, com planos de intervenção que favoreçam a realização de projetos de vida semelhantes ao meio natural de vida. Na elaboração dos projetos de vida, deverá estar sempre presente a possibilidade de integração da criança no seu ambiente familiar, caso a família demonstre competências ou um forte potencial de mudança. No reverso desta situação, sendo de todo inviável a reintegração familiar, o técnico deve procurar outras hipóteses na família alargada, ou em último recurso a possibilidade de autonomização.

Para que seja possível atender as crianças e jovens da melhor forma possível, as instituições deverão, segundo Fernández Del Valle e Zurita (2005): olhar a criança na sua individualidade, tendo em conta os seus direitos e as suas necessidades; avaliar corretamente as suas capacidades; procurar as melhores opções a nível de formação para maximizar as suas competências; promover estilos de vida saudáveis, prestando-lhes sempre os cuidados de saúde necessários; por fim o objetivo das instituições deverá ser a

normalização de uma vida com vista à sua autonomização, integração social e independência.

Diferentes estudos e investigações (Alberto, 2003; Gomes, 2010; Martins, 2004; Silva, 2004) têm sugerido alguns desafios quanto à intervenção neste âmbito:

1. Devem ter uma dimensão reduzida, para que seja possível uma aproximação ao clima familiar, desta forma é mais fácil prestar uma atenção individualizada a cada criança;
2. Devem ser equipamentos com crianças de ambos os sexos e com idades distintas, adotando critérios de admissão e permanência flexíveis;
3. O número de adultos por criança é recomendado que seja um adulto para dez crianças e de preferências dois educadores de ambos os sexos para dez-doze crianças;
4. Devem recorrer aos recursos acessíveis na comunidade onde estão inseridos (e.g. escola, médicos, atividade lúdicas) desta forma favorecem a integração, a socialização e o convívio destas crianças fora da instituição;
5. Devem pautar-se por prestarem um atendimento individualizado de forma constante, que permita:
 - a) Satisfazer as necessidades básicas das crianças, desde alojamento, alimentação, higiene, saúde e educação;
 - b) Prestar apoio educativo personalizado a todas as crianças;
 - c) Promover o desenvolvimento psicoafectivo e a progressiva autonomização de acordo com o seu nível de desenvolvimento;
 - d) Prestar apoio e orientação às famílias das crianças acolhidas;
6. Devem ter um quadro técnico e profissional com qualificações superiores e formações na área;
7. Devem privilegiar o acolhimento das crianças na sua zona de origem;
8. Devem trabalhar em conjunto, com as restantes equipas técnicas envolvidas no processo de colocação de cada criança.

Sobre as condições físicas destes equipamentos, Sandomingo (1998; cit. in Martins, 2004) evidencia que a estrutura arquitetónica e volumétrica e a localização das mesmas

devem estar de acordo com os propósitos de intervenção, enquadradas de forma equilibrada com o meio circundante. As instituições devem ainda estar distribuídas ao nível local, distrital e nacional tendo em conta as necessidades das populações. Refere ainda, que se devem envolver nas atividades sociais das comunidades de inserção, para que as trocas de serviços, comunicações e reciprocidades sejam facilitadas.

Relativamente às dimensões físicas, e por consequência, a capacidade de acolhimento destes equipamentos, Casas (1988; cit in Martins, 2004) menciona que as características físicas de uma residência infantil deveriam ter como referência, as dimensões de uma casa de uma família média.

Capítulo 4. Metodologia

4.1 As metodologias qualitativas e a sua pertinência para o estudo do tema

Realidades como o acolhimento institucional, além da informação fundamental que advém dos dados quantitativos que nos permitem conhecer a realidade numa visão panorâmica e extensiva, pressupõe que na sua análise se tenha em conta uma análise qualitativa, que nos permita aceder às percepções dos atores sociais que integram este sistema.

Falar de acolhimento institucional significa analisar a medida de promoção e proteção que tem maior expressividade no nosso país. Esta medida é direcionada a crianças e jovens em risco, e necessita que a intervenção envolva de forma equilibrada as famílias e as equipas técnicas e educativas das instituições.

São as experiências dos técnicos que trabalham neste sistema e de pessoas que estiveram institucionalizadas durante a sua infância que importa captar, perceber como respondem a cada institucionalização nova, perceber a importância (ou não) que é atribuída ao momento de receção por parte de cada instituição e perceber quais as recordações do seu próprio acolhimento.

Nesta senda, a metodologia que se mostrava mais pertinente é a metodologia qualitativa, dado que permite explorar os discursos dos atores, bem como as suas vivências, sendo que a informação transmitida é baseada na experiência de cada entrevistado. Recorrendo a Bodgan e Biklen (1994), o investigador qualitativo não pretende construir teorias, muito menos estabelecer relações casuísticas e predizer comportamentos; pelo contrário, o investigador anseia compreender as experiências e os comportamentos dos indivíduos, e os significados que estes atribuem aos mesmos. Optou-se por este método também porque os dados foram recolhidos no ambiente de investigação, sendo que o investigador é o instrumento principal (ibidem.).

Quivy e Campenhoudt (1998) referem que, nas investigações qualitativas, os atores sociais devem ser considerados como colaboradores na construção do conhecimento; por conseguinte é imprescindível encorajá-los a falar das suas experiências, devendo o investigador valorizar as considerações pessoais dos participantes.

A investigação em Ciências Sociais carece imprescindivelmente de uma metodologia que oriente toda a intervenção, mas a par dessa necessidade, esta rege-se por um conjunto de técnicas que permitem coordenar as operações com o máximo de coerência e eficácia (Quivy & Campenhoudt, 1998).

As técnicas utilizadas num projeto de investigação qualitativa supõem a presença do investigador nos contextos sociais em estudo e o contacto direto com as pessoas e as situações. Nesse sentido, recorri à pesquisa e análise documental, à observação direta não participante, às entrevistas semiestruturadas, e ao registo diário das informações mais relevantes, no diário de campo.

4.2 Objetivos do estudo

Este estudo tem como principal objetivo analisar e conhecer a forma como decorre a institucionalização das crianças e jovens em risco. Este objetivo central pode ser operacionalizado através dos seguintes objetivos específicos:

- a) Perceber de que forma decorre a receção e a integração das crianças e jovens institucionalizados em diferentes equipamentos;
- b) Perceber de que forma se estabelecem as relações interpessoais entre as crianças e as crianças e os adultos;
- c) Conhecer as rotinas das crianças e jovens, bem como a organização temporal e espacial da instituição;
- d) Analisar de que forma as famílias das crianças e jovens acolhidas participam nas suas vidas depois do acolhimento;
- e) Perceber como decorrem os contactos entre as famílias e as crianças, e entre a família e a instituição.

Ao desenvolver esta investigação, tinha como intuito analisar se existem diferentes formas de acolher crianças e jovens; compreender até que ponto o número de crianças por equipamento pode influenciar ou não no processo de acolhimento e na integração de novas crianças, no estabelecimento das relações interpessoais e até mesmo nas rotinas quotidianas das crianças institucionalizadas.

4.3. Opções metodológicas

4.3.1 Técnicas de recolha e análise dos dados

No presente estudo as opções metodológicas focaram-se na metodologia qualitativa, nomeadamente na realização de entrevistas semiestruturadas a técnicos que trabalham em instituições de acolhimento e a pessoas que foram institucionalizadas. Esta técnica permite aos entrevistados falarem livremente sobre os assuntos abordados, através da partilha das suas experiências, das suas perceções e representações, manifestando as dificuldades que sentem neste meio. A opção por este tipo de entrevista justifica-se pelo facto de se aplicar à procura de informação que é pretendida, pela sua adaptabilidade, pois permite ajustar o método à receptividade do entrevistado, mais, permite alterar a sequência das perguntas a colocar, bem como introduzir outras que se revelem necessárias (Quivy e Campenhout, 1998). Devido ao seu caráter exploratório, viabiliza a integração de novos assuntos, levando à produção de novas categorias interpretativas (Carmo & Ferreira, 2008).

Esta técnica tem a vantagem de proporcionar o contato direto entre o investigador e o entrevistado, aumentando assim as probabilidades de aceder a informação relevante para o estudo em causa, bem como uma maior taxa de respostas às questões colocadas (Fortin, 2009). Todavia, esta metodologia também tem as suas desvantagens, exige bastante tempo para a sua aplicação, transcrição, codificação e análise de dados (ibidem).

A observação direta foi outra técnica utilizada neste estudo. Ela tem por intuito captar os comportamentos no momento em que eles ocorrem, sem a interferência de um documento ou de um testemunho (Quivy & Campenhout, 1998). Esta técnica divide-se em duas modalidades, são elas: a observação participante, em que o investigador fica durante um longo período de tempo com o grupo em estudo, participando em todas as tarefas do dia-a-dia, e desta forma, compreendendo o estilo de vida e a cultura da população em estudo; a observação não participante, em que o investigador não participa no dia-a-dia da comunidade, mas sim observa-a de forma discreta, assim o observado não se sente pressionado nem coagido, e o investigador está mais atento a todos pormenores que pretende estudar (Quivy & Campenhout, 1998; Carmo & Ferreira, 2008). Nesta investigação procedeu-se à observação direta não participante. O uso deste instrumento foi extremamente

importante, porque possibilitou um olhar mais atento e profundo sobre as características físicas das instituições e também sobre percepções dos técnicos.

A investigação qualitativa debate-se com algumas fragilidades, nomeadamente com o facto da subjetividade do investigador que poderá enviesar a informação recolhida. Contudo, o objetivo do investigador é analisar de forma objetiva a informação subjetiva que recolheu no terreno.

4.3.2 No terreno

O estudo em causa inicialmente não tinha uma amostra definida, foram realizados contactos telefónicos com os Diretores Técnicos (D.T.) das instituições que se pretendiam estudar, para aferir a possibilidade da realização do estudo.

Foi realizada uma entrevista inicial com os D.T., onde se explicou os objetivos do estudo e a metodologia a utilizar.

Após ser obtida a autorização dos D.T. de cada instituição foram agendadas por correio eletrónico visitas às instituições, para que eu pudesse conhecer melhor o espaço de cada uma. Este foi mais um momento importante para recolher informação, conhecer um pouco mais das rotinas, horários e hábitos dos técnicos e dos jovens institucionalizados.

Posteriormente foram agendadas as entrevistas, processo moroso e marcado por atrasos, devido à dificuldade que alguns técnicos tiveram em conciliar o seu trabalho com a realização das entrevistas. É de notar que o período de realização das entrevistas decorreu entre fevereiro e maio do presente ano (2016).

As entrevistas decorreram nos locais e em horários de trabalho dos profissionais. Para tal, e para agilizar os recursos, principalmente o tempo disponível e para não estar sempre a incomodar a rotina da instituição, foi pedido aos D.T. de cada instituição para agendarem as entrevistas todos no mesmo dia, caso fosse possível, o que se verificou.

Foram entrevistadas 9 pessoas, dos quais 2 são os D.T.; 2 técnicos superiores (representantes das equipas técnicas dos LIJ); 2 educadores sociais (representantes das equipas educativas dos LIJ) e 3 pessoas que foram institucionalizadas nas suas infâncias.

A dimensão da amostra é reduzida, mas o intuito da investigação não era analisar em termos de frequência ou regularidade para generalizar os dados, mas sim, realizar uma análise aprofundada. Não se pretende a extrapolação dos dados, pretende-se conhecer as particularidades e as singularidades destas duas instituições (Anguera, 1992).

4.4 Questões éticas

Em contactos presenciais com os D.T. de cada instituição, foi explicado que era pretendido entrevistar alguns técnicos, inclusive o próprio. A seleção dos restantes entrevistados foi realizada pelo D.T., sendo que era indiferente entrevistar um ou outro técnico. É de salientar que foi solicitado a subscrição da declaração de consentimento informado aos diretores técnicos (ver anexo1) e os restantes entrevistados foram informados das condições do estudo verbalmente, dando cumprimento às normas éticas e deontológicas.

Aquando do momento das entrevistas, os técnicos foram informados sobre o objeto de estudo, a metodologia a utilizar e o tempo estimado para a realização da mesma.

Foi salvaguardado o sigilo quanto ao nome das instituições e dos participantes. A participação no estudo foi voluntária, sem nenhum prejuízo para os que aderiram. Os sujeitos não serão expostos a qualquer risco.

De modo a facilitar a realização das entrevistas e garantir a fidelidade das informações prestadas, foi solicitado a autorização para proceder à gravação áudio da mesma, a qual foi concedida em todos os casos.

Seguidamente, as entrevistas foram transcritas integralmente, permitindo a análise de conteúdo. Para garantir o total anonimato e confidencialidade, os dados foram sujeitos a uma codificação para anonimização durante o seu tratamento.

Posteriormente à transcrição das entrevistas procedeu-se a uma leitura cuidada e atenta das mesmas, realizando uma codificação, implicando a separação dos dados por categorias. Inicialmente existiam umas categorias pré-definidas que surgiram aquando da construção do guião da entrevista, todavia foram surgindo novas categorias e subcategorias durante o trabalho de análise de conteúdo das entrevistas.

4.5 Caraterização da amostra

A amostra é constituída por 9 participantes, trata-se de 6 Técnicos e 3 pessoas que estiveram institucionalizadas durante a sua infância.

Relativamente aos Técnicos, 2 são do género masculino e 4 do género feminino. A média de anos de experiência nestas instituições de acolhimento é de 9 anos aproximadamente, sendo o valor mais baixo 3 anos e o mais alto 17 anos. A idade dos Técnicos não foi questionada por se considerar o número de anos de serviço nestas instituições mais relevante.

As áreas de formação dos Técnicos correspondem à Psicologia (3) e ao Serviço Social (1), isto no que concerne aos Técnicos superiores das equipas técnicas dos LIJ. Quanto aos educadores sociais das equipas educativas dos LIJ, um tem um Curso Profissional de Educação e o outro possui um curso Técnico-Profissional de Educador Social.

Sobre as pessoas que estiveram institucionalizadas no passado, refira-se que, 2 são do género masculino e 1 do género feminino. As idades oscilam entre os 20, 26 e os 55 anos de idade.

Para uma melhor compreensão, é pertinente referir um pouco da história de vida de cada destas pessoas. O jovem de 20 anos¹ foi acolhido no LIJ B com 16 anos, anteriormente tinha estado numa família de acolhimento entre os 9 e os 16 anos, contudo até aos 9 anos de idade esteve institucionalizado noutro LIJ, atualmente está no apartamento de autonomização desta instituição. A jovem de 26 anos² foi acolhida no LIJ A quando tinha 12 anos, permaneceu nesta resposta até aos 20 anos, contudo como não tinha retaguarda familiar, continuou a ter apoio desta instituição, mas no apartamento de autonomização, onde esteve até aos 25 anos de idade. O senhor de 55 anos³ foi acolhido no LIJ B com 8 anos de idade e saiu quando tinha 18 anos, é de salientar que o percurso deste senhor deu-se aproximadamente há cinco décadas atrás (1969), facilmente se compreenderá que a realidade e o conhecimento existente sobre como atuar neste âmbito era completamente diferente de atualmente.

¹ O jovem de 20 anos posteriormente será identificado como B-e7.

² A jovem de 26 anos posteriormente será identificada como A-e8.

³ O senhor de 55 anos posteriormente será identificado como B- e9.

Foram realizadas entrevistas em duas instituições de acolhimento que doravante serão designados por LIJ A e por LIJ B. Trata-se de duas instituições com diferentes experiências no sistema de acolhimento, o LIJ B tem 100 anos de existência, enquanto a resposta de acolhimento institucional do LIJ A tem 17 anos de existência. São duas instituições completamente distintas, uma foi-se adaptando às várias realidades, circunstâncias e paradigmas do acolhimento institucional, a outra surgiu praticamente ao menos tempo que a LPCJP- Lei 147/99 quando já existia um olhar diferente sobre o que é o acolhimento institucional.

Tendo em conta que um dos objetivos deste estudo é tentar perceber se existem diferenças no momento de acolhimento em instituições com diferentes características nomeadamente em relação ao número de crianças acolhidas, torna-se pertinente fazer uma caracterização mais pormenorizada sobre as características físicas de ambas.

4.5.1 Caracterização do LIJ A

O LIJ A encontra-se localizado numa zona residencial completamente integrado no meio urbano, é apenas mais um apartamento no meio de tantos outros. Fica no 3º andar do lado esquerdo de um grande prédio residencial. Assim que se abre a porta, é possível constatar que se trata de uma residência familiar, semelhante a um lar aconchegante e acolhedor.

No momento em que se realizou esta visita, a 5 de janeiro de 2016, existia ao pé da porta de entrada um pinheirinho de natal e um presépio decorado a preceito.

Nas paredes do corredor existiam imensas fotografias dos jovens que vivem nesta casa, em diferentes momentos, com diferentes idades e em todas elas os jovens exibiam um grande sorriso. Também existiam fotografias de jovens que em tempos viveram neste LIJ, mas que hoje em dia já têm outro lar.

“É de realçar que enquanto a D.T. ia identificando os jovens nas fotografias ia dizendo *“é tão lindo o meu menino (...) aqui a X ainda era menina, era tão fofinha; são tão lindos os meus meninos”*, demonstrando um grande afeto por todos eles.”
(Nota do Diário de campo).

A primeira divisão a seguir à porta de entrada é um quarto de dois jovens irmãos, cada um com a sua cama. Sobre uma das camas existia um cachecol do Vitória de Guimarães com a frase “Vitória até morrer”, segundo nos explicou a D.T é uma expressão muito utilizada pelo jovem.

“Um dos jovens fez um curso de modelo, a D.T mostrou-me as fotografias do jovem (book- álbum de fotografias profissionais) e enquanto isso ia verbalizando *“é um gato o meu menino, tem as miúdas todas atrás dele”*, as demonstrações de carinho foram uma constante durante toda a visita” (Nota do Diário de campo).

Ao lado deste quarto fica o quarto da funcionária que passa a noite com os jovens. Seguidamente, fica o quarto das três meninas, decorado em tons de cor-de-rosa e verde-claro, existiam três camas de solteiro, sobre elas estavam bonecos e peluches e na cómoda estavam várias caixas decorativas.

No meio do corredor encontram-se duas casas de banho, uma para as raparigas e outra para os rapazes, são casas de banho completas, uma tem uma banheira e a outra uma base de duche. No corredor existiam dois computadores para os jovens usarem, um ficava mesmo em frente à porta da entrada, o outro ficava perto dos quartos; à volta deste estavam muitos livros, é uma zona de estudo claramente.

Ainda existe mais um quarto para 3 rapazes, este estava decorado em tons de cinza e vermelho, e tinha uma cortina bastante engraçada com vários rostos em diversas cores. Neste quarto existiam três camas de solteiro e dois móveis suspensos na parede; as portas desses móveis são vidradas o que permite aos jovens colocarem algumas imagens entre o vidro e a porta do móvel. Um dos jovens colocou uma fotografia de um jogador de basquetebol e ao lado tinha um desenho feito pelo próprio, do jogador de basquetebol. O mesmo jovem tinha exposto o seu diploma de jogador revelação.

O LIJ A é ainda composto por uma sala de estar, com dois sofás e uma mesa, é nesta mesa que costumam fazer as refeições. Junto à mesa tem um móvel, que mais uma vez estava repleto de fotografias dos jovens.

“Ao observar as fotografias, reparei num quadro pendurado que tinha uma frase bastante forte, e que na minha opinião transmite a filosofia desta casa/LIJ:

Nesta casa

Somos verdadeiros

Pedimos desculpas

Nos divertimos

Damos segundas

Oportunidades

Damos **abraços**

Perdoamos

Rimos bem **alto**

Somos pacientes

Amamos

Somos uma

...Família... ” (Nota do Diário de Campo)

Para finalizar a caracterização do espaço, este LIJ tem ainda uma cozinha equipada com todos os equipamentos necessários e uma pequena varanda, que utilizam para lavar e secar a roupa dos jovens.

Sobre o número de pessoas que partilham este espaço é de referir que acolhe oito crianças, cinco do género masculino e três do género feminino. Relativamente ao número de adultos que coabitam diariamente com estes jovens, concluiu-se que existem cinco Técnicos diariamente no LIJ, quatro elementos da equipa Educativa: três permanecem durante o dia, e um durante a noite; e um Técnico da Equipa Técnica. Durante os fins de semana existe um reforço de três Técnicos que não costumam estar presentes durante a semana:

Elas têm um núcleo duro, que é a equipa educativa, a C, o X, e a Y, depois há a senhora que faz a noite, depois tem a Técnica responsável pelos seus processos, e tem-me a mim, ao fim de semana há outras pessoas que nós apoiam, mas o núcleo duro é a equipa técnica e a equipa educativa [...] cinco pessoas por dia [...] algumas pessoas da semana fazem turnos aos fins de semana para manter alguma continuidade, mas há 3 pessoas novas, que não estão há semana [...]. (A-e6⁴)

4.5.2 Caracterização do LIJ B

O LIJ B encontra-se situado no centro da cidade, trata-se de um edifício imponente, de construção antiga, sendo o seu exterior revestido de pedra. Na entrada do edifício

⁴ A abreviatura “A” refere-se ao LIJ em apreço, a abreviatura “e” é usada para referir-se a Entrevistado, seguidamente é colocado um número identificativo, que corresponde à ordem da realização das entrevistas.

encontra-se os Serviços de Secretaria, após esta sala existe uma porta de vidro que dá acesso para a instituição.

“Dirige-me à secretaria para informar que já tinha chegado, após um telefonema o funcionário perguntou-me se sabia onde era o gabinete do D.T., respondi afirmativamente, e comecei a dirigir para dentro da instituição. Assim que se passa a porta de vidro vê-se um átrio, com jardim e no meio do jardim existe uma fonte. Rapidamente apercebi-me que já não sabia qual era a porta que dava acesso ao 1º andar, dado que existiam muitas portas. Assim que encontrei a porta indicada dirigi-me para o 1º andar, e mais uma vez não sabia qual a porta do gabinete, tive a sorte de encontrar um funcionário que me elucidou. O D.T. foi bastante prestável. Pediu-me desculpa por alguma agitação, mas referiu que hoje tinha saído um jovem e estavam ainda a tratar dos assuntos. Encaminhou-me para o gabinete técnico e pediu a uma Técnica para me mostrar as divisões da instituição.” (Nota do Diário de Campo)

A visita pela instituição começou pelo gabinete Técnico. É um espaço bastante amplo e airoso, tem 3 janelas grandes, 4 secretárias com os respetivos computadores, um sofá e uma mesa redonda.

Logo a seguir ao gabinete técnico, fica a sala de cinema. Trata-se de um espaço acolhedor e recente, as paredes estão pintas de azul, e as 3 janelas existentes estão tapadas por umas portadas para criar o ambiente de cinema (escuro). A técnica referiu que estão a encetar esforços para adquirirem uma tela de cinema, neste momento tem um televisor grande. É de salientar que os sofás desta sala têm uma forma peculiar, visto que são feitos de paletes, foi um trabalho de parceria entre os jovens institucionalizados e a Plataforma das Artes.

“Neste momento os sofás não tinham almofadas, explicaram-me que os jovens se têm portado mal, dado que andam a queimar os sofás com isqueiros, então decidiram retirar as almofadas durante algum tempo, para os jovens refletirem um pouco sobre os seus comportamentos.” (Nota do Diário de campo)

Existe outra divisão também reformulada pelos jovens, a sala das Assembleias de Jovens, esta é constituída por uma mesa grande com cadeiras, dois computadores e um sofá, segundo explicou a técnica esta sala foi reformulada com apoios do projeto EDP solidário.

“Nas Assembleias de jovens, são os jovens que avaliam quais as suas necessidades e o que podem fazer para mudar, decidem o que fazer nas férias, quais as ementas que querem. As decisões são tomadas de comum acordo entre os jovens e as equipas Técnicas e Educativas, optando por uma liderança partilhada, contudo segundo a Técnica explicou há situações limites em que a democracia já não funciona muito bem. Este projeto teve a duração de 18 meses, atualmente está em standby porque saíram alguns dos jovens mais velhos da instituição que funcionavam como pilares neste projeto.” (Nota do diário de campo)

Tem uma sala de estudo. Segundo a técnica, querem reformular, querem tornar esta sala num espaço mais apelativo, uma vez que consideram que o espaço também influencia o estudo. As mesas e as cadeiras são antigas, as paredes pintadas de branco contendo poucos elementos decorativos.

Devido às dimensões da instituição, esta encontra-se dividida em três alas, sendo que apenas duas se encontram em funções. Estas alas são denominadas por ala A e ala B, que, são consideradas como famílias. Os jovens são separados tendo em conta a sua faixa etária. Existe a família dos jovens até aos dezasseis anos (ala A) e a família dos jovens com mais de dezassete anos (ala B).

Isto para facilitar um bocadinho nas rotinas diárias, porque os jovens até aos 16 anos têm um horário de deitar, horário para entregar o telemóvel, enquanto os jovens a partir dos 17 anos já têm outros horários, já se podem deitar um bocadinho mais tarde, e depois o facto de eles estarem misturados complica, porque depois há um que está a pé, o outro está deitado, um quer dormir e não consegue. (B-e2)

Tendo em conta a existência de duas famílias, também existem duas zonas de dormitórios. Em ambas existem 5 quartos, cada quatro tem 3 camas de solteiro (com uma estrutura metálica), e existe ainda 1 quarto individual. Em cada dormitório existe uma casa de banho ampla com cinco lavatórios e cinco chuveiros. Junto aos quartos existe um espaço para ver televisão com conforto de sofás.

“Numa das alas atualmente está um banco de madeira em vez do habitual sofá, dado que os jovens continuam a queimá-los, na outra ala ainda se encontram os sofás.” (Nota do Diário de Campo)

Só foi possível ver um quarto, tratava-se de um espaço despido de elementos decorativos pessoais das crianças e jovens. As paredes estavam pintadas de verde-claro e não tinham nada sobre elas. De referir que foram os jovens que pintaram as paredes e que escolheram as cores.

No meio dos dormitórios encontram-se os gabinetes da equipa educativa e do D.T., existe também uma casa de banho para os técnicos.

O LIJ B tem 1 salão nobre, que é utilizado para atos institucionais, ou para reunir com todos os funcionários. De relatar que ao lado do salão nobre existe uma capela que utilizam pelo menos 2 vezes no ano, no dia do padroeiro da Instituição e no dia de natal.

Tem uma sala de jogos com mesa de *ping-pong* e máquinas de jogos. Esta sala estava fechada à chave. Explicou a Técnica que quando os jovens querem usufruir deste espaço é necessário a presença de um funcionário, para evitar que danifiquem os objetos. Estas divisões encontram-se todas no 1º andar do edifício.

No rés-do-chão da instituição encontra-se a cozinha, é um espaço amplo, composto por 2 fogões industriais no centro da cozinha e com vários móveis à volta. Contém uma porta que dá acesso ao refeitório.

“É mais um espaço que querem reformular dado que se trata de uma sala demasiado grande, com várias mesas, é também neste espaço que se realizam as festas de natal e as receções aos novos elementos. Também este espaço, encontra-se despedido de decoração tem apenas as mesas de vários feitios, compridas e redondas, é um espaço com boa iluminação natural devido às várias janelas existentes. Na opinião da técnica “falta algo a este espaço”.
(Nota do Diário de campo).

Este LIJ possui uma lavandaria própria, que trata da roupa dos jovens institucionalizados e dos hóspedes do Hostel.

No 2º andar do edifício encontra-se o Hostel, esta é uma forma da instituição se auto financiar, e de rentabilizarem o espaço que dispõe. É de frisar que esta instituição tem capacidades para acolher 40 jovens, mas atualmente só acolhe 23, todos do género masculino. Também tem uma tipografia que contribui para gerar mais receitas.

Na parte exterior do edifício existe um campo de futebol.

Relativamente ao número de adultos que partilham diariamente estas instalações com os jovens acolhidos, verificou-se o seguinte:

A equipa educativa neste momento são 6, estão 3/4 por dia, ou seja há 1 educador no turno da manhã, das 7h-14h; depois entra outro das 14h-22h; e depois das 22horas até as 9horas da manhã entra outro; quando não temos educadores de férias ainda há outro educador que faz o reforço no turno da tarde; que é das 16h à 00h porque é o período em que os jovens chegam da escola, é preciso tratar das rotinas, dos trabalhos de casa, preparação para o dia seguinte, e então é mais fácil quando estão 2 educadores de serviço. Eles lidam diariamente com 3/4 educadores por dia, os técnicos durante a semana estão cá todos normalmente, neste momento somos só três, porque temos colegas de baixa médica (2), mas por norma somos 5, e depois ainda tem os serviços de apoio, que são pelo menos duas pessoas na limpeza, e 1 cozinheira, depois às vezes eles ainda lidam com os colegas da secretária, mas aqui no LLJ, eles lidam com 10/11 adultos. (B-e2)

Capítulo 5. Perspetivas sobre o Processo de acolhimento

Neste capítulo é apresentada a informação recolhida através das entrevistas efetuadas aos Técnicos que trabalham nos LIJ e às pessoas que foram acolhidas nestes LIJ. A informação foi analisada por categorias e subcategorias.

Refira-se que a partir deste momento, quando se mencionar a palavra acolhimento, a investigadora refere-se ao momento de entrada da criança ou jovem na instituição, esse foi o foco principal deste estudo, tentar perceber quais as estratégias utilizadas no momento em que uma criança ou jovem ingressa numa instituição de acolhimento.

5.1 Pré- acolhimento

A medida de promoção e proteção - Acolhimento Institucional - tem sempre como propósito salvaguardar o bem-estar bio-psico-social das crianças e jovens que estejam perante uma situação de perigo. É uma medida pensada e dirigida para as crianças e jovens. Enquanto sujeito de direitos, estes devem participar neste processo, de forma ativa e informada, visto que é a sua vida que está em causa. Contudo tendo em conta as entrevistas realizadas, esta ainda não é uma realidade comum em ambas as instituições. Foi possível verificar que existem diferentes formas de trabalhar o momento que antecede o acolhimento institucional, por parte dos Técnicos das EMAT e CPCJ.

No caso do LIJ B, referiram que frequentemente recebem jovens sem serem informados previamente sobre a medida de promoção e proteção de que serão alvo:

Nós não falamos com o jovem antes de chegar ao acolhimento [...] Quem diz ou não ao jovem para onde vem e quando é que vem, é a técnica da EMAT ou da CPCJ, o que nem sempre acontece, nós tivemos vários acolhimentos em que o jovem soube no próprio dia que viria para cá, houve um acolhimento no ano passado de um jovem com 17 anos [...] foram busca-lo à escola, e foi nesse momento que ele soube que viria para a instituição, foi a técnica da EMAT que lhe disse, já não me recordo se a PSP também estava presente, mas sei que foi no próprio dia na escola, que ele soube que viria para aqui, isso é claro que causa muita revolta [...]. Tivemos vários casos no ano passado de jovens que souberam no próprio dia, ou em casa ou na escola que iriam para uma instituição, e claro que isso causa alguma estranheza, e

muitas vezes a revolta deles acaba por ser contra nós [...]. Nós acreditamos sempre que é melhor o jovem saber de antemão do que no próprio dia, há casos em que isso não é possível, mas neste caso causa-nos alguma estranheza ele só saber naquele dia e na escola, e no início foi muito difícil estabelecer uma relação com ele [...]. (B-e2)

Acho que consigo contar pelos dedos das mãos, são poucos os casos dos jovens que sabem previamente para onde vêm, para onde vão ser encaminhados ou conduzidos, temos recebido principalmente no ano passado imensos casos de jovens que eram conduzidos pelas autoridades policiais com ou sem os técnicos das CPCJ ou EMAT mas que sabiam no próprio dia, ou seja eu tive muitos jovens a chegar cá completamente incrédulos com o que estava a acontecer ou porque foi a polícia buscá-los à escola ou porque foi a polícia a acordá-los de manhã em casa e pedirem para se levantar e pegar na roupa que tinham para arrancar imediatamente de casa, tive muitos casos assim. (B- e1)

O entrevistado B-e1 foi questionado sobre qual o motivo para esta falta de comunicação entre os Técnicos que acompanham os Processos de Promoção e Proteção nas CPCJ e nas EMAT e as crianças ou jovens que são encaminhadas para acolhimento institucional. Inicialmente referiu que tinha medo de proferir uma opinião sobre este assunto, contudo acredita que seja por falta de tempo e de recursos, e considera que ao fim de um certo tempo a trabalhar nesta área possa existir uma rotinização de processos, de tal ordem que os Técnicos percam a sua sensibilidade:

Os técnicos que estão a acompanhar os processos estão assoberbados de trabalho e têm que acompanhar muitos processos ao mesmo tempo, e de facto às tantas já nem sabem quem é o jovem do processo se é o António ou o Miguel, e tudo já é igual, é mais um que vai para uma instituição, e depois começa a ser apenas mais um, mais um, mais outro, mas na verdade nós estamos a lidar com todos esses números, é mais um que tem um nome, e esse nome tem uma idade, tem uma história, nós muitas das vezes é que temos de ir a procura de tudo sobre o miúdo, muitas das vezes os técnicos que coordenam estes casos nem conhecem a vida dos miúdos; isto é triste de eu dizer mas não são raras as vezes em que isto acontece.

Por outro lado, no caso do LIJ A, os técnicos têm a perceção que já existe um trabalho por parte da equipa que encaminha os jovens para o acolhimento institucional, de lhes explicarem para onde vão, conforme referem os Técnicos entrevistados:

Sim, isso tem acontecido, já lhes disseram que vão para uma instituição, tenho notado isso, quando lhes dizem que vão para uma instituição, na maior parte dos casos, já tentaram desconstruir aquela ideia que é algo muito mau, que é um bicho

muito mau, há pessoas que dizem vai ser pouco tempo, é uma fase, e tal, já lhes vai sendo dito, sim [...] (A- e6)

Sim o jovem já sabe alguma coisa para onde vem, como é, quantas crianças tem, onde fica, normalmente sabem, há uma conversa prévia com os Técnicos da CPCJ ou da EMAT [...] pelo menos não vem às cegas de todo [...] eu estou a falar mais dos últimos casos porque os primeiros, acredito que não soubessem minimamente para onde vinham, até pensavam que vinham para uma prisão [...] (A-e4).

Sobre este assunto, as pessoas que estiveram institucionalizadas, afirmaram que ninguém lhes explicou antecipadamente para onde iam. Começo por apresentar a perspetiva do entrevistado B-e7. O jovem encontrava-se a viver com Família de Acolhimento mas queria ir viver com a sua mãe biológica, foi necessário fazer uma avaliação social para aferir esta possibilidade. O jovem referiu que não esteve presente em nenhuma audiência no Tribunal, aquando da decisão da sua institucionalização no LIJ B, contudo o jovem tinha a consciência que esta alteração de medida poderia não ser aceite.

Eu na altura já não estava na família de acolhimento, tinha fugido, foi uma segunda-feira, eu tinha ido para a escola, então apareceu a doutora da Segurança Social com os agentes da GNR a dizer que tinham o mandato para me trazerem para aqui [...]. (B-e7)

No caso dos entrevistados A-e8 e B-e9, também não sabiam para onde iam ser encaminhados:

Eu não sabia para onde ia, mas de certeza que ia para um sitio melhor de onde estava, tinha essa ideia, aonde eu estava com a minha mãe, eu vivia propriamente às minhas custas [...]. (A-e8)

Naquela altura não havia psicólogos para nos mentalizar que íamos para li, ou entidades [...] apenas me disseram que vinha para outra cidade, ao início a minha mãe custou-lhe um bocadinho a aceitar porque era filho dela, mas também entendeu que não me podia dar muito, e ao mesmo tempo não havia alternativa, e ainda bem que havia esta casa, porque se continuasse com ela não sei qual seria o meu percurso de vida. (B-e9)

Quando questionados se sabiam o que era uma instituição de acolhimento, ou se alguém lhes tinha explicado o que era, os entrevistados explicaram que não existiu nenhuma explicação prévia.

Não fazia ideia, nem no percurso em que a assistente social nos acompanha ela me disse o que era uma instituição. Eu sabia que ia para uma instituição, mas não fazia ideia o que era, como funcionava, não sabia nada disso. (A-e8)

Antigamente sabia-se o que era uma instituição, vulgarmente chamada de asilo, não era uma ideia muito agradável, mas entre o não ter nada e ter essa casa para estar, é preferível ter essa casa [...] Esta casa foi a salvação de muitas crianças. (B-e9)

No caso do entrevistado B-e7, não foi questionado se ele sabia o que era uma instituição de acolhimento, porque o jovem referiu que já tinha estado noutra instituição.

Desde que me lembro antes de estar nesta instituição já tive noutra, desde que lembro sempre estive lá, estive lá até aos 9 anos. (B-e7)

5.2 O processo de acolhimento

Para uma melhor compreensão, o processo de acolhimento será analisado tendo por base algumas variáveis distintas, nomeadamente, quem acompanha o jovem que irá ser acolhido, a receção elaborada por parte dos Técnicos, a receção elaborada pelos pares que já estão acolhidos, o comportamento da família face ao acolhimento institucional e por fim a adaptação à instituição por parte do jovem.

5.2.1 Quem acompanha o jovem que irá ser acolhido

A partir do momento em que se opta por aplicar esta medida de promoção e proteção, todos os momentos são importantes para as crianças ou jovens. Trata-se de uma rutura drástica com a sua família, com os seus amigos, a sua escola e por vezes até com a comunidade envolvente. O momento em que a criança ou jovem é conduzida para uma Instituição de acolhimento será certamente um momento de grande angústia e ansiedade. Este vai para um espaço novo, vai conhecer pessoas novas, novos amigos, ou seja, tudo é uma novidade para esta criança ou jovem que está a atravessar um momento de mudança na sua vida. Por conseguinte é fundamental para a criança ou jovem estar acompanhada

pelas pessoas de referências próximas, como por exemplo os progenitores. O entrevistado B-e1 explicou que, quando as crianças ou jovens chegam acompanhadas à Instituição por pessoas próximas sentem que a ansiedade diminui consideravelmente:

Agora costumam vir sempre acompanhados dos técnicos, pelo menos pelo técnico que encaminha, mas também já não são raras as vezes que os jovens chegam até nos acompanhados pelos pais, isso é muito, muito importante [...]. O jovem tem um pai e uma mãe, ou promotores, família alargada, ou pessoas de referência próximas e num momento de divisão, quer dizer, em que ele sai da casa onde estaria habituado a estar e passa a residir numa outra, é um momento muito complexo, e de facto quando o jovem chega até nós e já vem acompanhados pelos pais, técnicos, ou seja pessoas de referência, sentimos que a própria ansiedade do miúdo é mais diminuta, cada vez mais isso começa a acontecer, ainda não são as suficientes [...]. (B-e1).

Pela G.N.R. nunca aconteceu comigo, acontecia acho eu, anos atrás, era a G.N.R que ia busca-los à escola ou a casa, era assim mais violenta a retirada das crianças, nesta fase eu nunca apanhei nenhum caso desses, as crianças são chegadas pelas próprias técnicas que acompanham os processos quer nas EMAT quer nas CPCJ, e também pelas famílias, tivemos um caso de um jovem que foi acolhido por uma família de adoção, e foi a própria família que o trouxe [...]. (A-e5)

Partindo da referência do último entrevistado supracitado, com a realização destas entrevistas constatei que o momento em que as crianças ou jovens chegam às instituições tem sofrido profundas alterações. Vários entrevistados referiram que no passado os jovens eram acompanhados pelas autoridades policiais, sem qualquer acompanhamento por parte dos Técnicos que encaminharam:

Estou a falar dos técnicos das CPCJ e das EMAT, nem sempre isso aconteceu no passado, já vi muitas situações de jovens que foram conduzidos até cá pelas autoridades, sozinhos, só com um saco da roupa, quando traziam o saco da roupa, mas felizmente essas situações já não se verificam há algum tempo e ainda bem, porque realmente se é um momento angustiante para todos os jovens que chegam até cá, quer dizer chegarem cá sozinhos é o pior. (B-e1)

Os primeiros meninos que nós recebemos ficou claro que nunca mais acolhíamos nenhum assim, naquela altura fomos contactadas que iam colocar cá, mandaram-nos uma carta que vinha no dia x, e veio a policia trazer, e eu recordei dois irmãos de ombros caídos, assustadíssimos, os miúdos ali, e a minha questão era “o que é que lhes vou dizer agora”; pronto, e achei que aquilo era muito bruto, acompanhado pela policia, tão pesado, esses dois irmão, um deles conta que ficou

muito admirado porque a casa não tinha grades nas janelas, ele disse-me isso, ele achava que ia preso, porque a polícia foi buscá-lo, [...]. Houve um outro que me trazia a mão fechada, trazia relva ainda, porque a policia agarrou nele à força e ele atirou-se para o chão porque não queria ir e trazia relva de se atirar ao chão, e o miúdo tem marcado esse dia, ele diz-me mesmo, agora brinca, já passou, mas demorou, foi um trauma esse dia, e o rapaz agora já brinca com a situação e felizmente já ultrapassou, agora disse-me assim, “foram precisos dois capangas, dois, para um puto de 9 anos”.

(A-e6)

Na opinião deste entrevistado (A-e6) as retiradas de crianças com recurso às autoridades policiais devem ser evitadas ao máximo:

Eu sugiro sempre, eu vou aí busca-lo, a não ser que sejam retirados na presença dos pais, depois os pais começam aos gritos, pronto e às vezes é mesmo preciso a presença da G.N.R [...] eu só reconheço a necessidade imagine que sabemos que os pais vão ser violentos, se não, não é preciso.

Este Técnico considera que é importante, no momento em que se vai transmitir à criança ou jovem que vai ser acolhido, possuir informação particular e específica sobre os gostos e preferências do mesmo, para que seja possível criar um ambiente afável, permitindo assim a construção de uma relação empática entre o Técnico e a criança ou jovem. Contudo segundo a sua experiência considera que os Técnicos que encaminham as crianças e jovens para o acolhimento institucional desconheçam esses fatos, conforme se pode compreender no relato seguinte:

É assim pode-se tentar primeiro, levar um desenho, levar uma bola, levar um livro, é o que eu digo, o que é que a menina gosta de comer?, “ah nunca ninguém me perguntou isso”, ela gostava de ter algum presente?, não faço ideia, quem é a menina que vem para cá?, só sabem que é a menina filha de não sei quem, que a mãe não sei quê, que a miúda se queixa disto e daquilo, e pronto, mas gosta de chiclas?, gosta de chocolates?, oh pa sei lá, gosta do *Star Wars*, é fã do *Justin Bieber*, pronto por aí, também para levarmos um assunto, para não chegarmos mesmo ali a matar, e tentar de outra forma, acho que é preciso saber cativar. (A-e6)

Na opinião deste Técnico, os Técnicos das EMAT ou das CPCJ conhecem a história de família da criança ou jovem que despoletou este encaminhamento, mas sobre a criança ou jovem especificamente sabem muito pouco. Verbalizou mesmo que tem a sensação que informações mais particulares e individualizadas das crianças ou jovem, não têm lugar nos relatórios Sociais.

A última menina que nós acolhemos foi muito recentemente, não foi possível ir lá a casa, falar com ela, não foi possível, porque mandaram-me o e-mail de manhã e queriam pô-la no fim da manhã-início da tarde, não nos deu grande espaço de manobra e mesmo assim nós fizemos questão de ligar, foi engraçado porque eu acho que isto nos processos não cabe, que é “olhe o que é que a menina gosta?”. Toda a gente sabe o que é que a mãe fez, o pai, o que é que aconteceu naquela noite, se fugiu, se não fugiu, se foi tarde (...), mas quando a gente pergunta mas o que é que ela gosta, normalmente não sabem, “ah nunca me colocaram essa questão”, por acaso foi a resposta que me deram no último acolhimento, “ah por caso nunca colocamos essa questão” [...]. (A-e6)

5.2.2 Receção preparada pelos Técnicos

Os entrevistados foram questionados sobre se existe uma preparação por parte da instituição para acolher as crianças ou jovens, e na sua maioria todos responderam afirmativamente. Começaram por explicar que os pedidos de acolhimento chegam sempre por parte do Instituto da Segurança Social, que detém a responsabilidade da gestão centralizada de vagas. O pedido chega com um relatório social que contém a história do jovem nos diferentes níveis: familiar, escolar e pessoal, seguidamente os Técnicos das instituições entram em contacto com os Técnicos que encaminham, para trocarem informações, sobre a criança ou jovem e para agendar o dia de acolhimento.

Em ambas as instituições analisadas existem diferentes procedimentos. No caso do LIJ B, o primeiro contacto que têm com a criança ou jovem que vai ser acolhida é no próprio dia de admissão, o D.T. reúne com a sua equipa técnica, com o técnico que encaminha e com a criança ou jovem. É neste momento que são transmitidas várias informações a quem vai ser acolhido, tal como referem os dois entrevistados deste LIJ:

No dia do acolhimento há sempre uma reunião para acolhimento do jovem, em que falamos sobre as expectativas deles, sobre o percurso dele até então, as perspetivas do futuro, o que ele pensa de vir para uma instituição, para trabalhar aqui um bocadinho as expectativas dele [...] (B-e2)

Os meus acolhimentos costumam demorar para cima de uma hora ou duas, mas eu faço questão que sejam assim, eu quero que os miúdos esclareçam todas as suas dúvidas que tiverem, ou que trouxeram de casa, quero que eles coloquem as

questões todas por mais estapafúrdias que possam pensar, porque são dúvidas que eles têm, e se são dúvidas, pelo menos para eles fazem algum sentido questionar. E então para ajudar que este processo seja mais integrativo possível, nós agora contamos com a colaboração de um jovem ou dois, os jovens que estiverem cá, [...] foi uma das iniciativas da assembleia de jovens, foram eles que criaram o manual de acolhimento, e juntamente com o manual de acolhimento definimos esse conjunto de procedimentos, então agora o processo de acolhimento são muito semelhantes à exceção do dia da admissão em que nesse dia temos sempre um ou dois jovens do LIJ que já cá estão há mais tempo, que fazem esse tal acolhimento, explicam as regras, como isto funciona, eu posso demorar 2 horas ou 3 a explicar as regras, ou o funcionamento da casa se for um miúdo que esteja cá demora cerca de 10/15 minutos, tudo entra, tudo faz sentido. É a linguagem e depois eles olham para a frente e vêm um miúdo da mesma idade, acaba por ser um elemento igual, e isso ajuda muito a tranquilizar de facto os miúdos, então foi uma prática que nos adotamos que consideramos inovadora e com muitos resultados positivos. (B-e1)

No caso do LIJ A, existe uma conversa com a criança ou jovem antes do acolhimento efetivo trata-se de uma aproximação gradual, segundo um dos Técnicos denomina este processo com um «namoro»:

Nós, para preparar o acolhimento, trabalhamos sempre com a criança, primeiro se possível conhecer a criança antes de a levar para a casa, poder falar um bocadinho com ela, poder explicar-lhe que casa é que nós temos, de preferência numa praça pública, num jardim, nada de gabinetes, uma forma mais descontraída, poder-lhe falar dos outros meninos que nós temos e tradicionalmente, já digo tradicionalmente porque é assim que vamos fazendo, convidamos para um lanche, em que damos a escolher quem vem, o que gostaria de ter na mesa no lanche, depois no dia esse lanche é partilhado por todos os meninos, quem vem não fica nesse dia, vem só lanchar. (A-e6).

Segundo explicou o entrevistado A-e5, os Técnicos preparam este primeiro encontro ao pormenor, tentam saber junto das pessoas mais próximas da criança ou jovem que vai ser acolhida o que elas gostam de comer, ou se existe algum presente que gostaria de ter, isto para demonstrar à criança ou jovem que mesmo sem a conhecerem já se preocupam com ela, já têm em conta os seus interesses.

Normalmente há sempre alguém que tenta perceber aquilo que a criança mais gostaria de ter e ainda não teve a possibilidade de o ter, um livro, uma bola, umas sapatilhas, se gosta de bolo de chocolate, nós fazemos bolo de chocolate, gosta de arroz de atum, nós fazemos arroz de atum, preparamos sempre assim uma surpresa, uma prendinha para quando eles cá vem, é um momento, em que eles ficam muito

admirados como é que a gente advinha estas coisas todas, mas isso faz parte da nossa forma de acolher. (A-e5)

Tal como acontece no LIJ A, no LIJ B também existe uma receção de boas vindas, após a conversa inicial com a criança ou jovem que vai ser institucionalizada como explica o Técnico B-e2:

Em cada acolhimento preparamos sempre uma mensagem de boas vindas, normalmente é feito pela equipa educativa com os outros jovens, que é colocada no refeitório, porque é onde eles se juntam com os colegas todos, depois preparamos sempre um pequeno presente/lembrança, normalmente tem mais a ver com produtos de higiene, fazemos um pequeno embrulho, só mesmo para o jovem perceber que lembramos a chegada dele, e queremos que ele perceba que é bem-vindo aqui à casa, encomendamos sempre um bolo ou fazemos um bolo com os jovens, que é para receber o novo jovem, o acolhimento é preparado desta forma. (B-e2)

Foi pedido aos entrevistados que estiveram institucionalizados que relatassem como foi o dia em que chegaram à instituição. O entrevistado B-e7, explicou que esteve reunido com a diretora Técnica, explicaram-lhe as regras, apresentaram-lhe as pessoas e a instituição.

Na altura a diretora técnica era outra pessoa, lembro que fui recebido na sala onde está o D.T., tive lá, tiveram a dizer o que eram as regras, depois eu descii para almoçar, porque eu vim na hora de almoço. (B-e7)

Quando questionado sobre o que sentiu nesse dia o jovem afirmou: “eu sou um bocado envergonhado”, justificando assim a sua postura mais recatada neste momento de transição, é de referir que este jovem não estava de acordo com esta medida, o que ele pretendia era viver com a sua mãe.

Por sua vez, a entrevistada A- e8 relatou este momento com muitos detalhes, a jovem tem este dia bem presente na memória como se pode constatar pelo excerto seguinte:

Foi no dia 11/3/2002, lembro-me a “D e a Z”⁵ foram-me buscar à segurança social porque a partida a minha mãe não podia conhecer o sítio aonde eu ia estar, para avaliarem primeiro como é que ela era e isso, para salvaguardar a identidade também dos outros meninos, a D e a Z foram lá me buscar com o maior sorriso do mundo, e cheias de prendas isso não é para todos, levaram cartas das outras meninas do quarto a dizer que queriam uma companheira de quarto que há muito que não tinham, recebi uma escova de cabelo que ainda hoje guardo religiosamente,

⁵ Estas abreviaturas referem-se aos nomes das Técnicas que foram buscar a jovem.

recebi pijamas, alguma roupa, lembro-me da comida foi feijoada à transmontana, lembro-me que a assistente social veio cá almoçar [...] primeiro dia marcou, porque eu nunca me hei-de esquecer, foi excelente, fui bem recebida por todos, pelos meninos e sempre me senti em casa aqui. (A-e8)

O entrevistado B- e9 tem uma experiência diferente:

Eu aceitei muito bem a minha vinda para aqui, a primeira pergunta que fizeram na altura foi “o que é que queres ser?”, foi a primeira pergunta quando cá cheguei, fui para um gabinete com o perfeito, era assim que nós o chamávamos, e perguntou me o que queres ser, como queres que te chame, e eram estes tipo de coisas que nos diziam logo [...].

5.2.3 Receção realizada pelos Pares

Além de existir uma preparação para o acolhimento tendo em conta a criança ou jovem que vai chegar, é preciso ter em consideração as restantes crianças ou jovens que já estão acolhidas, e sobre este aspeto os entrevistados afirmaram que têm isso em atenção:

Nós dizemos sempre que vamos receber um jovem, dizemos a idade que ele tem, e de onde ele vem, neste momento temos recebido muitos jovens de Aveiro, nós dizemos “olha vão receber um colega vosso de Aveiro” eles perguntam logo o nome, para ver se conhecem, nunca falamos das problemáticas ou dos motivos que estão associados ao acolhimento. (B-e2)

Nós normalmente avisamos sempre que amanhã, por exemplo, vamos receber um jovem novo, eles perguntam logo, nome, idade de onde é, eles perguntam logo isso todo, e a gente avisa sempre para eles não serem apanhados de surpresa. (B-e3)

Este trabalho não é exclusivamente feito com a criança que chega é também com as crianças que estão, normalmente nós comunicamos aos meninos e as meninas que vamos ter um menino ou menina nova, quem é, de onde vem, o que nós sabemos que ela gosta ou não gosta, e pedimos a colaboração deles sempre, a implicação e colaboração deles, eu costumo dizer sempre nestas alturas, vocês melhor que eu sabem o que é entrar aqui, eu conto com vocês, para receberem mais uma menina que vai entrar, peço que estejam atentos, e eles estão. (A-e6)

O entrevistado A- e5 referiu que mesmo antes de existir um pedido para um novo acolhimento, as crianças ou jovens acolhidas começam logo a questionar os Técnicos sobre

quem irá chegar, assim que sabem que alguém vai sair, frisou que existe muito entusiasmo para receber novos elementos:

O entusiasmo começa logo, antes de sair alguém, então começam logo a pensar quem é que poderá vir, se é menina, se é menino, se é uma vaga no quarto das meninas, e quantos anos tem, se tem irmão, se não tem irmão [...] Há um entusiasmo, e um respeito quando chega alguém, eles acolhem melhor que nós, eu sinto isso, eles têm muito respeito pela individualidade da pessoa que chega, que é fora de série, eu vejo sempre isso, e estão sempre a dar o devido espaço, dão sempre o devido tempo, estão sempre a explicar as coisas, raramente a criança ou jovem que chega precisa de nós para lhe explicar uma coisa rotineira da casa, são sempre eles que estão mais à frente, mais perto, estão sempre lá, “não faça assim, faz assado, olha aqui fazemos assim, aqui fazemos desta maneira”, eu acho que eles acolhem muito bem, e tem muito essa sensibilidade, esse respeito pelo outro. (A-e5)

Os técnicos referiram ainda que pedem a colaboração das crianças ou jovens acolhidas para preparem a festa de boas-vindas do novo elemento, e que estes participam nestes preparativos com boa vontade:

Quando foi o menino D, fizeram uns bolinhos, quiseram fazer brigadeiros, e em cada brigadeiro quiseram meter uma bandeirinha a dar as boas vindas de cada um deles [...] fazer uma carta, ou uma dedicatória, sobretudo aqueles que possam à partida ter uma idade mais próxima, possam perceber melhor os desafios daquela idade, por exemplo quando foi a menina Y tínhamos lá outra menina que fez uma carta, fez um desenho, e isso também lhes traz um certo descanso, ter um outro menino da mesma idade, a dizer que é feliz ali, que está bem, que vai ter uma amiga nova se quiser, e isso são aconchegos. (A-e6)

Os jovens preparam com a equipa educativa, no dia anterior um cartaz a dar as boas bem-vindas, colocam no refeitório, o bolo normalmente ou é confeccionado com eles ou então encomendamos com uma padaria [...] mas eles gostam de receber e de ter colegas novos cá por isso participam sempre de bom agrado. (B-e2)

5.2.4 Comportamento da família face ao acolhimento institucional

Uma das questões colocadas aos Técnicos era se a família participa de alguma forma no acolhimento da criança, sendo que os entrevistados explicaram que não existe um comportamento padrão nestes casos, depende se a família aceitou e compreendeu a necessidade da retirada da criança ou jovem, se se trata de uma família presente e

preocupada com o bem-estar do filho, ou se pelo contrário é uma família ausente. Este é um tema que suscita várias variações conforme os relatos que a seguir se apresentam:

Acho que não tenho presente nenhum caso em que a família tenha participado no acolhimento [...]. Porque no momento de acolhimento as coisas com as famílias não estão bem, por isso na altura da retirada as mágoas, o motivo pelo que se retirou a criança, ainda está tudo muito fresco, por isso não há essa abertura no período de acolhimento para as famílias participarem. (A-e4)

Normalmente tem a ver com a família ser mais presente ou mais ausente, aquelas famílias que são mais presentes na vida dos jovens, fazem questão de acompanhar, no último acolhimento que tivemos a família fez questão de estar presente, há outras situações em que a família ou é mais ausente, ou já está numa situação limite. Eu vou-lhe dizer que, raramente nós temos situações em que a família está presente, no ano passado recebemos cerca de 20, e nós tivemos a família presente em 3, 4 é muito raro as famílias estarem presentes no acolhimento, embora normalmente depois haja visitas, contactos com o jovem e connosco, mas no momento de acolhimento regra geral está o jovem, a técnica da EMAT que acompanha o caso e às vezes está a polícia. (B- e2)

Ir lá a casa normalmente não, se for uma família, que manifeste vontade também de a criança estar lá, porque o nosso receio é por em risco a criança e quem lá está, levar ao lar é muito complicado quando a gente não sabe quem é a pessoa, nos moramos num apartamento, então aí a gente não leva, se é uma mãe que não levanta problemas, aí a gente leva, por exemplo um dos jovens, os pais foram lá levá-lo, e nós convidamos a subir e a ver o quarto logo no primeiro dia e a participar na receção, eles é que não quiseram, era uma situação de rutura familiar e eles não quiseram, quando há um histórico de alguma instabilidade, nós primeiro tentamos fazer uma certa conquista. (A-e6).

Nós fazemos este pedido quase sempre, mas raramente é atendido, [...] o pai e a mãe estão a trabalhar não têm disponibilidade, mas a verdade é que estamos a lidar com vidas e o que está em causa de facto é o bem-estar do jovem ou da criança, [...] muitas das dúvidas e angústias dos miúdos prendem-se muitas vezes com as expectativas que alimentam com o regresso a casa, e ninguém melhor que os pais estando presentes para puderem esclarecer qualquer tipo de dúvida nesse sentido. (B-e1).

Na opinião do entrevistado B-e2, a presença da família no momento do acolhimento funciona como um fator protetor para a criança ou jovem, porque apesar de estar a ser institucionalizado, a família continua presente e preocupada, caso este acompanhamento não aconteça a Técnica acredita que é mais uma abandono que a criança ou jovem sente:

Eu acredito sempre que o facto de ter uma família presente é sempre um fator protetor, os jovens sentem muito esta questão da família estar ou não presente, contactar ou não contactar a instituição, contactar ou não o jovem, sobretudo nesta primeira fase de adaptação, é muito importante eles sentirem que apesar de estarem cá a família vai estar sempre presente na vida dele, e claro que uma família presente é sempre um fator protetor para facilitar a adaptação, porque se não eles pensam “eu vim para aqui, os meus pais não me contactam, não querem saber mais de mim”, enquanto se os pais estabelecerem contactos eles vão perceber “okei eu estou cá, mas a família continua presente”. (B-e2)

5.2.5 Adaptação da criança ou jovem à instituição

Em geral, os entrevistados afirmaram que as crianças ou jovens se adaptam com facilidade à realidade da instituição, como é visível nos excertos a seguir:

Estes jovens já vêm habituados da vida lá de fora, já vêm habituados porque hoje em dia eles não vem por causa da carência social, hoje é mais absentismo escolar, consumos, furtos, já estão tão habituados a andar na rua, que eles chegam aí e em poucas horas sentem-se em casa, antigamente uns andavam ai escondidinhos pelas cantos, mas agora não, ele chegam e estão à vontade [...] Eles fazem amigos logo no primeiro dia que chegam aí, passado 2 ou 3 dias já estão a pedir para sair de tarde porque os amigos da escola querem apresentar a cidade levar aqui e acolá [...] Acho que eles se conseguem adaptar tão rapidamente que até é impressionante. (B-e3)

Eles nos primeiros dias observam mais, tentam perceber, estão mais calados, embora haja situações em que eles se integram logo, e não tem problema [...] depende de caso para caso, e da personalidade do jovem. Nós temos casos de jovens que vieram no mesmo sítio em que uns se adaptaram facilmente e outros não, porque eles realmente não queriam estar cá, vinham contrariados. Quando eles não querem estar cá e não conseguem perceber os motivos porque estão cá a adaptação é sempre mais difícil. É claro que é difícil para todos, o facto de mudar de casa, mudarem de escola, mudarem de amigos, todo muda de um momento para outro, e claro que esta situação é sempre complicada, mas regra geral eles têm-se adaptado bem, facilmente criam amigos, e integram-se facilmente na escola [...] (B-e2)

Adaptam-se extraordinariamente bem, às vezes até é estranho, não são todos por igual, há miúdos que lhes custa a adaptação. Por exemplo esse pequenito que adormecia a chorar agarrado à fotografia, que eu levei depois a casa, ele tinha muitas saudades de casa, mas não queira ir para casa, mas tem-se sempre saudades, um corte é um corte, e custa, nós tentamos que não seja tão corte quanto isso [...]. Há ali

uma fase mais crítica nestes que lhes custa, no primeiro, segundo mês, nós tentamos ouvi-los, conversar, perceber o que lhes vai na alma, levá-los a casa se for o caso disso para aliviar, levá-los a passear, juntá-los a quem se gosta, para amenizar isso, outros há que se sentem tão bem, tão aliviados que nem querem saber, por vezes quando vêm de outras instituições nunca sentimos essa coisa, ter saudades da outra instituição, nunca. (A-e6)

Eu, neste momento, dos casos que conheço não temos aqui nenhum contrariado, eu vou usar um termo deles, temos mais aliviados, do que contrariados, eles normalmente dizem “ah que alívio”, mesmo quando vêm de casa dizem isso, no último acolhimento nota-se e a jovem está sempre a repeti-lo, que está muito aliviada, muito mais leve, está muito mais solta, está mais centrada nela própria e não no problema que ela vivia, [...] normalmente é esse o sentimento, é mais o de alívio do que de obrigação tenho que ficar aqui porque não fui eu que escolhi, não, não conheço nenhum (A-e5)

Relativamente à perspectiva das pessoas que estiveram institucionalizadas sobre a adaptação às instituições de acolhimento temos opiniões divergentes. O entrevistado B-e7, referiu que teve algumas dificuldades em se adaptar às rotinas da instituição.

Foi difícil no ponto de uma pessoa esta habituada a ter as suas próprias coisas e o conviver com tanta gente na mesma casa [...] custa sempre um bocado. (B-e7)

Em contrapartida, os entrevistados A-e8 e B-e9 afirmaram que se adaptaram bem às instituições.

Sim, primeiro adaptei bem, mas depois senti saudades da minha mãe, porque apesar de tudo nós éramos muito chegadas, mas também à medida que fui crescendo e ela não cumpria nada do que me dizia, e comprava-me, fui-me também afastando dela. (A-e8)

Eu sempre me sentia integrado, eu sabia que era isto, isto era a minha família, ainda há antigos alunos que hoje vejo como irmãos, e tentei sempre me integrar. (B-e9)

5.3 Relações Interpessoais

Devido à proximidade com que estes Técnicos trabalham com as crianças e jovens institucionalizadas, torna-se pertinente perceber como se caracterizam as relações

estabelecidas entre as crianças ou jovens com os Técnicos, as relações estabelecidas entre as próprias crianças ou jovens, bem como a relação que a família estabelece quer com a instituição quer com o seu filho.

5.3.1 Relação Técnico-criança ou jovem institucionalizado

No que concerne ao tipo de relação estabelecida entre os Técnicos e as crianças ou jovens, os entrevistados foram verbalizando que existe uma relação próxima, pois consideram que é mais fácil trabalhar com este público-alvo se existir uma proximidade relacional. Contudo um dos entrevistados frisou que também é necessário existir um certo distanciamento, para que não se ultrapassem certos limites como se atesta no relato seguinte:

Eu dificilmente deixo um miúdo ir a minha casa, tenho facebook, e nenhum deles está no meu facebook, não permito isso eles sabem, tenho vários pedidos de amizade daqui dos miúdos, mas eles sabem que eu não aceito, escusam de pedir porque eu não aceito, só quando vão embora. Tento sempre manter algum distanciamento, não dou o meu número pessoal, nem dou o meu facebook a ninguém, há colegas que dão, eu não dou e eles sabem disso, e já assim eles começam a brincar, porque depois há aquele dia em que se chateiam e vai para lá fazer ameaças, a gente vai acabar por fazer uma participação e depois a final, foi naquele momento passou-lhe, são situações espontâneas [...]. (B-e3)

É de notar que este entrevistado, posteriormente afirmou ter uma relação próxima com os jovens:

Comigo eles começam a ter uma relação de muita proximidade, tratam-me assim às vezes como um irmão, depois começa um, e depois outro começa a ganhar confiança, depois tenho que os chamar à atenção [...] às vezes chamam-me carequinha, e eu brinco com eles, há uma relação muito próxima, consigo lidar muito bem com eles [...]. (B-e3)

Os restantes entrevistados salientaram a proximidade relacional existente:

Há uma relação muito próxima e com os meninos também, não é por acaso que eu os trato todos eles por filhos, é uma força de hábito peço-lhes sempre desculpa, logo no dia do acolhimento [...] mas vou-te chamar muitas vezes filho, [...] é uma coisa que tem a ver com o facto de nós trabalharmos numa casa, como uma casa qualquer, esta proximidade cria-se e a meu ver, eu já disse isto muitas vezes, se

eu tivesse de inventar uma fórmula mágica para saber lidar com os jovens que estão em acolhimento residencial ou em casas de acolhimento, seria esta proximidade, esta ligação, sem esta ligação não é possível, sem este carinho não é possível, sem este há vontade eu não consigo fazer nada eu não consigo chegar até eles [...]. (B-e1)

Nós tentamos sempre manter uma relação próxima com os jovens até porque acreditamos que a intervenção acaba por ser mais fácil quando existe uma relação mais próxima porque chegamos mais facilmente ao jovem, é claro que há jovens que facilitam este processo e há outros que dificultam por causa da história toda que tem para trás, mas regra geral nós temos uma relação próxima com os jovens [...]. (B-e2)

Depende, há sempre uns que são mais próximos do que outros, que conseguimos chegar mais perto, mas acho que há uma...conseguimos ser próximos [...] há uma relação de amizade, sim [...]. (A-e4)

Nós temos uma relação muito próxima com todos eles, há questões bem definidas do que é trabalho, do que é as nossas obrigações enquanto técnico, e eles percebem perfeitamente, e depois há o outro lado, que é uma mais-valia, que é o que sustenta tudo isto, que é o lado afetivo, o lado que nos aproxima, o lado que nos faz estar juntos de, que nos faz estar preocupados com, nós com eles, e eles connosco [...]. (A-e5).

Foi possível corroborar a existência desta relação próxima quando os entrevistados iam relatando algumas situações vivenciadas. No caso do entrevistado A-e6, quando foi questionado sobre que tipo de relação estabelecia com os jovens, pediu-me para visualizar no seu computador algumas fotografias que demonstram esta relação. Começou por explicar que criaram um grupo fechado na rede social – facebook - entre os jovens, os técnicos e alguns antigos jovens acolhidos na instituição. Neste grupo vão partilhando fotografias e vídeos de momentos vividos por todos, brincadeiras entre eles, por exemplo durante uma viagem, um jovem foi ao lado da Técnica no comboio e na viagem de regresso o jovem adormeceu no ombro da mesma, alguém tirou uma fotografia e a Técnica partilhou-a com uma legenda semelhante, “então netinho quem é que tem mais pedalada”, o jovem costuma tratar a Técnica por avozinha. Neste espaço cada um vai partilhando as suas fotografias e os outros elementos vão comentando. Por exemplo, alguém colocou uma fotografia de um jovem, e a legenda era algo “o modelo da casa”, a Técnica em jeito de brincadeira comentou “onde está o modelo? não vejo nada”. Vi vários momentos entre eles, se não soubesse que se tratavam de crianças acolhidas e de técnicos diria perfeitamente que se tratava de uma família. É notório que existe uma relação próxima, pelas fotografias que vi, e pelas brincadeiras entre

eles, existe cumplicidade, ternura, afeto e carinho. Outro facto relevante é que os Técnicos partilham momentos com as crianças e jovens institucionalizadas juntamente com as suas próprias famílias, esta Técnica mostrou-me fotografias da sua filha a brincar com os jovens da instituição. Outro entrevistado referiu exatamente esta relação:

Eles partilham connosco a nossa família, a nossa casa, as nossas coisas, vão recorrentemente a nossas casas, passeiam recorrentemente connosco, natais, páscoa, férias, todos nós sempre que haja possibilidade levamos connosco, olha vou fazer um passeio giro, era giro alguém vir, tenho não sei quantos lugares no carro, ou pelo menos um eu levo, há sempre esta relação [...] (A-e5)

Durante a visita ao LIJ B, a técnica que me acompanhou durante a visita também mencionou que os Técnicos partilham momentos das suas famílias com as crianças e jovens institucionalizadas:

“No natal apenas dois jovens não tinham retaguarda familiar para passar as festividades, então decidiram que o melhor seria os jovens passarem com o pessoal da instituição «Temos que pensar no que é melhor, fiquem aqui na instituição sozinhos, ou mostrar-lhes como é ter uma família normal» ” (Nota de Diário de Campo).

Em geral e partindo dos discursos apresentados, os entrevistados entendem que uma relação próxima com as crianças ou jovens facilita o trabalho com eles, consideram que a proximidade é uma mais-valia, que assim conseguem transmitir a informação de outra forma, e que as crianças ou jovens interiorizam e assimilam o que lhes é pedido, como se constata no relato seguinte:

Aqui somos uma família e trabalhamos como família, por isso tentamos sempre trabalhar com a proximidade. Eu acredito que quando nós estamos próximo do jovens consigo chegar mais facilmente até eles, e conseguimos com que eles nos ouçam mais facilmente do que quando criamos aquele distanciamento, eu sou o técnico tu és o jovem [...] eu acredito que assim não conseguimos, eles já são tão carentes de afetos, carentes destas questões, se nós não formos afetuosos com eles, se não lhes dermos a entender que okei nós estamos aqui para te ajudar, nós somos profissionais cá, mas que realmente gostamos deles e que queremos ajuda-los, e acho que assim é tudo muito mais fácil. (B-e2)

Refletindo agora sobre os relatos das pessoas que estiveram acolhidas nestes LIJ, estes também salientaram a relação próxima que conseguiram estabelecer com os Técnicos.

Houve duas pessoas, uma foi a minha gestora do processo, foi importante para me ajudar a perceber o que era melhor para mim e o que não era, e não há dois anos, a Dr.^a C porque como eu não ia para casa, lembro que vim para aqui em fevereiro de 2012, e nesse natal, o primeiro natal que tive cá ainda fui a casa, mas o segundo não, e normalmente a casa fecha, pronto nesse natal como eu era o único que ia cá ficar, a minha gestora do processo decidiu falar com o educador para ver se estava na disponibilidade de me levar para casa dele. Depois, no natal a seguir, por opção minha fui com a Dr.^a C, e desde que a conheço tem sido importante, agora não porque entro e saio às horas que quero, mas na altura que estava aqui, que era um miúdo normal, fazia parte da instituição, tinha que cumprir os horários e aos fins de semana, não é como é agora que eles têm sempre atividades, nós estávamos aqui fechados, podíamos sair, mas não haviam atividades, nós queríamos sair íamos até shopping, mas eu não gosto muito de estar nesses sítios muito tempo, então preferia não sair [...] falava de tudo com elas. (B-e7)

Tenho três pessoas [...] foram as principais, são as minhas mães como costume dizer. Elas três são as pessoas mais importantes da minha vida ou seja, são as mães, não é, e acho que sem elas não fazia sentido, e elas estiveram sempre lá em cada fase da minha vida, ainda agora estão, sempre que preciso de alguma coisa basta um telefonema e elas estão lá, eu sou um bocadinho delas três, elas são as pessoas que me marcaram e vão ficar para a vida, vão ser sempre as mães [...]. (A-e8)

Todas as pessoas que trabalhavam connosco tinham o sentido de ajuda, onde a gente se apoiava, onde a gente desabafa, às vezes onde criticava, olhe isto passou-se isto mas não está correto, mas ao dizer que não estava correto já sabia que ia ter algum agravamento em cima de mim, porque a pessoa do outro lado também não aceitava muito bem a crítica [...] falava-se mas a crítica não era bem aceite, e por vezes tinha retaliações, mas as coisas funcionavam desse maneira e não há que fazer. (B-e9)

Para além desta proximidade com as crianças ou jovens acolhidas, os Técnicos esclareceram que também existem regras, e para o caso destas serem quebradas existem as respetivas consequências.

No LIJ B, os Técnicos explicaram que inicialmente existia uma relação direta entre o comportamento e a consequência, contudo consideravam que não obtinham os resultados esperados, porque as crianças ou jovens se sentiam revoltadas:

Já foi assim mas não sortia efeito, porque eles sentiam-se muitas das vezes ainda mais revoltados porque não tinham oportunidade para falar, era tudo imposto, “porque é assim e porque o menino A também fez e tu também vais ter o mesmo castigo” hoje em dia já não é assim, e sentimos uma diferença muito grande porque os miúdos sentem o à vontade para explicar, justificar, mesmo que a justificação não seja plausível (B-e1)

Segundo explicaram os Técnicos entrevistados, atualmente dão preferência a repreensões verbais, tentando explicar à criança ou ao jovem que não podem ter determinados comportamento. Dependendo da gravidade do comportamento fazem reuniões com os Técnicos responsáveis pelo processo de promoção e proteção do jovem (na EMAT ou nas CPCJ) e com os progenitores, para encontrarem uma solução conjunta para o problema. Se ainda assim persistirem com comportamentos inadequados os Técnicos aplicam consequências mais diretas, como se apresentam nos excertos seguintes:

Consequências mais diretas, retiradas de objetos pessoais como telemóvel, tablet, computador, por exemplo o jovem fica suspenso da escola, cumpre aqui tarefas escolares e do dia-a-dia, não anda aqui a tocar viola (B-e1)

É assim a casa tem regras, eles sabem aquilo que podem e aquilo que não podem fazer, e quando quebram uma regra há sempre uma consequência, não há um padrão, fazes isto a consequência é esta, até porque eles depois sabiam gerir isto, ou seja eles são muito espertos, não chegaste a tempo do almoço, vais arrumar o refeitório, eles depois gerem as consequências, eu posso fazer isto que depois vai-me acontecer aquilo [...] as consequências normalmente passam por tarefas extras, se eles danificam alguma coisa, eles tem uma mesada mensal que é atribuída pela instituição [...] é descontado da mesada o valor daquilo que eles danificaram [...] (B-e2).

Eu tenho uma lista assim das minhas, porque por exemplo há uma das famílias que já está estipulado até julho quem vai levar a roupa à lavandaria, por exemplo houve um jovem que não cumpriu com o horário, disse que levava uma semana a roupa à lavandaria, insistiu que não levava passou para um mês, houve um miúdo que andou de agosto passado até Fevereiro a levar a roupa, esta é uma das consequências, outro exemplo na escola não fez um trabalho, então prefiro pô-lo a fazer umas fichas, se não trabalhou na escola, vai trabalhar aqui, tento jogar também com o tipo de problema que foi, se foi uma coisa aqui interna, é a lavandaria, limpar o refeitório, tirar a louça do jantar, ajudar a levar o lixo, passar o chão com a esfregona, nós fazemos de tudo, porque hoje em dia eles têm poucos hábitos de fazer estas coisas. (B-e3)

No caso do LIJ A, os Técnicos entrevistados referiram que existe uma tabela de consequências definidas e que previamente foram discutidas e acordadas com as crianças ou jovens relativamente às tarefas domésticas, segundo os Técnicos de acordo com a idade de cada um, os jovens têm que, por exemplo, passar 10 peças de roupa a ferro ou têm que arrumar a cozinha, caso não o façam, no dia seguinte a consequência dobra, por exemplo têm que passar 20 peças de roupa a ferro. Quando se trata de saídas à noite, os Técnicos estipulam uma hora de chegada, caso o jovem não cumpra, não haverá uma próxima saída durante um determinado tempo:

Há algumas coisas que já estão definidas, que são definidas com eles, do tipo se tu não passas a ferro da tua hora, só os mais velhos é que passam, se tu tens de passar 10 peças de roupa uma vez por semana, se não passas, dobra, no dia seguinte tem de passar 20; tu saís à noite, não há problema nenhum, marcamos-te hora de chegada, não cumpres, para a próxima vez não saís. (A-e6)

Contudo, conforme explicou o entrevistado A-e5, não existem fórmulas mágicas de lidar com as crianças ou jovens, cada caso é um caso, e por vezes um castigo pode ser considerado «leve» para um jovem e para outro pode ser muito «pesado»

Não há fórmulas mágicas, há sempre estratégias para cada um, umas resultam com um, outras resultam com outros. (A-e5)

No entender do entrevistado A-e6 a existência de regras faz todo o sentido, durante a entrevista justificou esta posição, conforme o relato seguinte, mas também referiu que só aplicam as consequências quando algo não corre bem, evitando estar sempre a referir a existência das mesmas:

Tem que haver regras, a regra faz parte, nós precisamos de ter regras para viver em comunidade, e ela é absolutamente necessária, não tem que ser ver isto como consequência, ou forma de castigo, mas sim como forma de viver todos juntos e juntos nos constituirmos. (A-e6)

5.3.2 Relação entre as crianças

Quando questionados sobre como caracterizam as relações estabelecidas entre as crianças ou jovens institucionalizados, todos os entrevistados foram unânimes, as relações são salutareas, próximas, comparando mesmo com uma relação entre irmãos, tal como podemos observar com os excertos seguintes:

Dão-se muito bem, são irmãos, como é que hei de dizer, eles dão se muito bem, são muito protetores, perante os de fora então há ali mesmo um cordão, entre eles, ai às vezes é como os irmãos, vem um e empurra, outra dá um pontapé, mas estamos a falar de coisas normais, isto é normal, não haver nada disto é que era anormal, há um que mete o pé, o outro manda uma boca, mas eles são muito protetores entre eles, às vezes pegam um bocadinho de mais da conta com a menina E porque ela é assim e assado, e implicam um bocadinho com um, implicam um bocadinho com outro, mas dão-se bem, é claro que um é mais chegado a este, outro que é mais chegado àquele. (A-e6)

Eu vejo uma casa normal como todas as outras, a diferença é que em vez de ter 2 ou 3 filhos, tem 8, eles têm birrinhas nítidas de irmão, têm birrisses, têm ciúmeiras de irmãos, é muito, muito como uma família [...] efetivamente eles dão-se todos bem, e dão-se todos mal quando é preciso, é normal, e quando há uma injustiça é uma revolução nesta casa, porque é injusto, comigo foi assim, com ela foi assado. (A-5)

Depende, há como tudo numa família normal, há dias em que há zaragatas e noutra está tudo bem, mas não há nada por ai além, é uma família normal, como os irmãos cão e gato, mas depois meia hora está tudo bem. (A-e4)

Ao início não há assim muita confiança, mas também é normal, quem vem de novo e vê uma casa cheia sente-se mais reticente, sente-se menos à vontade é sempre complicado, mas passado uma semana ou duas já está tudo ao abraço, nós temos uma máxima - nós somos uma família e estamos todos juntos - e isto sente-se nos miúdos [...] mas de facto depois sente-se o entrosamento entre eles e protegem-se para o bem e para o mal, é uma coisa engraçada, mas realmente sente-se muito o espírito familiar, [...] os próprios miúdos dizem nós aqui somos todos irmãos, somos todos uma família, nós damos-nos muito bem. (B-e1)

Nós temos um grupo coeso, e normalmente quando eles se envolvem em conflitos uns com os outros, são os próprios colegas e intervirem, a chamar à atenção para que as coisas fiquem sanadas. (B-e2)

5.3.3 Relação da família com a criança e a relação da família com a instituição

Esta é uma trilogia fundamental durante todo o processo de acolhimento institucional, a forma como se estabelecem estas relações podem influenciar a cessação ou a prorrogação desta medida.

No que respeita à relação entre a família e a criança ou jovem, os Técnicos entrevistados foram explicando que não existe um padrão, foram relatando perspectivas opostas entre si:

O pai ou a mãe trazerem o miúdo nesse dia (no dia de acolhimento), e depois não ligarem, não quer saber, quer dizer, vem cá colocar o menino, agora espero que te portes bem, mas depois um dia a gente vê, nós temos muitos casos de jovens que não recebem contactos dos familiares, ou não vão a casa, temos infelizmente alguns casos de situações assim. (B-e1)

Normalmente a grande maioria dos nossos jovens tem visitas a casa, nós temos 3 ou 4 jovens que raramente vão a casa, ou porque são de zonas muito distantes, ou porque têm comportamentos muito gravosos e a família não os recebe, ou porque a família é ausente. Mas regra geral eles têm contactos/visitas quinzenais ou semanais, regra geral nós temos neste momento é quinzenal, há uns que tem mensal porque são de zonas distantes, por exemplo Aveiro, nós temos jovens que vão todas as semana e jovens que vão quinze em quinze dias, depende também do comportamento do jovem. (B-e2)

Contactos regulares com a família, se é de longe ou perto não interessa, eu estou a pensar mais no telefone que é aquele que hoje em dia só não contacta quem não quiser, eu gostava de que fossem mais alguns contactos para alguns jovens, há jovens que não recebem contactos de ninguém. (B-e1)

Há pais que ligam diretamente para os filhos, para os telemóveis pessoais, se não estiverem aqui nós nem sabemos se ligaram ou não, há outros que ligam para o telefone da instituição [...] há casos em que um dos progenitores é mais desligado, e há outros que são mais assíduos e que ligam todos os dias à mesma hora, mas há outros progenitores ou a mãe ou o pai que estão completamente ausentes. (A-e4)

Mais uma vez depende, é caso a caso, há situações em que numa fase inicial em que os dias e as horas são marcados, são agendados pode ligar para o seu filho às 18h30 às terças e quintas, e o miúdo sabe que naquele dia e naquela hora vai receber um telefonema, ou existem casos em que a mãe liga todos os dias e a gente sabe que aquela hora o telefone vai tocar, e é a tal senhora para falar com a filha,

existe casos em que a família já contacta para o próprias telemóveis das crianças [...].
(B-e5)

As pessoas que estiveram institucionalizadas também foram questionadas sobre como eram as relações com as respetivas famílias, e nos três casos abordados nesta investigação, as pessoas acabaram por se afastar das suas famílias, contudo os motivos são diferente como podemos constatar pelos relatos seguintes:

Acho que a tomada de decisão de fugir para a casa da minha mãe foi mais para ter liberdade, porque eu via o meu irmão, eu tenho mais irmãos, um deles está com ela, ele tem a vida que quer [...] ele tem a vida que quer, no ponto que tem boa vida [...] bastou passar meio ano para perceber, meio ano aqui, eu com ela estive lembro-me que foi um ano, em que ia aos fim de semana, mas não dava, eu todos os fins-de-semana discutia com ela, então decidi cortar, mandei um ofício ao tribunal a dizer que queria dispensar as visitas a casa [...]. (B-e7)

Nós nos primeiro tempo decidimos que eu ia a casa todos os fins de semanas dormir, mas depois chegou uma altura, que eu desisti, porque a minha mãe tem problemas com álcool, neste tempo todo com os problemas, com a depressão não sei bem ela bebia, tem tempos que não bebe e está bem tem outros prontos, e eu desisti de ir a casa, porque houve uma altura que eu cheguei lá, num sábado à tarde pelas 15h e ela estava completamente bêbeda então quase que nós brigamos e tudo, e eu pedi para que me fossem buscar outra vez, e a partir daí deixei de ir a casa. [...] Apesar da ligação que nós tínhamos de afeto, apesar de tudo, não era bom para mim, ela não percebia que se não mudasse eu nunca voltaria para casa. Realmente durante 14 anos a vida dela não mudou, nem os meus irmão ela tem, também já são maior de idade mas na altura, ela nunca fez nada para os ter. E então, à medida que fui crescendo, fui vendo que ela não se importava, ou importava-se à maneira dela, mas não fazia nada para nós ter nem para nós dar uma vida melhor, ela prometia mas não cumpria e depois comprava-me com prendas, com saídas e assim, e então eu fui desistindo, até hoje, eu nunca vou à casa dela [...] ela liga-me, eu ligo-lhe de vez em quando, quando me quiser ver vem aqui à cidade, está meia hora comigo, ela quase que me despacha porque o que ela gosta é de ir para o café beber cerveja e eu não gosto, então ela despacha-me. (A-e8)

Os nossos familiares ganham-se com o decorrer do tempo, com o contacto, se eu viver muito com o meu pai e com a minha mãe, é logico qualquer coisa que lhes aconteça eu sinto, e sinto os afetos deles, como eu aos 8 anos, e já nessa altura tinha poucos afetos porque a minha mãe como viúva tinha que ir trabalhar, praticamente os afetos eram poucos, se me perguntar se sentia falta de uma mãe ou de uma pai, eu digo-lhe que sim, gostaria de ter sido uma pessoa que crescesse num ambiente

familiar normal, é o que é desejável, mas infelizmente não foi possível, e eu tive que me fazer a vida de outra maneira, e temos que ver sempre pela parte positiva essas coisas, não podemos estar sempre a pensar no mesmo assunto, a minha sorte foi esta, e dentro desta sorte tenho que seguir em frente. (B-e9)

Como podemos presenciar pelos excertos supracitados, existem diferentes relações entre pais e filhos, tudo depende da forma como os progenitores encaram este processo, da relação que mantinham antes de iniciar o acolhimento institucional e da vontade que demonstram para que o seu filho regresse a casa.

Ora, se existe uma panóplia de relações entre pais e filhos, facilmente se compreende as várias relações/ atitudes entre a instituição e as famílias. A relação que os pais mantêm com os filhos influencia diretamente a relação que os pais estabelecem com a Instituição, ora mais próxima e atenta, ora mais ausente e distante. Os Técnicos entrevistados exemplificaram esta realidade:

Nem sempre os pais atendem, nem sempre os pais estão disponíveis, muitas vezes temos pais que nem sequer nos procuram, não nos ligam a perguntar como é que estão os filhos e realmente quando assim é, é mais difícil de articularmos com maior regularidade em termos de informações. (B-e1)

Nem sempre é fácil para nós, enquanto instituição, trabalhar as famílias, sobretudo quando neste momento a maioria dos jovens que nós temos são sempre fora do concelho, e fora do distrito, ou seja nós neste momento temos 5 ou 6 jovens aqui da zona, e o resto é quase tudo, Aveiro, Porto, Fundão, Nazaré, são todas zonas distantes, nós não conseguimos contactar com as famílias pessoalmente, regularmente. Agora as famílias que nós temos cá próximas, nós tentamos fazer visitas domiciliárias, tentamos agendar algumas reuniões, para perceber como é que está a decorrer o processo, embora as famílias nem sempre sejam fáceis e colaborem com este processo. (B-e2)

A maior parte das famílias está resignada, está acomodada e é muito difícil nós conseguirmos implementar dinâmicas, alterar rotinas, porque os filhos estão bem, porque a ideia é sempre essa, o meu filho está tão bem, que colégio ótimo, eu aqui quando ele vem eu não consigo dar o que vocês dão, existe muito isto (A-e5)

Nós vamos trabalhando com os pais, trabalhando com eles, definindo, construindo a melhor forma de nos relacionar, das visitas correrem bem, dos meninos poderem ir a casa, deles poderem participar no dia-a-dia dos meninos, nós vamos fazendo todo um trabalho de articulação no sentido que as coisas corram pelo melhor,

fazemos todo um trabalho com as famílias e com as outras instituições. Há família em que isso é possível com grande trabalho, há famílias que tal não é possível, há famílias que são mesmo muito complicadas, que nós temos alguma dificuldade de diálogo. (A-e6)

5.4 A organização do espaço e do tempo

Esta é uma categoria que pretende demonstrar como é que os LIJ em apreço se organizam a nível do espaço e do tempo. Foram criadas três subcategorias: o espaço individual; o espaço comum; e ainda como se organizam a nível temporal, nomeadamente os horários da instituição.

5.4.1 O espaço individual

Com esta subcategoria deseja-se perceber de que forma é que as instituições têm em conta a individualidade e a privacidade de cada criança ou jovem acolhido. Quando se pensa em privacidade, a primeira ideia que nos ocorre é a escolha do quarto, e neste caso, em ambos os LIJ, existe uma gestão relativamente a este aspeto, contudo por motivos díspares. No caso do LIJ A, a gestão dos quartos estará mais simplificada dado que só existem 3 quartos, a entrada de novas crianças está relacionada com a saída de outras do mesmo género. Em contrapartida no LIJ B, existem mais quartos, mas os Técnicos tentam enquadrar a criança ou jovem que chega de novo, num quarto em que os companheiros possam ser um elemento facilitador de integração, escolhem os jovens que estão há mais tempo na instituição, como comprova o relato do entrevistado B-e2:

Nós tentamos explicar o porquê desta escolha, muitas vezes até tentamos puxar pelo lado positivo, tu és uma boa influencia, vais ajudar na adaptação, és mais velho, estás cá há mais tempo, normalmente nós tentamos sempre colocar os jovens nos quartos dos outros jovens que estão cá há mais tempo, já conhecem melhor as rotinas da instituição, as dinâmicas, são mais estáveis. (B-e2)

Nesta subcategoria também foi integrada a questão do uso do telemóvel e de internet por parte das crianças ou jovens. Os Técnicos foram questionados se existe algum controlo sobre estas tecnologias, dado que podem ser muito benéficas mas também podem causar

problemas tendo em conta o uso que lhes dão. Em ambas as instituições existe esta preocupação, daí que seja estipulada uma hora para entregar os telemóveis, isto durante a noite.

Ninguém vive sem telemóveis, e é um sofrimento terrível quando eles ficam sem eles, porque às vezes eles são apreendidos, há situações em que tem de ser, quando fazem um uso indevido, mas pronto os mais novos têm uma hora para entregar os telemóveis até à hora da ceia que é às 21h - 21h30, e depois no dia a seguir é-lhes entregue de manhã, eles podem levar o telemóvel para a escola não há problema nenhum, mas também sabem que à mínima queixa que eles tenham por causa do uso de telemóvel, ficam sem ele [...] (B-e1)

Pois, isso tem sido um enorme desafio nestes últimos anos, tem sido muito acelerado. Normalmente antes dos 12 anos de idade não permitimos que os miúdos usem telemóvel, ou se tiverem tem tendencialmente desligado, ou só ligam de vez em quando, para jogar um joguinho, para fazer um telefonema, normalmente antes dos 12 não, e mesmo ali entre os 12 e os 14 anos o telemóvel fica em casa, e é sempre sob uma grande supervisão. A partir dos 14 anos os miúdos aí já começam a ter horários, mas à noite têm sempre que o entregar à funcionária porque senão eles são capazes de encontrarem alguém na net ou mandam mensagens e ficam a noite toda sem dormir. À noite entregam, de manhã a gente volta a dar. (A-e6)

Os técnicos também referiram que tentam controlar/ supervisionar o uso de internet, mas neste caso mais uma vez depende de várias situações, da responsabilidade que os jovens têm ou não e o uso que dão à internet. Os Técnicos do LIJ B referiram que os jovens sempre tiveram acesso à internet da instituição (rede wireless) até ao momento em que entrou um jovem que percebia muito de computadores:

A determinada altura nós tivemos «hackers» entre os jovens e entravam no sistema, conseguiam aceder aos documentos internos, o que começou a criar alguns problemas, porque eu podia chegar aqui abrir uma pasta em que só eu tenho acesso e não tinha nada, documentos que são importantíssimos, regulamentos, relatórios, mapas de pessoal, e partir desse momento tivemos que tomar medidas de segurança, tanto que neste momento as palavras passe do wifi não estão disponíveis para os jovens [...] sempre que é necessário algum jovem fazer algum trabalho, usa um dos computadores da casa, ou então dirige-se ao gabinete técnico onde tem sempre mais computadores disponíveis e estão lá a trabalhar. (B-e1)

Os Técnicos do LIJ A também afirmaram que fazem uma supervisão quanto ao uso de internet por parte dos jovens, referiam também que alertam constantemente para os riscos

inerentes ao uso da Internet, e costumam integrar os jovens em formações sobre esta temática:

O facebook, nós não permitimos antes da idade, o que tem sido um desafio imenso [...] é os 14 anos, mas o próprio facebook não deixa criar antes dos 13, mas eles mentem na idade, mas nós, isso não deixamos, e estamos sempre atentos. Os maiores têm que nos dar as palavra-passe, para irmos fazendo algum acompanhamento e supervisão [...] têm que dar, só criam facebook se estiverem dispostos, conosco, não nós, conosco abrindo o facebook deles e explicar o que tem feito lá, e vai sendo supervisionado [...] (A-e6)

É preciso dizer, olha isto não se põe no facebook, olha isto não se diz na internet, não metes conversa desta forma com ninguém, tentar ensinar como é que se faz [...] é mais por uma questão de proteção que nós temos de ter algum cuidado [...] e nós temos de os proteger, temos que os orientar da forma como usam estas ferramentas, e há muitos que estão capazes de o fazer autonomamente, e que nós conseguimos perceber que as coisas estão em velocidade cruzeiro, já adquiriam algumas competências, e outros não, de maneira nenhuma, andamos sempre à cata a ver o que se passa na net, o que faz, o que põe, que fotografias são estas que publicou, recorrentemente às meninas dizemos não ponhas fotografias assim, ou não ponhas fotografias de biquíni, por uma questão de proteção basicamente, tal como fazemos com os nossos filhos. (A-e5)

Foi ainda questionado aos Técnicos se as crianças ou jovens participaram na escolha das ementas, para tentar perceber o grau de participação das crianças ou jovens nas decisões da casa que lhes dizem respeito. E mais uma vez, em ambos os LIJ procedeu-se a uma discussão com as crianças e jovens sobre as ementas existentes, foi necessário ajustá-las aos gostos das crianças e jovens, bem como à definição do momento que determinado prato é servido. Este foi um exercício que obrigou as crianças e jovens a fazerem cedências, devido às suas próprias preferências e às das restantes crianças e jovens.

A ementa foi proposta por uma nutricionista, mas uma vez feita, a ementa foi também discutida com eles, há pratos que foram retirados da ementa porque eles não gostam mesmo, há pratos que mantivemos na ementa uns não gostam mas gostam outros, e a discussão do tira o arroz de marisco ou arroz de polvo, mas eu gosto do arroz de polvo, se tu me tiras o arroz de polvo eu também não quero o frango de caril. Pronto esta discussão de Okei vamos encontrar aqui um meio, fez com que alguns pratos saíssem completamente e outros ficassem apesar de alguns meninos não gostarem muito do prato, mas isso foi apresentado [...] Os dias a que são feitos, porque exemplo “pizza ao domingo? eu não quero que a pizza seja ao domingo, porque eu ao domingo vou a minha mãe”, então temos pizza uma vez por

mês e tem de ser ao sábado à noite, ou o arroz de caril eu gosto tanto, e eu nesse dia tenho aulas, pronto passamos para o jantar, até isso nós vimos com eles. (A-e6)

Nós temos 4 ementas que vão rodando semanalmente, e as ementas foram feitas com a colaboração dos jovens, claro que nem tudo fica ao critério deles, porque senão eles nunca comiam peixe por exemplo, mas tentamos perceber que comidas é que eles gostam, o que eles não gostam, porque às vezes há comidas que nem sequer faz sentido ter nas ementas porque eles não comem simplesmente, e fazer para estragar não pode ser, por isso eles participaram nessas decisões. (B-e2)

5.4.2 O espaço comum

Neste âmbito, foi perguntado aos Técnicos se estas crianças e jovens são incentivadas, de acordo com as suas idades, capacidades e disponibilidade escolar, a participar nas tarefas domésticas inerentes a qualquer casa, como arrumar e limpar os quartos, ajudar a colocar e a levantar a louça da mesa, colocar a roupa para lavar. Em geral os entrevistados, responderam afirmativamente, inclusive em ambos os LIJ existe um mapa de tarefas, para que as crianças e jovens não tentem fugir às suas obrigações, conforme podemos compreender através dos excertos apresentados:

Nós dizemos sempre, isto aqui não é um hotel é uma casa, e nas casas há divisões de tarefas [...] por norma temos uma mapa de tarefas, em que os jovens estão escalados, porque se não eles empurram as tarefas para outros, eles são responsáveis pela organização do quarto [...] eles têm que manter o espaço arrumado, quer seja os armários, a cama, tudo [...] são eles que fazem as camas todos os dias, antes de irem para a escola, ou seja a regra é eles fazer antes de irem para a escola, mas às vezes vão atrasados e já não fazem [...] quem não fez, faz quando chega da escola, depois eles tem que manter o quarto arrumado [...] e depois as tarefas no refeitório, colocar a mesa, levantar a mesa, levar a roupa à lavandaria, isto são eles que fazem, no período de aulas as vezes é mais difícil [...]. (B-e2)

Sim nós temos mesmo tabelas feitas daquilo que são as responsabilidades de cada um, conforme a idade de cada um, e conforme os horários de cada um, desde arrumar a casa, passar o chão, fazer a cama, até arrumar a loiça e cozinhar [...]. (A-e6)

Eles fazem a arrumação do quarto [...] eles são responsáveis pela arrumação dos armários, pela ajuda no refeitório, pôr a mesa, levantar a mesa, atividades gerais, limpam os claustros, para as senhoras da limpeza é muito desgastante e os nossos

miúdos gostam de ajudar⁶, eles colaboram nas tarefas do dia-a-dia, fazem muitas tarefas de culinária, ajudam muito as cozinheiras porque eles gostam muito de cozinhar [...]. (B-e1)

Elas têm as tarefas delas definidas, as tarefas diárias [...] as funções deles são aquelas normais que nós todos temos em nossas casas com os nossos filhos, é de manhã deixar a cama feita [...] arrumar as coisas porque há sempre tralha das atividades, um livro ou outro, é deixar a mochila feita para o dia seguinte. Depois consoante uma escala, há dias definidos para cada um fazer uma refeição, as questões para trabalhar a autonomia. Há sempre um dia em que um deles faz uma refeição, há sempre um dia em que arrumam a cozinha, depois há uma escala para passar a ferro, normalmente está definido 10 peças por cada um, preferencialmente 10 peças do próprio, há assim uma pequena escala para fazer estas tarefas domésticas, depois ao sábado de manhã está instituída a questão de ter de se dar uma limpeza mais a fundo [...]. (A-e5)

Contudo um dos entrevistados transmitiu uma perspetiva oposta aos restantes entrevistados sobre esta questão ao dizer:

Antigamente tínhamos uma lista com as tarefas estipuladas para cada dia, isso foi-se deixando de por, a segurança social foi-se impondo, que não concordava com algumas das tarefas que os miúdos não podem trabalhar, que é exploração, e agora cada vez sabem menos, antigamente eles sabiam fazer de tudo, mesmo sendo homens iam para casa a sabiam fazer tudo [...] Não é permitido ir para uma cozinha, não podem estar na cozinha, saem daqui não sabem fritar um ovo, antigamente havia uma escala, os mais novo podiam ajudar na cozinha, não podiam era lavar a loiça porque é uma coisa mais pesada, os mais novos era mais na parte do refeitório, por as mesas, limpar o chão, os mais velhos lavar os tachos, lavar loiça. Depois passavam para as outras tarefas iam vendo como os outros faziam e isso, hoje em dia não é permitido estar na cozinha, dizem que tinham de ter farda, é assim, eu minha casa a minha filha já arruma a casa e vai para a cozinha e não anda de farda e chapéu, eu sei que isto não é a minha casa, mas no fundo isto é a casa deles, é aqui que eles vão aprender a ter um futuro [...] dizem que não se pode, que é exploração, eles próprios nos dizem, nós não viemos para aqui para trabalhar, você é que é pago para trabalhar, eu sou pago para te ensinar, não é para te fazer a papinha toda, eu aos meus filhos não lhes faço a papinha, eu não lhes levo o leitinho eu estou aqui para te ensinar, não para te fazer as coisas é diferente, é isso que eles têm de perceber, eles vêm de casa assim habituados, estão mal ensinados [...]. (B-e3)

⁶ Numa das primeiras visitas presenciei um jovem a trazer a mangueira para o meio dos claustros, indicando que os ia lavar.

Todos os entrevistados salientaram a importância de inculcar a realização destas tarefas, para que se tornem adultos autônomos e capazes de organizarem o seu próprio Lar. A este respeito os entrevistados verbalizaram:

Nós temos planos de tarefas semanais, se eles são cumpridos à risca? Não, estaria a mentir se dissesse outra coisa [...] agora nós temos grupos para desenvolver competências pessoais e sociais, aonde se trabalham estas competências de autonomia, nós temos 2 processos, inicialmente nós fazíamos sessões mais formativas, mas se os miúdos não gostam de estar na escola, estar dentro de 4 paredes a ouvir, ainda pior, percebemos isso rapidamente, então agora temos workshops de desenvolvimento de competências, vamos aprender a cozinhar, vamos desenvolver competências de cozinha, vamos todos para a cozinha, para aprender, é preciso limpar, é preciso por uma máquina a lavar, vamos todos ver como é que se faz, todos como quem diz, vamos em pequenos grupos, mas organizamos isto como pequenos workshops para não ser uma coisa tão massuda e tão chata, e aprendem muito mais assim porque é no terreno, in loco, e tem sortido mais efeito [...]. (B-e1)

Até porque consideramos que faz parte do processo deles de crescimento, desenvolvimento e autonomia, é bom que eles tenham condições para um dia que forem viver sozinhos saberem o que é que tem de fazer, tem que tratar da própria casa. (A-e6)

O importante é que eles estejam lá e percebam como é que as coisas se fazem, como é que as coisas se organizam numa cozinha, para um dia mais tarde poderem fazê-lo, eles tem que tratar as coisas da autonomia com alguma seriedade e com algum tempo porque estas coisas começam a fazer algum sentido a partir do momento em que passam para o apartamento de autonomia [...]. (A-e5)

5.4.3 Horários

Como estão divididos por famílias o horário de dormir é diferente, então os mais novos até aos 16 anos, lá está, como eles nos chegam aqui com idades mais avançadas os mais novos para nós é os 16 anos, os mais velhos é 17, 18 já são quase adultos, temos horários diferentes, até aos 16 é às 21h30, durante a semana, depois difere meia hora para os mais velhos que se podem deitar às 22h30 - 23h [...]. (B-e1)

Não, eles tem horas para se deitar, quando eu digo que não há horas específicas, quer dizer não há horas iguais para todos se deitarem, os mais novinhos precisam de dormir mais horas deitam-se mais cedo, os mais velhos que precisam de dormir menos horas, deitam-se mais tarde, aqueles que se levantam cedo, têm de ir para a cama mais cedo, aqueles que vão para a escola mais tarde, também se podem deitar mais tarde, tudo isso é tido em consideração, que idades é que eles têm, a que horas é que eles se levantam, que horários têm, não se levanta tudo às

sete da manhã, quer dizer quem vai para as oito levanta, quem vai para as nove não precisa, pronto tudo isto é ajustados em função do ritmo de cada um [...]. (A-e6)

Nesta subcategoria foi questionado aos Técnicos se existem horas específicas para as crianças ou jovens irem dormir, e como observamos nos relatos mencionados anteriormente, existem critérios diferentes entre os LIJ analisados.

No caso do LIJ B, as horas são definidas tendo em conta as idades, e como existem duas «famílias» de jovens em que a sua constituição também depende da faixa etária, a gestão dos horários é simplificada, a família A (até aos 16 anos) vai descansar às 21h30, e a família B (a partir dos 17anos) vai descansar às 22h30, isto acontece durante o período de aulas, nas férias aumenta aproximadamente uma hora para cada família.

Enquanto no LIJ A, a gestão da hora de ir dormir, tem por base as características pessoais de cada criança ou jovem, têm em consideração as idades também, o horário de levantar no dia seguinte e o ritmo de cada um. Dado que as crianças ou jovens não se deitam todos ao mesmo tempo, foi perguntado aos Técnicos se não acontecem pequenas discussões devido ao barulho que as crianças ou jovens possam fazer, enquanto outros estão a tentar descansar, a entrevistada A-e4 explicou esta situação:

De vez em quando, “ei ele ao deitar fez barulho e acordou-me”, “ah acordou cedo e acordou-me”, mas eles respeitam-se, de vez em quando há assim uns atritos, mas eles respeitam-se, mas nós explicamos que de manhã ninguém se pode vestir às escuras, mas na hora de deitar podem por a roupa pronta e tentar fazer o mínimo de barulho possível, se alguém pode dormir até mais tarde mete a cabecinha debaixo dos cobertores e quando saírem volta a adormecer. (A-e4)

Sobre os horários de descansar, o entrevistado B-e1 referiu ainda que:

Regra geral os horários são cumpridos, e porquê? Porque foram eles que “decidiram”, quer dizer, decidiram alto e para o baile, foi um decisão conjunta deles, lá esta já tínhamos aqui miúdos mais velhos, e a determinada altura os mais recentes diziam que queriam deitar-se à 01h da manhã e depois os mais velhos, «estás tolo, antigamente íamos dormir as 21h e agora já estamos a adiar para 22h já é muito bom», eles próprios trabalham essa consciência social entre eles, ditam as regras entre eles, com a implementação da assembleia de jovens eu tive a vida muito mais facilitada, porque eles tomaram as responsabilidades [...]. (B-e1)

5.5 O impacto da institucionalização

Esta é uma categoria nova, surgiu ao longo da análise da informação, sendo abordada apenas por dois dos entrevistados. Do guião de entrevista não constam questões sobre os impactos que a institucionalização causou nas crianças ou jovens, uma vez que este aspeto não está entre os objetivos de investigação. Todavia, tendo alguns dos entrevistados mencionado aspetos relacionados com as mudanças ocorridas quer a nível de comportamento, de rendimento escolar e até em termos de saúde, considera-se pertinente a sua inclusão, ainda que de forma fugaz.

O entrevistado B-e1, explicou que no seguimento do desenvolvimento dos workshops de competências pessoais e sociais, aperceberam-se que as crianças e jovens adotaram outros comportamentos e atitudes que não tinham até chegarem à instituição, isto porque os progenitores dos mesmos, vão transmitindo aos Técnicos as alterações comportamentais dos jovens:

Tem sortido mais efeito, e nós vemos isso quando nos primeiros fins de semana quando eles vão a casa, os pais ligam a dizer «o que é que vocês fizeram eles agora já ajudam a fazer a cama, põe a mesa, lavaram a loiça, eles estão muitos diferentes» [...] Nem sempre os pais reconhecem que os filhos estão diferentes, porque eles não estão disponíveis para se aperceberem de qualquer mudança, mas temos tido muitos resultados até a nível da postura, «porque ele até parecia um animal a comer, agora parece um senhor, agora pergunta se pode sair, pergunta se pode comer x», quer dizer já pedem licença aos mais velhos, às referências [...]. (B-e1)

Por sua vez o Técnico A-e6 referiu que constata melhorias na maior parte das crianças e jovens acolhidas, nomeadamente a nível escolar, a nível de saúde e até a nível comportamental:

Outro miúdo também era um mau aluno, já tinha reprovado, passou de ano, passou a ser aluno de bom e muito bom, deixou a enurese e encoprese, deixou de tomar Ritalina, há melhorias assim brutais [...]. (A-e6)

Um jovem que íamos todos os dias levá-lo a outra cidade para não o tirar da escola, para o corte não ser bruto, ele veio e ainda podia ter feito o 3º período todo aqui, mas nós mantivemo-lo, ele estava a acompanhar as matérias, e nós tivemos receio que a escola aqui estivesse mais avançada na matéria, e isso podia ser mais

difícil para ele, então deixamo-lo lá que assim manteve os amigos, e manteve o ritmo escolar, [...] e engraçado era um miúdo que se portava mal na hora de almoço na escola, e desde o momento que veio para nós deixou de se comportar mal, e porquê, a família vinha buscar uns e não leva os outros, são contextos, são formas que melindram os miúdos e os deixam assim [...].(A-e6)

Tivemos miúdos que eram do ensino especial, que dispensaram o ensino especial, a D foi uma dessas pessoas, a D tinha apoio de ensino especial na 4^a classe, e hoje em dia é Educadora Social nunca teve apoio desde que veio para cá, a C igual, estava com 9 anos na 2^a classe com apoio do ensino especial, também deixou de ter apoio do ensino especial porque era o contexto que a remetia para essas limitações [...]. (A-e6)

No entender deste Técnico, estas mudanças ocorrem devido à alteração do contexto social, devido à atenção que estas crianças e jovens passam a ter, por vezes estas crianças e jovens provêm de famílias, que não lhes prestam os cuidados necessários, quer a nível de saúde quer a nível escolar.

Deve-se ao contexto, à estabilidade emocional, quer dizer de onde vêm, são como são, depois chegam aqui e encontram uma instituição muito familiar, um modelo educativo muito familiar e acabam por ter melhorias [...] pelo facto de eles estarem aqui com outro tipo de atenções e cuidados, permite que eles melhoram, eles têm melhorado todos [...] há todo um bem-estar social digamos assim que fomos evidenciando. (A-e6)

5.6 Tentativas para a reunificação da família

Começo por referir que os Técnicos quando questionados sobre a existência de um trabalho por parte da Instituição de Acolhimento para que seja possível o retorno da criança ou jovem à família referiram que este assunto é bastante complexo. No geral, os Técnicos entrevistados mencionaram a dificuldade que têm em trabalhar com estas famílias. Num dos LIJ a maior parte dos jovens acolhidos são oriundos de distritos distantes da instituição, o que se torna num entrave colossal, dado que dificulta as visitas dos progenitores aos filhos acolhidos, dificulta os contactos presenciais entre as famílias e os Técnicos da instituição, logo dificulta o acompanhamento e o trabalho que é necessário para que as condições familiares se alterem.

Os Técnicos explicaram que por vezes o potencial de mudança destas famílias é reduzido, estas não aderem à intervenção, ou então iniciam o processo de mudança mas a meio deste processo desistem e tudo volta ao início. Facilmente se compreender para que seja possível o retorno da criança ou jovem à família, mais do que a existência de intervenção social direcionada para este fim, é imprescindível que as famílias aceitem as suas dificuldades, e as queiram alterar, o que nem sempre acontece. Com os seguintes relatos podemos constatar esta realidade:

Há essa tentativa, agora conseguir isso são “outros quinhentos”, os casos que chegam ao acolhimento institucional, são casos de fim de linha, casos onde as instituições de primeira instância já trabalharam, já tentaram várias coisas e não conseguiram. Nós apanhamos a situação já numa fase muito adiantada e em que muito já foi feito, agora nós tentamos, nós tentamos colocar os pais em programa de competências parentais [...] mas nem sempre querem, nem sempre dão seguimento. Uma das nossas mães foi à primeira sessão e depois nunca mais pôs lá os pés, uma outra era de Vieira do Minho, é muito difícil a gente acompanhar, ainda tentamos trazer para cá, mas a decisão tem de ser dela, uma outra é de Celorico, como é que a gente vai a Celorico trabalhar estas questões? Têm de ser as instituições de lá a fazer, e nós vamos articulando, nós não podemos ir buscar a senhora diariamente para vir a uma sessão de formação parental aqui [...]. (A-e6)

A família X de tudo não colabora e é muito difícil trabalhar esta família porque o potencial de mudança é muito baixo porque eles não assumem as dificuldades e os problemas que existem no agregado, então aí é muito difícil trabalhar [...] Há famílias que realmente o potencial de mudança é muito baixo, e que não aderem à intervenção mesmo que nós tentamos fazer-las. (B-e2)

Apesar das dificuldades sentidas os Técnicos referiram que tentam apoiar, acompanhar e encaminhar estas famílias para que reúnam melhores condições:

O caso de uma Mãe que levou os filhos para passar o natal, e que em conversa comigo percebi que tinha algumas dificuldades, porque não tinha dinheiro para as prendas, porque ia gastar tudo na comida, e também a questão da roupa, vinha sempre com a mesma roupa. Como temos um banco social, temos também o serviço de acompanhamento e atendimento social, nós tentamos também dar resposta e fazer o melhor encaminhamento das situações, numa altura essa mãe também estava interessada em reunir condições para o rendimento social de inserção, também ajudei nisso, mas depois acabou por desistir [...]. (A-e5)

No caso de uma mãe que ia reunir condições para concorrer a uma habitação social tentamos nos informar junto das colegas da EMAT, tentamos fazer o encaminhamento, depois não surtiu efeito porque ela desistiu; noutra mãe que queria residir aqui, para estar mais próximo da filha, tentamos reunir todas as condições para que isso fosse possível, até já tinha um quarto, botijas de gás comprada, mas também desistiu. Tudo aquilo que nos for possível fazer, acompanhar e encaminhar, nós fazemos e temos condições para o fazer, agora a maior parte das famílias está resignada [...]. (A-e5)

Nós, pelo menos uma visita domiciliária inicial fazemos sempre para avaliação do contexto familiar, saber se os miúdos têm forma de passar lá o fim de semana, se há condições em casa, se os pais têm condições, depois vamos sempre fazendo uma avaliação próxima com as famílias através dos contactos que fazemos, através de telefone contactos presenciais, através destas reuniões que promovemos cá só com as famílias, na segurança social com os técnicos e com as famílias. Nós temos proximidade com estas famílias, mas agora nem todas estão disponíveis para isto, tomara a mim que todas as famílias viessem cá uma vez por ano, eu acho que já era muito bom [...]. (B-e1)

Alguns Técnicos preconizaram que deveria existir outro tipo de acompanhamento por parte das entidades que encaminham estas crianças e jovens, nomeadamente as CPCJ e as EMAT, para que seja possível a reintegração familiar, contudo consideram que se não for a própria instituição a fazer determinados encaminhamentos, as CPCJ e as EMAT também não o fazem, acreditam que isto acontece devido ao volume processual existente, o que leva os Técnicos a não conseguirem dar resposta a todos os processos.

O que nós sentimos enquanto instituição é que o jovem é colocado cá e depois se não formos nós a tentar fazer este trabalho para haver um retorno, as CPCJ ou EMAT também não o fazem; por exemplo houve um encaminhamento de uma mãe para um CAFAP, que tive de ser eu a propor ao tribunal num relatório social que fiz, porque a técnica da EMAT não o tinha feito, e é uma mãe que não têm as mínimas condições. Neste momento o jovem está em fuga, porque a mãe não o conseguiu fazer regressar à instituição, [...] muitas vezes temos que ser nós a dizer às EMAT que seria necessário fazer isto e isto, e por vezes nem somos ouvidos, e depois o que é que adianta nós trabalharmos o jovem, e ele melhorar, se depois a reintegração familiar não é possível porque a família mantém os mesmos problemas, e depois é muito difícil trabalhar isto com os jovens [...]. (B-e2)

Sem dúvida que os técnicos que estão a acompanhar os casos na CPCJ e nas EMAT, dentro do distrito, nós temos mais possibilidades de ir a casa das pessoas, e estar com as pessoas, agora fora do distrito é mais difícil, eu para ir às Caldas da Rainha, demoro um dia inteiro, é um dia de trabalho inteiro para estar com uma

peessoa, no fundo são mais as horas da viagem que perco na estrada do que as que estou com a pessoa, e ao fim e ao cabo venho de lá quase de mãos a abanar, porque o que consegui foi pouco ou quase nada – *Não há esse acompanhamento por parte dos Técnicos que encaminham?* - Não, há não, ainda é uma lacuna, ainda se cingem muito ao contacto telefónico para saber como é que as coisas estão [...] também gostava de perceber, se se tencionava progrediu numa provável reintegração familiar do jovem se não houve nenhuma intervenção, porque não houve mesmo [...]. (B- e1)

5.7 Considerações das pessoas que estiveram institucionalizadas

Esta subcategoria surgiu durante a análise das entrevistas das pessoas que estiveram institucionalizadas, são algumas considerações sobre os seus próprios processos de institucionalização, apesar de não se enquadrarem nas subcategorias já existentes, considero ser oportuno expor. Foi perguntado aos entrevistados o que mais gostaram e o que menos gostaram durante o tempo em que estiveram institucionalizados, começo por apresentar a opinião da entrevistada A-e8 que realçou o ambiente familiar existente no LIJ A:

O que eu gostava mais era mesmo o ambiente familiar, porque aqui existe realmente afeto, aqui nós não somos invisíveis, a nossa opinião conta, aquilo que nós queremos conta, antigamente, ainda existe a diretora Técnica vinha-se reunir connosco uma vez por semana, para perguntar o que nós achávamos, o que devíamos fazer nas férias, como andava a escola, os castigo a aplicar uns aos outros, e aqui somos mesmo uma família, nós vamos para a escola a pé, a não ser os mais pequeninos, a casa não tem identificação nem o carro, é mesmo como uma família, nós fazemos parte das tarefas da casa, fazemos o jantar, arrumamos a cozinha, passamos roupa a ferro, é mesmo uma casa de família, e isso é muito bom, porque eu acho que muitas instituições não é assim, os meninos têm horas para tudo, nós aqui também temos horas, mas não acordamos todos ao mesmo tempo, não nos deitamos todos ao mesmo tempo, temos atividade diferentes, os nossos gostos e as nossas opiniões contam, e depois temos a proteção uns dos outros, e principalmente das pessoas que trabalham cá [...]. (A-e8)

O entrevistado B-e9 explicou que o momento que mais o marcou pela positiva foi o reconhecimento do professor pelos bons resultados escolares obtidos em relação a outros colegas:

Eu lembro-me, erámos 4 na primária e depois conseguimos ir para o preparatório, eu jogava futebol e não ia muitas vezes aos estudos, mas sabia que

tinha que me aplicar na escola, e os meus tais colegas iam para o estudo, e nós tínhamos um professor que dava aulas na escola industrial, que vinha dar-nos as aulas de estudo, e eu chegava aos testes e tinha sempre melhores notas que eles, e depois tínhamos que mostrar ao professor, e eu lembro-me que fui mostrar os testes e o professor disse que os meus colegas não tinham apresentado e as minhas notas eram melhores, então o professor deu-me uns elogios e eu fiquei todo contente, “como é possível, este não vem ao estudo vais aos treinos e vocês que vêm têm piores notas, mas o que é isto?”, deu-me os parabéns e perante os outros todos um elogio daqueles, uma pessoa fica assim todo orgulhoso, fiquei todo contente, porque se tivesse más notas tinha que sair do futebol. (B-e9)

O entrevistado B-e7 não destacou nenhum momento em particular mas referiu:

Uma pessoa perspectiva no início que isto vai ser uma seca, que é uma prisão...” *era isso que tu pensavas?*” ... era mas depois, neste caso passou anos e eu olho para trás e vejo que isto é como uma família para mim, foi a coisa mais importante para mim [...] não há nada de negativo a apontar. (B-e7)

A entrevistada A-e8 também não referiu nenhum momento menos agradável, já o entrevistado B-e9 relembrou um episódio menos agradável que ainda recorda com mágoa:

Um dia estava a trabalhar na gráfica, e a primeira coisa que tinha que fazer era pedir ao chefe trabalho, e assim sem mais nem porquê levei um estalo, eu perguntei o que fiz, e passado algum tempo ainda estava chateado, e ele perguntou-me “ainda estás com as mãos nos bolsos?” está a ver este rigor de regras que existia? e a partir daí as mãos estavam sempre fora dos bolsos, nunca mais gostei dessa pessoa, por azar ou sorte, foi uma pessoa que depois tive algum contacto com ela para tratar de uns assuntos e quando a via lembrava sempre disso, são coisas que marcam para a vida. (B-e9)

Este entrevistado também realçou outra situação que também lhe causava desconforto. Na escola os professores faziam uma distinção entre os alunos que andavam na instituição de acolhimento e os outros meninos. Referiu, inclusive, que quando foi receber um prémio de mérito pelos resultados escolares foi anunciado como o aluno da instituição X. Esta rotulagem sempre lhe causou muito desconforto, verbalizou mesmo que as crianças acolhidas na instituição eram consideradas “os familiares pobres”, a quem era necessário matar a fome.

Aquilo que mais me custava era, eu ia para a escola pública no exterior, eu andava com 3 ou 4 meninos na escola, e das coisa que me custava muito era “os

meninos da instituição que venham para aqui”, eramos logo marcados, e isso custava me muito. (B-e9)

Também foi questionado aos entrevistados se tivessem a hipótese de mudar alguma coisa do seu percurso na instituição o que mudariam. Apenas o entrevistado B-e9 gostaria de ter tido mais hipóteses para continuar os estudos, os outros dois entrevistados afirmaram que não mudariam nada do que foi a sua experiência.

Talvez dar mais oportunidades em vez de escolher logo uma profissão, dar mais oportunidade, como agora dão, da pessoa seguir uma carreira universitária, porque não havia essa hipótese, mal os educando chegavam à 4ª classe que era o limite naquele tempo, quase que não havia ensino preparatório nem havia ensino secundário, o ensino secundário era só para algumas elites da sociedade, aqui não havia essa oportunidade, embora existisse a escola industrial, na altura fazia cursos comerciais, talvez aí eu mudasse a minha formação académica e talvez fosse por aí, mas não vou criticar porque era assim, as coisas funcionavam assim, e o que tinha que ser, tinha muita força. (B-e9)

Nada, mantinha tudo igual, as mesmas decisões, todas [...] **“mesmo em relação às fugas?”** sim fazia igual, lá está é o facto de uma pessoa não ter os hábitos de convívio com tantas pessoas, uma pessoa sente, não vou dizer que é uma prisão, não tem nada a ver, mas uma pessoa está em casa, sai há noite, aqui há horários e uma pessoa em casa não tem horários para cumprir. (B-e7)

Eu não mudaria nada, porque acho que cada etapa que passei aqui, ou cada fase da minha vida eu acho que foi importante para ser a pessoa que sou hoje, e se não fosse assim acho que não tinha sentido, por isso não mudaria nada. (A-e8)

Conclusão

A área de Crianças em Risco sempre me despertou grande interesse, conduzindo-me a aprofundar os meus conhecimentos, conhecer esta realidade de forma específica e concreta e, compreender os ângulos desta problemática social e da intervenção que é realizada. A minha primeira experiência no âmbito do sistema de promoção e proteção de direitos de crianças e jovens em risco foi numa CPCJ. Este contacto com o mundo profissional permitiu-me constatar as inúmeras fragilidades e constrangimentos que estas instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional se debatem todos os dias. Chegada a altura de escolher uma área para desenvolver a dissertação de mestrado, eu sabia bem o que queria: aprofundar ainda mais os meus conhecimentos nesta área. Desta forma, escolhi investigar a medida de promoção e proteção que atinge maior número de crianças e jovens – o Acolhimento Institucional. O objetivo desta investigação foi conhecer as estratégias adotadas no momento em que as crianças ou os jovens são acolhidos, bem como as formas de organização da vida quotidiana nas instituições de acolhimento. Para tal, foram analisados os procedimentos de duas instituições de acolhimento do mesmo concelho. Apesar de ambas responderem ao mesmo tipo de pedidos, estas duas instituições apresentam diferenças quer em termos de número de crianças acolhidas, quer em termos de condições físicas e arquitetónicas.

No sentido de responder aos objetivos que foram definidos foram, em primeiro lugar, realizadas visitas a ambas as instituições, o que permitiu enriquecer o meu conhecimento acerca da realidade de cada instituição de forma mais concisa e pormenorizada. Neste primeiro contacto, foi-me possível constatar que se tratam de duas instituições completamente diferentes em todos os aspetos, desde logo as características arquitetónicas: o LIJ A é um apartamento de tipologia T4 no meio de tantos outros prédios situados numa determinada parte de uma cidade do norte de Portugal, e o LIJ B é um edifício imponente, semelhante aos antigos conventos. Estas visitas permitiram-me compreender um pouco mais sobre o que é, e como é, viver numa instituição de acolhimento, com oito ou com vinte e duas crianças ou jovens.

Além destas visitas, foram realizadas entrevistas a seis técnicos destas instituições (3 do LIJ A e 3 do LIJ B) e a três pessoas (1 do LIJ A e 2 do LIJ B) que, no passado, viveram institucionalizadas nestes locais. Após uma leitura atenta e cuidada das entrevistas realizadas, seguiu-se a análise de conteúdo, sendo os dados organizados em categorias e subcategorias, umas pré-definidas no momento em que foi criado o guião das entrevistas e, outras que foram surgindo durante a análise do conteúdo das mesmas.

Fazendo uma breve síntese sobre os resultados obtidos constatou-se, que os entrevistados têm perceções e experiências díspares no que concerne à forma como os técnicos que encaminham as crianças e jovens para o acolhimento institucional preparam este momento. Os entrevistados do LIJ A consideram que já existe uma conversa prévia com a criança ou jovem que vai ser institucionalizada, estes são informados para onde vão, quando vão e quantas crianças existem na instituição. Os entrevistados do LIJ B relataram vários casos de jovens que não sabiam que iam ser institucionalizadas e que eram as autoridades policiais a ir buscá-los quer a casa, quer à escola, sem que tenha existido uma preparação para esta mudança.

Sobre o momento da receção da criança ou jovem nas instituições verificaram-se algumas diferenças. No LIJ A este momento é preparado de forma particular, único e específico tendo em mente a criança ou jovem que vai chegar. Primeiro, se for possível, e, se não se tratar de uma situação de urgência, os técnicos tentam conhecer a criança ou jovem, têm uma conversa informal, que poderá ser num jardim ou numa praça pública e dão algumas informações sobre a instituição e sobre os meninos que já acolhem, convidando-os para um pequeno lanche, para que a criança ou jovem conheça a sua possível nova casa. Um dos técnicos entrevistados caracterizou este processo como um namoro. Segundo ele, há uma aproximação gradual à criança ou jovem, como se, se tratasse de uma espécie de conquista. Neste lanche oferecem à criança ou jovem um presente que ele deseje muito mas que ainda não conseguiu ter. Esta é mais uma forma de demonstrar preocupação, carinho e interesse por uma pessoa que ainda não conhecem, mas querem conhecer e ajudar. No LIJ B não existe esta aproximação gradual, só conhecem a criança ou jovem no momento em que é admitido na instituição. Preparam uma receção de boas vindas e oferecerem a quem

chega um cabaz de produtos de higiene, isto acontece para todos os jovens de forma semelhante e padronizada.

A receção ao elemento novo também é trabalhada com as restantes crianças e jovens que estão acolhidas, e mais uma vez apurou-se algumas divergências. No LIJ A os técnicos informam as crianças que vai chegar alguém de novo, transmitem alguma informação como nome, idade, cidade de origem, os gostos e preferências, e pedem a colaboração dos jovens para acolherem quem vai chegar. Pedem para estar atentos aos comportamentos e reações e, para falarem ou dar o devido espaço a quem chega. Fica, também, a cargo dos jovens acolhidos a preparação da receção do novo elemento. As formas de receção são variadas, por vezes fazem cartas motivacionais a falarem da sua experiência ou fazem desenhos. Numa das situações relatadas, os jovens quiseram colocar mensagens de boas vindas nos brigadeiros com que os presentearam. Mais uma vez, no LIJ B também existe a participação dos jovens já acolhidos, mas é algo mais superficial, existe um cartaz a dar as boas-vindas e depois os jovens colocam o nome de quem chega e mais alguns desenhos para colorir o cartaz, não existe uma preparação específica nem individualizada para quem chega, é uma festa padronizada e pouco sensível às idiossincrasias que a nova criança ou jovem acolhido evidencia.

As famílias de origem não participam ativamente na receção da criança ou jovem que vai ingressar na instituição de acolhimento. Esta prática não é comum em nenhuma das instituições analisadas, apesar dos técnicos do LIJ B afirmarem que frequentemente fazem este pedido. Contudo o que encontram é a indisponibilidade dos progenitores, que por vezes estão a trabalhar e não podem perder o dia para acompanharem o filho que vai para uma instituição de acolhimento, que na maior parte das vezes se localiza a muitos quilómetros de distância da residência da família. No LIJ A, os técnicos explicaram que têm algum medo de levar os progenitores no dia em que a criança é acolhida. Primeiro têm receio de colocar em risco a criança que vai ser acolhida bem como as crianças e jovens que já estão acolhidas, em segundo, dado que este LIJ se enquadra perfeitamente num prédio residencial tem de existir um certo recato para não causarem desacatos, desentendimento e interferências no anonimato deste tipo de acolhimento.

Relativamente à adaptação das crianças e jovens à instituição de acolhimento, os entrevistados assentiram todos que decorre com facilidade, contudo não se pode generalizar os dados, porque cada criança ou jovem vivem esta experiência de forma diferente.

A nível das relações interpessoais que se estabelecem nestas instituições entre técnicos e as crianças ou jovens acolhidas, existe uma concordância entre a maioria dos entrevistados que explicaram e relataram episódios de um relacionamento próximo. No LIJ A é frequente as crianças institucionalizadas conviverem com os familiares e filhos dos técnicos, quer seja em dias de festas especiais (Natal, Passagem de Ano, Páscoa) quer seja num simples passeio de domingo. No LIJ B também existe uma relação próxima, mas esta convivência entre técnicos e crianças ou jovens fora da instituição está mais circunscrita às festividades de Natal, Passagem de Ano e Páscoa, dias em que o LIJ fecha por completo, havendo a necessidade de levar as crianças e jovens que não têm retaguarda familiar para a casa de um dos técnicos. Contudo é de ressaltar que o técnico da equipa educativa do LIJ B que foi entrevistado reforçou a ideia que tem uma relação próxima com os jovens mas não permite que os jovens vão para sua casa, nem partilha com eles as redes sociais, considera que deve haver um certo distanciamento. Na sua opinião, este distanciamento não influencia a relação que estabelece com os jovens apenas se salvaguardam aspetos da esfera privada dos técnicos que trabalham nestes contextos.

Analisando os resultados alcançados a nível da organização do espaço e do tempo, averiguou-se que em ambas as instituições tentam inculcar nas crianças e jovens acolhidos a necessidade de participar nas tarefas domésticas, realçando a importância da realização destas tarefas para que se tornem adultos autónomos e capazes de organizar o seu próprio lar no futuro. Nas duas instituições procedeu-se a uma discussão com as crianças ou jovens sobre as ementas existentes, foi necessário ajustar as ementas aos gostos das crianças e jovens, bem como a definição do momento em que determinado prato é servido. Pese embora exista esta discussão nas instituições analisadas, a forma como esta é realizada é diferente: no LIJ A as decisões que implicam uma discussão conjunta decorrem na mesa de jantar, enquanto que no LIJ B existe uma Assembleia de Jovens onde cada um deles discute entre si as decisões e depois os representantes dos jovens transmitem essa informação aos técnicos.

Na questão da organização temporal, os entrevistados explicaram que existem diferentes formas de gerir este assunto. No LIJ A não existem horas específicas para todos se deitarem, a gestão da hora do dormir tem por base as características pessoais de cada criança ou jovem, as suas idades, horários escolares e os ritmos de cada um. No LIJ B existe outro modo de funcionamento, como as crianças e jovens estão separadas por faixas etárias, os mais novos até aos 16 anos vão descansar às 21h30 e os mais velhos a partir dos 17 anos vão descansar às 22h30. Estes dados vão ao encontro da literatura utilizada na fundamentação teórica, visto que Alberto (2003) salienta a importância destas instituições serem *securizantes*. Na maioria das vezes as crianças ou jovens institucionalizadas descendem de famílias desorganizadas, instáveis e imprevisíveis, o que leva a que estes desenvolvam sentimentos de ansiedade e angústia. Partindo do pressuposto que estas instituições de acolhimento pretendem substituir-se aos contextos familiares, devem pautar-se pela organização, estabilidade e segurança, através do estabelecimento de regras e rotinas diárias, protegendo as crianças e jovens da imprevisibilidade causadora de ansiedade. O facto de existirem horários pré-estabelecidos não é um fator prejudicial, pelo contrário, a regularização de horários e a sua repetição, favorecem a construção da noção de tempo e de duração.

Tendo em mente relatos obtidos sobre os comportamentos das famílias no âmbito do acolhimento institucional, notou-se que, ainda há um longo caminho a percorrer para que se efetive uma intervenção que leve à mudança das condições dos agregados familiares que permitam o retorno das crianças ou jovens a casa. Subsistem muitos obstáculos nesta área: desde logo existem famílias que após a decisão de acolhimento institucional dos filhos, adotam um comportamento de desresponsabilização parental, como se deixassem de ser pais daquelas crianças ou jovens; outros encaram estas instituições de acolhimento como colégios aonde os filhos estudam e vivem durante a semana, e vêm visitar os pais nos fins de semana, sem que isso lhes cause desconforto. Outro problema levantado pelos técnicos é o facto de as crianças ou jovens serem colocadas longe das suas zonas de origem. Por vezes pode ser benéfico mas dificulta muito os contactos e as visitas entre pais e filhos, logo este distanciamento geográfico pode levar a um distanciamento afetivo, a perdas de laços de afeto, à perda de confiança e afinidade entre pais/familiares e crianças e jovens.

De forma sucinta, com as entrevistas realizadas às três pessoas que, no passado, estiveram institucionalizadas nestes LIJ, pode afirmar-se que tratam-se de três casos de sucesso. Os três salientaram que a sua passagem por estas instituições foi fundamental para serem as pessoas que são hoje. São três experiências distintas, evidenciando diferenças quanto à época em que estiveram institucionalizados e quanto, à duração temporal do acolhimento.⁷ Contudo, referem-se aos tempos em que viveram institucionalizados com carinho e reconhecem a importância desta experiência nas suas vidas, referem mesmo que consideram as pessoas que partilharam esta vivência como familiares. A entrevistada A-e8, por exemplo, assegurou que considera as técnicas do LIJ A como suas mães. Refletindo um pouco sobre o que a literatura subjacente a este tema preconiza, alguns estudos demonstraram que as crianças e jovens institucionalizados evidenciam sintomas negativos decorrentes deste processo. Assim, de acordo aquilo que é descrito na investigação, podemos depararmo-nos com crianças e jovens a manifestar sintomas depressivos, atrasos no desenvolvimento físico, psicomotor e intelectual e, problemas ao nível do comportamento e, das relações vinculares e emocionais (Alberto, 2003). Relativamente aos fatores que possam espoletar esta panóplia de sentimentos, aquilo que a investigação científica nos diz é que existem vários fatores que podem influenciar a existência ou não de consequências negativas da institucionalização. As autoras Siqueira e Dell’Aglia (2006) explicam que estes fatores não são uniformes nem fixos, tendo origem multifatorial. Assim, sendo, as referidas autoras elencaram um conjunto de fatores a ter em conta no momento de avaliação do impacto da institucionalização: o motivo da retirada da criança do seu seio familiar; a qualidade da relação afetiva existente previamente entre mãe e criança ou jovem; a oportunidade de estabelecer relações de afeto após a institucionalização; a qualidade dos serviços de cuidar prestados na instituição; a idade da criança ou jovem e a duração do acolhimento; e por fim, o género e o carácter da criança ou jovem. O conhecimento científico produzido até hoje, não é suficientemente claro no que se refere às conclusões acerca de qual a origem dos efeitos negativos da institucionalização. Neste sentido, será que estes

⁷ A entrevistada A-e8 esteve institucionalizada cerca de 14 anos; o entrevistado B- e7 esteve 11 anos institucionalizados, mas só passou 2 anos no LIJ B e viveu 7 anos com uma família de acolhimento; o entrevistado B-e9 esteve cerca 9 anos institucionalizado.

efeitos advêm realmente do processo de institucionalização ou são causados devido aos motivos que levaram à retirada da criança ou jovem do seu lar?

Por outro lado, também existem questões sem resposta quanto aos efeitos positivos deste processo. Isto acontece porque cada caso é um caso, cada criança ou jovem tem uma história familiar única, têm características de personalidade distintas, encaram a institucionalização de forma própria, a capacidade de ser resilientes, autônomos e independentes. No fundo, todo o conjunto de vivências inerentes ao processo de institucionalização varia de criança para criança e de jovem para jovem, daí a dificuldade em elencar conclusões generalizadas para os efeitos positivos e/ou negativos resultantes da aplicação da medida de acolhimento.

Pode-se considerar que, em parte, o LIJ B assemelha-se a uma instituição rígida, dado que existem horários específicos para algumas atividades diárias e que são iguais para todas as crianças ou jovens; o processo de admissão está sujeito a uma padronização, mostrando ao novo elemento que é mais um a fazer parte do grupo, pretende-se a integração mas não a individualização. Contudo existe uma certa abertura para a participação das crianças ou jovens em relação a alguns assuntos, as regras não são todas impostas, algumas são discutidas e acordadas entre as crianças ou jovens e os técnicos; as atividades extracurriculares são não todas definidas pela direção técnica, os jovens são questionados sobre o que querem fazer. Nota-se uma tentativa do LIJ B para se afastar deste paradigma.

Em contrapartida, o LIJ A pauta a sua intervenção através da individualidade e privacidade de cada elemento, tem em conta que cada criança ou jovem é um ser único, com as suas características. Neste LIJ não se tratam todos por igual, tem-se em apreço as suas personalidades e as suas particularidades, isso nota-se por exemplo, no momento da admissão do novo elemento. Nesta fase do acolhimento tudo é preparado tendo em mente a criança ou jovem que vai chegar, compra-se um presente desejado, oferece-se a comida preferida, para que quem chegue se sinta acolhido e amado desde o primeiro momento. Não existem horários específicos para todos, os horários dependem das atividades de cada um, as atividades extracurriculares são escolhidas pelas crianças ou jovens e ajustadas às possibilidades da instituição.

Em ambas as instituições se tenta inculir e fomentar a participação das crianças e jovens nos processos de tomada de decisão sobre assuntos que lhes dizem respeito. Estes assuntos podem passar pela, a escolha das ementas, a definição dos horários de deitar, os castigos a aplicar aos pares, as atividades extracurriculares, entre outros. Existe um esforço para encarar a relação complexa entre proteção e participação: por um lado as crianças e jovens são protegidas dos abusos ou das negligências que sofriam, por outro lado pretende-se que as crianças ou jovens se tornem cada vez mais autónomos e independentes. Esta participação permite que eles se sintam como membros integrantes destas comunidades, com voz ativa, o que facilita a estruturar e a transformar a convivência nestes espaços (Trevisan, 2012). Nesta linha de pensamento, Carvalho e Cruz (2015, p.6) diz-nos que uma das questões que adquire maior relevância “na promoção de processos de autonomia em crianças ou jovens prende-se com a necessidade de lhes dar voz no sentido de os envolver como atores sociais, na construção de um caminho para o bem-estar”. Para que a construção da autonomia se concretize é fundamental que as crianças ou jovens acolhidas possam tomar decisões e fazer escolhas numa ótica de crescente responsabilização e partilha quer com os seus pares, quer com os adultos. Isto não deve só acontecer a nível da organização interna da instituição, mas também deve ser promovida a inclusão destes na comunidade envolvente, através de associações desportivas, culturais e comunitárias (Carvalho & Cruz, 2015).

No que toca às relações interpessoais estabelecidas nestes LIJ, os resultados mostram-nos que, nestes casos, existe uma relação próxima, afinidade, amizade, carinho e respeito entre técnicos e crianças ou jovens. Não se trata de uma mera relação profissional, existe envolvimento pessoal e familiar dos técnicos. Esta conceção de relação está muito presente no LIJ A, em que os técnicos vivem esta relação de forma intensa e interrupta, comemoram as alegrias e apoiam-se nas tristezas, quer em assuntos privados dos técnicos, quer em assuntos das crianças ou jovens institucionalizados. No LIJ B também existe uma relação próxima, mas o envolvimento fora da instituição não é tão constante, existe sim, mas de forma mais pontual e praticamente circunscrita ao espaço institucional. Paula Martins (2005b, p. 5-6) refere que a qualidade das relações interpessoais assume-se como fulcral no desenvolvimento da criança ou jovem, dado que influencia a organização psíquica socio-

afetiva das mesmas. Para esta autora a disponibilidade e o envolvimento dos adultos com as crianças ou jovens são “vetores cruciais do estabelecimento e manutenção de padrões recíprocos de interação e de vinculação emocional progressivamente mais complexos”. As relações estabelecidas nestes LIJ ultrapassam as relações contratualizadas, são relações fortes onde existem trocas recíprocas de afeto e envolvimento e que assumem um forte impacto no desenvolvimento global destas crianças e jovens.

Relativamente às limitações deste estudo, salientamos que se trata de um trabalho exploratório dado que a amostra apresenta uma dimensão reduzida e não é representativa de todas as instituições de acolhimento que existem no país. Apesar de ser uma análise muito restrita à realidade de apenas dois LIJ, tal estudo permitiu-me perceber as formas de ação, as relações interpessoais que se estabelecem e até a organização interna de cada uma delas. Não é possível comparar instituições muito distintas. Olhando para estas aqui representadas podemos constatar que, apresentam dimensões e ideários diferentes em vários aspetos. No futuro seria interessante analisar um maior número de instituições com as mesmas características e averiguar a existência ou não de diferentes procedimentos e qual o real impacto na vida e no desenvolvimento biopsicossocial das crianças e jovens acolhidos. Só assim se poderiam retirar ilações sustentadas e passíveis de dar origem a documentos que dessem a conhecer boas práticas no acolhimento institucional. No fundo, e dadas as características da metodologia utilizada, este estudo procurou apenas analisar as diferenças existentes entre uma instituição de grandes dimensões e uma instituição mais familiar no que concerne ao processo de admissão de novos elementos e à organização da vida quotidiana.

Em função das conclusões obtidas, ficou patente que o modo de gerir estas organizações não é nunca indiferente ao projeto de vida e ao futuro das crianças e jovens acolhidos, o que coloca responsabilidades acrescidas quer do ponto de vista da consciência profissional quer do ponto de vista dos procedimentos éticos nos interventores destas instituições. Não é exequível que as instituições sejam analisadas como organizações, onde não há vínculos emocionais e afetivos entre os Técnicos e as crianças. O facto de a criança ser um Todo complexo, com sentimentos e com pensamentos, obriga a que no trabalho profissional a dimensão humana não seja descartada ou substituída por uma relação puramente técnica, mas pelo contrário, a dimensão técnica tem que incorporar uma

dimensão humana. Para as crianças ou jovens acolhidos é imprescindível a existência de uma relação com vínculos afetivos e emocionais, esta tem que ser recebida/olhada como pessoa no seu global e não apenas como um ser destinado a uma medida de promoção e proteção.

Para finalizar, Isabel Alberto (2003, p.242) refere que “Cada instituição é um organismo vivo, que se caracteriza e compõe de outros seres vivos, com vivências, afetos, projetos passados, presentes e futuros próprios. Cada instituição é uma casa de “faz-de-conta”, é uma família de “faz-de-conta”, para crianças e adolescentes que continuam a sentir um profundo vazio de uma casa “de verdade”, com uma família “de verdade”, como têm os outros meninos e meninas”. Uma análise mais profunda e detalhada desta citação permite-nos relançar um outro olhar sobre as investigações no âmbito da institucionalização. As palavras desta autora vêm destacar a complexidade que é estudar as instituições de acolhimento, bem como as crianças e jovens que beneficiam destas medidas. Aos profissionais e investigadores cabe aumentar os conhecimentos acerca desta temática, de modo a que sejam adotadas práticas positivas que se centrem no verdadeiro superior interesse das crianças e dos jovens.

Referências Bibliográficas

- Abreu, C., Sá, I. & Ramos, V. (2010). *Proteção, Delinquência e Justiça de Menores*, Manual Prático para Juristas. Porto: Edições Sílabo
- Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios Familiares: uma visão sistémica*. Lisboa, Quarteto.
- Alberto, I. (2003). “Como pássaros em gaiolas”? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & R. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol.2 – crianças (pp.223-245). Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, A. N. (1998). Novos Modelos de Ser e de Estar na Sociedade de Hoje: o Contexto da Infância, *Revista Intervenção Social*, 17/18, 11 – 18.
- Almeida, N., André, I.M, & Almeida (1995). *Relatório Final sobre os Maus- Tratos às Crianças em Portugal*. Lisboa.
- Anguera, M (1992). *Metodologia de la Observación en las Ciências Humanas*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Azevedo, M.C &Maia, A.C. (2006). *Maus-Tratos à Criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bodgan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Borges, B. (2011). *Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Comentários e Anotações à Lei n.º147/99 de 1 de Setembro (2ªed.)*. Coimbra: Almedina.
- Canha, J. (2003). *A Criança Maltratada*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Canha, J. (2008). As crianças vítimas de violência. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e Vítimas de Crimes*. Vol.2 – crianças (pp. 17-37). Coimbra: Quarteto.
- Cansado, T. (s.d.). *Institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental: o caso das instituições particulares de solidariedade social*. Comunicação da proposta de doutoramento em Sociologia. Portugal: Universidade de Évora.
- Cansado, T. (2014). *A Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo*. Dissertação de doutoramento. Universidade de Évora.
- Carmo, H.; Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação – Guia para a Autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, M. J. L. & Cruz, H. (2015). *Autonomia. Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, T. & Manita, C. (2010, Fevereiro). *Perceções de Crianças e Adolescentes Institucionalizados sobre o Processo de Institucionalização e a Experiência na Instituição*. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Portugal: Universidade do Minho.
- Cunha, S. R. F. (2014). *Uma análise ao modo como os técnicos de intervenção social perspetivam as medidas de acolhimento institucional de crianças e jovens*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho: Braga. Acedido em 7/10/2015 em URL: <http://hdl.handle.net/1822/34230>
- Dias, I. (2004). *Violência Familiar - Uma visão Sociológica*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Fernández del Valle, J. & Zurita, J. (2005.) *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Ediciones Pirâmide
- Fernandes, N. (2007). O centro e a margem: Infância, proteção e acolhimento institucional. In M. J. Sarmiento & V. M. R. Vasconcellos (Eds.), *Infância (in)visível* (pp.245-275.). Junqueira&Marin Editores, Araraquara.
- Fernandes, N. & Tomás, C. (2007). Situação social da infância no concelho de Braga. Braga: Rede Social de Braga. Acedido em 7/10/2015 em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>
- Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e Etapas do processo de Investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Geisen, C. (2006). *Curando as Feridas depois dos Maus-Tratos*. Lisboa: Expresso Gráfico.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto Editores.
- Instituto de Segurança Social (ISS). (2016). *CASA 2015 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Instituto para o Desenvolvimento Social (2000). *Lares de Crianças e jovens – Caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social

- Maia, Â., Guimarães, C., Carvalho, C., Capitão, L., Carvalho, S., & Capela, S. (2007). Maus – Tratos na Infância, psicopatologia e satisfação com a vida. Comunicação apresentada no *Congresso Família, Saúde e Doença: actas*. Braga: Universidade do Minho. Acedido em 10/11/2015, em URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7066>
- Martins, P. (2004) *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco. Representações sociais, Modos e Espaços*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho: Braga.
- Martins, P. (2005a, Maio). A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens – as respostas institucionais. Comunicação apresentada no IV Encontro Cidade Solidária: *Crianças em Risco: Será possível converter o risco em oportunidade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, P. (2005b). O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional – elementos para uma análise da ecologia da interpersoalidade. Comunicação apresentada no Encontro *Inadaptação Social: transformações, intervenção e avaliação*, Porto.
- Oliveira, M. F. & Camões, C. (2003). *As Crianças Institucionalizadas – O outro lado da sociedade*. Acedido em 10/11/2015, em URL: www.psicologia.com.pt
- Pacheco, P. (2010). *Lares de Infância e Juventude: contributos para um modelo de acolhimento e integração social*. Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto. Acedido em 14/07/2016 em URL: <http://hdl.handle.net/10284/1946>
- Palmeira, A. M. (2012). *Percepção, representações e lógicas das crianças sobre o mau-trato. Estudo em Sociologia da Infância*. Dissertação de doutoramento. Estudos da Criança, Universidade do Minho: Braga
- Quivy, R.; Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (J. M. Marques, M. A. Mendes e M. Carvalho, Trad.). Lisboa: Grávida. (Obra original publicada em 1995);

- Rei, A. (2013). *Institucionalização de crianças/jovens: obstáculos à desinstitucionalização na perspectiva dos profissionais*. Dissertação de Mestrado: Instituto Politécnico de Viseu. Acedido em 14/07/2016 em URL: <http://hdl.handle.net/10400.19/1841>
- Silva, M. (2004). Crianças e Jovens a cargo das instituições: riscos reversíveis/irreversíveis. In M. H. Silva, A. Fonseca, L. Alcoforado, M. Vilar, & C. Vieira, *Crianças e Jovens em Risco. Da investigação à intervenção* (pp. 82-113). Centro de Psicopedagogia de Coimbra: Almedina.
- Siqueira, A. C. & Dell' Aglio, D.D. (2006). O Impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da Literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1): 71-80.
- Trevisan, G. P. (2012, Junho). *Cenários de participação política de crianças e jovens em contexto local: análise de uma experiência*. Comunicação apresentada no VII Congresso Português de Sociologia. Universidade do Porto.
- Zurita, J., & Fernández del Valle, J. (1996). Recursos residenciales para menores. In J. Ochotorena, & M. I. Madariaga (Eds.), *Manual de protección infantil*_(pp.393-445). Barcelona: Masson.

Legislação consultada:

Lei Proteção Crianças e Jovens em Risco, Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro.

Anexos

Anexo 1 – Declaração de consentimento informado

Anexo 2 – Guiões das entrevistas

Termo de livre consentimento e esclarecimento

Instituição

Exmo. Senhor Diretor Técnico,

Eu, Sofia Sampaio, investigadora em Estudos da Criança, na Universidade do Minho, venho por este meio solicitar a sua colaboração para a realização de um estudo de investigação, intitulado: A vida nas instituições de acolhimento de crianças: projetos institucionais e percursos vivenciais.

Assim, os dados recolhidos irão ser objeto de estudo no âmbito da conclusão do meu mestrado, sendo tratados de forma confidencial, salvaguardando a identidade dos elementos que constituem o universo da amostra.

O estudo consiste em estudar aprofundadamente a realidade da institucionalização de crianças e jovens em risco, desde o processo necessário para acolher uma criança, à forma como esta é integrada na instituição. Gostaria ainda de saber quais as rotinas das crianças institucionalizadas, de que forma é de se desenvolvem as relações interpessoais e de que forma a própria instituição organiza o seu tempo e o seu espaço. No fundo a minha intenção é conhecer toda a realidade da sua instituição, desde estratégias de trabalho à relação estabelecida com as crianças e respetivas famílias.

A instituição conhece os termos da investigação do Mestrado e disponibiliza-se para o apoio à sua realização, nos termos acordados, salvaguardando o anonimato das crianças, familiares, técnicos e dirigentes. A instituição receberá um exemplar da dissertação final, bem como de quaisquer outros produtos decorrentes da investigação

2 de novembro de 2015

(O Diretor Técnico)

(A investigadora)

Entrevista aos Técnicos

Dados de identificação do Técnico

Habilitações literárias

Atividades que desempenha na Instituição

Há quanto tempo trabalha nesta instituição

Existe alguma preparação por parte da instituição para acolher a criança? O quê?

Como é que o jovem chega até à vossa Instituição?

Como decorre a entrada do jovem na instituição?

Existe alguma conversa prévia com o jovem sobre para onde vai viver?

As restantes crianças são preparadas para a chegada de um novo elemento?

A família participa de alguma forma no acolhimento da criança?

Como decorre a adaptação da criança à instituição?

Na sua opinião, as crianças que vivem nesta instituição, sentem-se bem integradas a nível da instituição, da escola e no grupo de pares na instituição?

Como caracteriza as relações estabelecidas entre as crianças institucionalizadas? E entre as crianças e os adultos que lidam diariamente com elas?

As crianças partilham consigo momentos do seu dia-a-dia, da sua vida familiar, escolar, as suas inquietações, etc?

Como é que as crianças tratam os adultos, pelo nome próprio de formal informal, ou algo mais formal (Dr.ªXXX; Sr.TTTT)?

Quantos adultos partilham o espaço da instituição com as crianças?

As crianças participam nas tarefas domésticas? Quais?

As crianças participam na confeção das refeições? Podem escolher as ementas?

Existe uma hora específica para as crianças irem dormir?

Como gerem o uso de telemóveis e internet por parte das crianças?

Existe repreensões/castigos? Quais?

Estás crianças tem algum tipo de contato com as famílias? De que maneira?

Por norma as crianças saem da instituição ao fim de semana para se encontrarem com a família?

Como se estabelece a relação família-instituição?

Existe alguma intervenção da parte da instituição para que a criança retorne à família biológica?

Entrevista às pessoas que viveram nas instituições

Que idade tinha quando vieste para a instituição? E com que idade saíste?

Qual era a tua situação familiar antes de seres institucionalizada?

Na tua opinião como decorreu o teu acolhimento por parte da instituição? Houve algum facto que te marcou?

Como foi a tua integração na instituição? Habitaste-te facilmente com as regras e com as pessoas?

Alguém te explicou para onde ias e porquê?

Sabias o que era uma instituição de acolhimento?

Sentiste sempre bem integrada na instituição ou por vezes sentiste que não fazias parte daquele espaço?

Se pudesses mudar alguma coisa do teu percurso na instituição o que mudarias?

Gostava que me contasses brevemente como era a tua vida antes de vires para a instituição....O que mudou desde que vieste para cá? ... e Agora como é a tua vida?

Sentias falta da tua família enquanto vivias na instituição? Como tentavas colmatar essa saudade?

Houve alguém da instituição que tenha sido importante para ti, durante o tempo que viveste na instituição?

O que mais gostavas enquanto vivias na instituição? E havia alguma coisa que detestavas?

Como era a tua relação com a tua família enquanto vivias na instituição? E agora?